

PORTUGAL E O MUNDO FESTEJARAM O 52.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO

O REFERENCIAL



50 ANOS

APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO
DA REPÚBLICA PORTUGUESA

AS PRIMEIRAS
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

C A M P O M A I O R

2026

Festas do Povo



08-16
Agosto

O CAFÉ QUE NOS UNE

DELTA CAFÉS, O CAFÉ OFICIAL DAS FESTAS DO POVO



4 EDITORIAL

Um tempo difícil, Aniceto Afonso | 4

10 EDITORIAL

Dois Presidentes da República, Vasco Lourenço | 10

14 ABRIL | 52 ANOS

O Garante da nossa Democracia | 14

Milhares de pessoas nas ruas celebram a liberdade, Licínio Lima | 18

Apelos ao fim das guerras e alertas para riscos na democracia, Licínio Lima | 24

Grândola no fim, o hino no início e tensão no meio, Licínio Lima | 30

Capitães de Abril levam a Revolução à escola, Licínio Lima | 40

Celebração do 25 de Abril com festa jovem | 46

Presidente da República ouviu jovens sobre “Liberdade, Democracia e Futuro” | 48

Actor Ruy de Carvalho no Palácio de S. Bento | 51

Constituição da República Portuguesa como promessa cumprida de Abril | 52

Costa Gomes: o Presidente da Constituição | 54

Coimbra evocou as primeiras eleições | 56

Vídeos inéditos divulgados 15 anos depois | 57

Sargentos assinalam o 31 de Janeiro | 59

Vítor Santos criou medalha e cartaz comemorativos | 60

ADFA recorda conquista histórica | 62

64 ABRIL E OS JOVENS

Lembrar o jornalismo e o direito à informação, Fátima Lopes Cardoso | 64

Jornalismo: barómetro da democracia, Mariana Pinto Ranha | 68

Media locais a voz que ainda resiste, Maria Inês Rocha | 74

80 ABRIL – UM MUNDO NOVO

Uma revolução pacífica não tem de originar uma democracia silenciosa, Pedro Moreno da Fonseca | 80

89 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

“O que tinha de ser feito”, José Manuel Barroso | 90

Memória do mês de abril de 1976, Adelino Rodrigues da Costa | 96

Do golpe ao compromisso os pactos MFA–Partidos, Vasco Lourenço | 100

Palavras, conflitos e compromisso político, Nuno Estêvão Ferreira | 108

O caminho da democracia portuguesa, José António Costa Ferreira | 112

Património de todos os portugueses, Augusto Santos Silva | 119

O lugar da mulher é onde ela quiser, Lúcia Praça | 124

Natureza do regime democrático em debate, Domingos Chaves | 128

O futuro desde 1976, Gonçalo Fabião | 132

137 AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

O ano de transição, o I Governo Constitucional (parte 1), António Barreto | 142

As eleições de 1976 e a consolidação da democracia, Marco Lisi | 145

As eleições legislativas na imprensa francófona suíça, Reto Monico | 150

156 ABRIL – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Bobinas classificadas como tesouros nacionais | 156

A expulsão do general Spínola da Suíça, Reto Monico | 157

168 ABRIL E OS ARQUIVOS

Arquivo histórico ultramarino, Ana Canas Delgado Martins | 168

174 OPINIÃO

Distorções da história o convidado especial de Ana Lourenço, José Costa Neves | 174

182 HOMENAGENS

Arnaldo Ribeiro da Cruz (1942-2026): Uma vida ao serviço do país, Vasco Lourenço | 182

José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes (1945-2026): Militante de abril, militante da democracia | 184

Município de Santarém homenageia Salgueiro Maia e Carlos Beato | 185

Oeiras homenageou Otelio | 186

188 LIVROS

Breve história do 25 de Novembro | 188

50 Anos em democracia, 1976-2026 | 189

Registo biográfico de José Fanha | 190

Relatos de quem privilegia o rigor histórico | 191

Exposição assinala Aniversário da Revolução | 192

193 BOLETIM

Eleitos os corpos sociais para o triénio 2026/2029 | 193

Forum Salgueiro Maia um espaço de informação cívica e cultural | 196

Aniceto Afonso na Academia Portuguesa da História | 198

Homenagem a um nome grande do teatro | 199

Dia do Combatente comemorado na Batalha | 200

Associação 25 de Abril distinguida com Ordem do Infante | 202

Embaixadora do Uruguai visitou a A25A | 203

UM TEMPO DIFÍCIL

Atravessamos um tempo difícil para a Humanidade. Na situação que vivemos não são fáceis as soluções. Os princípios de convivência, os direitos do Homem e os valores das relações internacionais, todos arduamente conquistados (embora nem sempre completamente aceites e praticados) estão agora mortalmente feridos pela atitude de alguns que, desde há longo tempo, têm reforçado o seu poderio militar com objetivos assumidos de intervenções externas e imposição dos seus interesses.

Partindo essa iniciativa das mais fortes potências militares, não restam às outras instrumentos a esse nível, a não ser de forma temporária e incapaz de reverter as situações criadas. Não são por isso fáceis as soluções para as diferentes frentes de conflito aberto.

Contudo, nas circunstâncias atuais, poderemos esperar que as resistências internas no seio dos agressores consigam interferir no evoluir das políticas em curso; que a diplomacia internacional,

**A PAZ NÃO É AUSÊNCIA
DE CONFLITO;
É COMPROMISSO
COM A HUMANIDADE**

numa ação concertada, possa vir a mostrar-se suficientemente vigorosa e capaz de aliviar a situação nos vários territórios submetidos a intervenções militares; que a situação económica mundial exerça significativa influência sobre os dirigentes belicistas e os possa levar à mesa das negociações; finalmente, que os povos de todo o mundo se mobilizem para uma resistência conjunta ao alargamento dos conflitos e para a exigência de negociações rápidas e justas.

No nosso âmbito está apenas a participação nessa resistência mundial, assumindo posturas de luta cívica, denúncia dos crimes cometidos, apoio às iniciativas de paz, procura de opinião informada, exigência dos compromissos



ANICETO AFONSO

firmes aos responsáveis políticos de cada país, em especial aos nossos governantes.

Por outro lado, está também ao nosso alcance o combate interno à justificação das agressões militares, às demagogias populistas que tendem a suportar essas justificações, à falsidade da informação difundida e às tentativas de limitação dos valores conquistados ao longo de mais de 50 anos pela sociedade portuguesa, incluindo o desprezo pelas regras de convivência democrática e o desrespeito pelos direitos, liberdades e garantias consignados na Constituição da República Portuguesa.

É com base nesse combate que *O Referencial* apresenta neste número um dossiê especial dedicado aos 50 anos da aprovação da Constituição e das primeiras eleições legislativas, considerando o documento constitucional como a matriz fundacional da democracia portuguesa, de que mais detalhadamente falaremos adiante.

QUANDO A FORÇA FALA MAIS ALTO, A DIGNIDADE FICA FERIDA

CENTRO INTERPRETATIVO DO 25 DE ABRIL

Também internamente, a vida política parece ter-se degradado até um ponto insustentável. O caso mais grosseiro é o desprezo do atual governo pelo compromisso assinado, em nome do Estado, pelo governo anterior, em 12 de janeiro de 2024, sobre o Centro de Interpretação do 25 de Abril, que, sem o menor pudor nem justificações decentes, parece querer preparar-se para suspender todos os compromissos até então assegurados. Claro que pode haver alternativas de localização, mas a posição, sempre dúbia e grosseiramente hostil do atual governo, não deixa antever uma solução razoável do problema. Esperamos estar enganados!

O MUNDO MUDOU

Inicia-se, com este número, o 5.º ano da nossa direção d’*O Referencial*. O mundo mudou profundamente neste período. Portugal também. Mas, bem vistas as coisas, há circunstâncias e questões que mantêm a sua atualidade, que parecem nunca evoluir, que resistem ao tempo, que os poderes parecem ignorar com persistência. Regressando ao percurso do mundo, de Portugal e de Abril, refletido em alguns dos anteriores editoriais, ao longo destes quatro anos, podemos começar pelo n.º 148, de janeiro-março de 2023, com palavras de então, que mantêm a sua atualidade, ao afirmarem que “Seria compreensível que (...) acentuássemos as incapacidades dos instrumentos internacionais que construímos em mais de 70 anos de paz (só quebrada por conflitos regionais, embora alguns de persistência indigna), que lamentássemos o papel das partes envolvidas, em especial de todas aquelas que nos pareciam capazes de fazerem triunfar a diplomacia e as políticas de boa vizinhança e de vistas largas em relação ao futuro da humanidade. Seria também compreensível que aqui discutíssemos a atuação das grandes organizações internacionais, concebidas para manter a paz, das organizações estratégicas e militares que se justificam pela defesa de valores universais, das grandes comunidades que se construíram para preservar os valores que dignificam a humanidade, das potências portadoras de projetos de equilíbrio, de benefício mútuo, de relações amigáveis”. Esta ideia vinha de 2022, quando reforçávamos a ideia: “Finalmente, neste tempo de

guerra, o mundo não consegue, pela fraqueza dos instrumentos de relação que criou, sustentar uma invasão militar ou obrigar a uma solução rápida de compromisso. Poderá a humanidade, com a evolução tecnológica e os progressos da ciência e do pensamento, encontrar soluções duradouras, aniquilar os arsenais ameaçadores, reconhecer a importância do outro, construir a sociedade livre, igual e fraterna que tantos humanistas perseguem desde que nos reconhecemos mutuamente?” Pergunta a que respondíamos pouco depois. “Os capitães da Liberdade, que viveram uma guerra interminável e sem sentido, que construíram a Paz sem hesitações, estão hoje neste dilema de festejar a vitória da democracia e carregarem a angústia que vem da Europa e do Mundo.

Nós só queremos que todos se empenhem no regresso à paz, e que o horror tenha fim.

Tanto como a guerra, pesa-nos a incapacidade de a parar.

Queremos que amanhã (todos os dias) haja um sinal de esperança e que a festa de Abril seja também de luta pela Liberdade, de luta pela Paz!” (*O Referencial* n.º 154, julho-setembro 2024).

É nesta sequência que destacamos o apelo feito pela Associação 25 de Abril, através da voz do seu presidente da Direção no jantar comemorativo dos 52 anos, contra a guerra e a favor da Paz: “As guerras nunca são solução para as conflitualidades, que quase sempre servem interesses obscuros. O mundo está altamente conturbado e há falcões, ou vampiros, que insistem em promover a guerra para imponham os seus interesses, sob o falso lema



da “paz pela força”. Hoje comemoramos os 52 anos da Libertação e da conquista da Paz em Portugal com o lançamento de um grito, que confiamos possa ser ouvido pelos nossos dirigentes, mas que também possa extravasar as nossas fronteiras e possa ser escutado pelos dirigentes de todo o mundo. O nosso grito e o nosso sonho são bem afirmativos: “Silêncio às armas, fim às guerras!”. Paz, sim! Guerra, não!” (O texto completo do apelo é publicado adiante).

52 ANOS DE ABRIL

Este número duplo da nossa revista contém o dossiê especial já referido e integra a primeira fase

das celebrações dos 52 anos do 25 de Abril, a que voltaremos na próxima edição. Inclui também os temas habituais, que nomearemos de seguida.

Começamos com o texto de Vasco Lourenço, nosso presidente da Direção, com o título “Dois Presidentes da República”, em que se despede de Marcelo Rebelo de Sousa e dá as boas-vindas a António José Seguro, em seu nome pessoal, mas especialmente em nome da Associação 25 de Abril.

Passamos à referência às comemorações deste ano do 25 de Abril, com as habituais iniciativas, que expressaram a ligação dos homens e mulheres de Portugal ao Dia da Liberdade, em todos os recantos do país. Destacamos também

iniciativas incluídas nas comemorações levadas a efeito no âmbito da evocação dos grandes acontecimentos de há 50 anos, como a aprovação da Constituição e das primeiras eleições legislativas em 25 de abril de 1976.

No tema habitual de “Abril e os Jovens” assinamos a publicação de mais dois trabalhos de estudantes da Escola Superior de Comunicação Social do IPL, coordenado pela Professora Fátima Lopes Cardoso. O primeiro de Mariana Pinto Ranha, com o título “Jornalismo: de “Muito Inconveniente” a “Principal Barómetro da Democracia”; e o segundo de Maria Inês Rocha, com o título “(In)sustentabilidade dos Media Locais – A Voz que ainda Resiste”. Ambos, pois, dedicados ao Jornalismo e à Comunicação Social, destacando a importância do seu funcionamento autónomo e do papel que desempenha (ou deve desempenhar) nas sociedades democráticas. Os textos são precedidos pela sua apresentação feita por Fátima Lopes Cardoso, que em escrita vigorosa relembra o Jornalismo e o direito à informação.

Segue-se a rubrica “Um Mundo Novo”, coordenada, como habitualmente, por Armando J. Garcia Pires. O autor é o nosso novo colaborador Pedro Moreno da Fonseca, ligado à Organização Mundial do Trabalho, que nos relembra, através do título do seu texto que “Uma Revolução pacífica não tem de originar uma democracia silenciosa (Parte I)”. Situação que expressa de imediato no seu início: “A expansão da educação possibilitada pelo 25 de Abril é uma liberdade histórica. Mas não se traduz automaticamente numa expansão da consciência individual e coletiva”. A segunda

parte deste excelente trabalho será publicada no número seguinte d’*O Referencial*.

APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Como disse atrás, apresentamos de seguida um dossiê especial de comemoração dos 50 anos da aprovação da Constituição da República e das primeiras eleições legislativas. Como abertura destacamos um belíssimo poema de José Manuel Barroso, nosso habitual colaborador, com o adequado título “O que tinha de ser feito” e também um texto do nosso coordenador principal, Adelino Rodrigues da Costa, focando os principais acontecimentos do período entre a eleição da Assembleia Constituinte e as primeiras eleições legislativas. Em seguida, a Constituição é abordada por vários autores (alguns nossos colaboradores pela primeira vez) através de múltiplos pontos de vista e formas de evocação; Vasco Lourenço, Nuno Estêvão Ferreira, José António Ferreira, Augusto Santos Silva, Lídia Praça, Domingos Chaves e Gonçalo Fabião. Esta notável plêiade de autores garantem uma abordagem múltipla e profunda do significado da aprovação de uma Constituição que tem servido de rumo à consolidação da democracia portuguesa ao longo destes 50 anos de democracia.

Na segunda parte salientamos os 50 anos da realização das primeiras eleições legislativas, em 25 de abril de 1976, com textos de António Barreto (Parte I), Marco Lisi e Reto Monico. Traçam-nos um panorama da importância das eleições então realizadas e das repercussões que tiveram no desenvolvimento da situação

futura. A todos os autores deste dossiê e de todos os anteriores temas, deixamos, desde já, uma grata saudação e um enorme obrigado pela sua participação e colaboração. Bem hajam!

RUBRICAS DA REVISTA

Na última parte da nossa revista abordamos outros temas também habituais, de que salientaremos o essencial.

Na rubrica “História e Memórias”, assinalamos o facto de terem sido classificadas como tesouro nacional as bobinas com a senha do 25 de Abril e publicamos um notável texto de Reto Monico sobre “A expulsão de Spínola da Suíça (Abril de 1976)”, fez agora, exatamente 50 anos.

No tema “Abril e os Arquivos”, publicamos um texto de Ana Canas Delgado Martins, diretora do Arquivo Histórico Ultramarino, sobre este Arquivo e a referência a documentação que poderá ter interesse para estudos sobre o 25 de Abril e a Revolução portuguesa, em especial no que respeita aos períodos da Guerra Colonial e Descolonização. Ficamos muito gratos pela colaboração.

Na rubrica “Opinião” publicamos um texto do nosso colaborador e capitão de Abril José Costa Neves, *Distorções da História*.

Nas “Homenagens” relembramos os nossos camaradas Arnaldo Cruz (pelo seu amigo Vasco Lourenço) e Nuno Santa Clara Gomes, assim como destacamos as homenagens prestadas pelo Presidente da República e pela Câmara Municipal de Santarém a Salgueiro Maia. Igualmente destacamos a homenagem prestada pelo município de Oeiras a Otelio Saraiva de Carvalho.

**RESISTIR É UM ATO CÍVICO:
DENUNCIAR, EXIGIR, PARTICIPAR**

**(...) ABRIL CELEBRA-SE
COM ESPERANÇA — E COM
RESPONSABILIDADE**

**(...) A PAZ É UMA ESCOLHA
— E UMA RESPONSABILIDADE
COLETIVA**

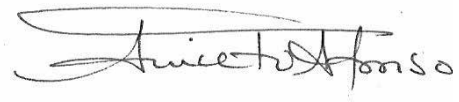
**(...) DEFENDER A DEMOCRACIA
É NÃO CEDER AO MEDO**

Na secção de “Livros” fazemos referência especial a alguns livros publicados recentemente.

Ao longo da revista destacam-se poemas dos nossos colaboradores Maria Virgínia Rodrigues, José Manuel Barroso e Maria Alcina Adriano, a quem dirigimos o nosso muito obrigado.

Finalmente, no “Boletim” destacamos a realização da Assembleia Geral da A25A e a eleição dos seus novos corpos sociais, assim como vários eventos realizados no Fórum Salgueiro Maia da A25A, ou ligados a várias atividades associativas.

Abril de 2026





DOIS PRESIDENTES DA REPÚBLICA

Num balanço sobre a transição em Belém, a Associação 25 de Abril saúda a eleição de António José Seguro e reconhece a postura constitucional de Marcelo Rebelo de Sousa, apelando à defesa dos Valores de Abril

VASCO LOURENÇO *

PORTUGAL TEM, DESDE O DIA 9 DE MARÇO, um novo Presidente da República.

A Associação 25 de Abril, enquanto instituição que se assume idónea e representativa dos principais protagonistas da criação e consolidação do Estado Democrático de Direito de que os portugueses usufruem há mais de 50 anos, não pode ficar alheia aos resultados da escolha do titular do principal órgão de soberania deste regime.

Foi com grande alívio e satisfação que assistimos – e muitos de nós participámos individualmente – à derrota de um inimigo de Abril, defensor do “voltar atrás”, e de um mal disfarçado 28 de Maio.

A eleição de António José Seguro foi uma demonstração cabal de que as portuguesas e os portugueses continuam, na sua esmagadora maioria, com os Valores de Abril. Ainda assim, há cerca de um terço dos nossos concidadãos que não votaram por Abril.

Em nossa opinião, as dificuldades que atravessam, fruto de muitos erros e malefícios da responsabilidade dos que por eles foram escolhidos para dirigirem o País nestes 52 anos de Liberdade e Democracia, levaram muitos a quererem uma mudança, esquecendo os valores fundamentais da democracia.

Que esses cidadãos saibam abrir os olhos, fruto da acção patriótica do novo Presidente da República: é o nosso voto e o nosso desejo. E que todos saibamos defender a Constituição da República, a Liberdade, a Paz, a Democracia, a Justiça Social, a Igualdade, a Fraternidade e a Verdade — o mesmo é dizer, os Valores de Abril.

CUMPRIU E FEZ CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO

Falemos agora do Presidente da República que exerceu esse cargo maior durante os últimos dez anos. Como sempre, mantendo e exercendo uma postura autónoma e independente, a Associação 25 de Abril não comenta a natureza política desse exercício. Marcelo Rebelo de Sousa, como todos, enquanto Presidente, fez coisas positivas e negativas – agradeceu e desagradou.

Mas o que não podemos deixar de registar é que soube evitar atropelos à Constituição da República, “cumprindo-a e fazendo-a cumprir”. Que é, afinal, competência, desígnio e finalidade da acção do Presidente da República. Sabemos que a tarefa é difícil, nomeadamente no muito que sempre tem ficado por fazer.

A Marcelo Rebelo de Sousa temos de reconhecer que nunca ultrapassou a barreira que divi-

de a Liberdade e a Democracia da repressão e da ditadura, ou mesmo do autoritarismo. Dos pormenores, das possíveis diferenças entre os seus dois mandatos, do que apreciámos ou do que nos desgostou, não nos pronunciamos.

RECONHECIMENTO E AGRADECIMENTO

Consideramos, no entanto, que é nosso elementar dever expressar publicamente a satisfação e o agradecimento pela postura que o presidente Marcelo Rebelo de Sousa teve para com a Associação 25 de Abril. Desde sempre, ultrapassando mesmo alguns obstáculos que naturalmente foram surgindo, a Associação 25 de Abril, e eu próprio, como presidente da direcção, tivemos em Marcelo Rebelo de Sousa um presidente que nos compreendeu e que acolheu todas as nossas iniciativas, que foram muitas e ajudaram a consolidar Abril.

E essas iniciativas foram da participação em vários actos comemorativos do 25 de Abril até ao acolhimento das nossas propostas de condecorar, com a Ordem da Liberdade, todos os Capitães de Abril que tiveram acção relevante no processo, seja na Conspiração, seja na acção militar que se traduziu na *Operação Viragem Histórica*.

Com isso, Marcelo Rebelo de Sousa fez justiça e preencheu um vazio deixado pelos seus quatro antecessores no cargo. Honra lhe seja feita, que agradecemos penhoradamente.

Mas, porque muitos outros também participaram no 25 de Abril, na sua esmagadora maioria militares (cerca de cinco mil), Marcelo Rebelo de Sousa acolheu a nossa proposta de criação

**A ELEIÇÃO
DE ANTÓNIO JOSÉ SEGURO
FOI UMA DEMONSTRAÇÃO
CABAL DE QUE
AS PORTUGUESAS
E OS PORTUGUESES
CONTINUAM,
NA SUA ESMAGADORA
MAIORIA,
COM OS VALORES DE ABRIL**

de uma Medalha de Participação no 25 de Abril e concedeu essa Medalha a todos os que a quiseram ou para ela foram propostos.

A tudo há que juntar o entusiástico apoio que mostrou desde o seu início às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, mostrando-se, de forma clara, sempre um defensor das nossas propostas, incluídas no programa aprovado e que vem sendo realizado com elevada qualidade, pela Comissão Executiva das Comemorações, superiormente dirigida pela nossa associada Maria Inácia Rezola.

As incongruências do actual governo e a sua pouca apetência pelos Valores de Abril criaram obstáculos à realização de alguns projectos que consideramos absolutamente indispensáveis para que as comemorações dos 50 anos de Abril contribuam para preservar a Memória e

permitir às novas gerações o conhecimento necessário e suficiente para não as levar a apoiar e protagonizar um qualquer regresso a um passado que, apesar de derrotado há 52 anos, volta a inquietar-nos.

EXPECTATIVAS PARA O NOVO CICLO

A nossa esperança, a nossa convicção é a de que o presidente António José Seguro, Homem de Abril, de convicções democráticas e amante da Liberdade, queira e tenha condições para impor o que Marcelo Rebelo de Sousa não conseguiu fazer, ou seja, a concretização da criação do Centro Interpretativo do 25 de Abril, decisão em que este governo, ele próprio, assumiu e se comprometeu, mas que teima em não cumprir.

Devo por tudo isso expressar votos das maiores felicidades futuras para os dois presidentes da República:

- A Marcelo Rebelo de Sousa, que a vida lhe traga as venturas pessoais que deseja. Bem-haja, pela sua postura para com a Associação 25 de Abril, que decidiu galardoar com a Ordem do Infante D. Henrique, além de ter galardoado o MFA com a Ordem da Liberdade. Também em termos pessoais, o meu Bem-Haja, pela consideração que sempre obtive do Senhor Presidente.

- A António José Seguro endereçamos o desejo de que o apoio de 2/3 das portuguesas e dos portugueses (nos quais me incluí desde o início, juntamente com muitos militares de Abril), se justifique plenamente para o nosso quase milénar País, na defesa de uma socie-

dade mais livre, mais justa e solidária, em Paz e mais feliz. Isso será fundamental para a sua felicidade pessoal e familiar, mas contribuirá também para a felicidade do nosso povo, das portuguesas e dos portugueses, quer vivam em Portugal ou na nossa admirável diáspora, estendida por todo o mundo.

Bom futuro, na sua nova condição, prezado presidente Marcelo Rebelo de Sousa!

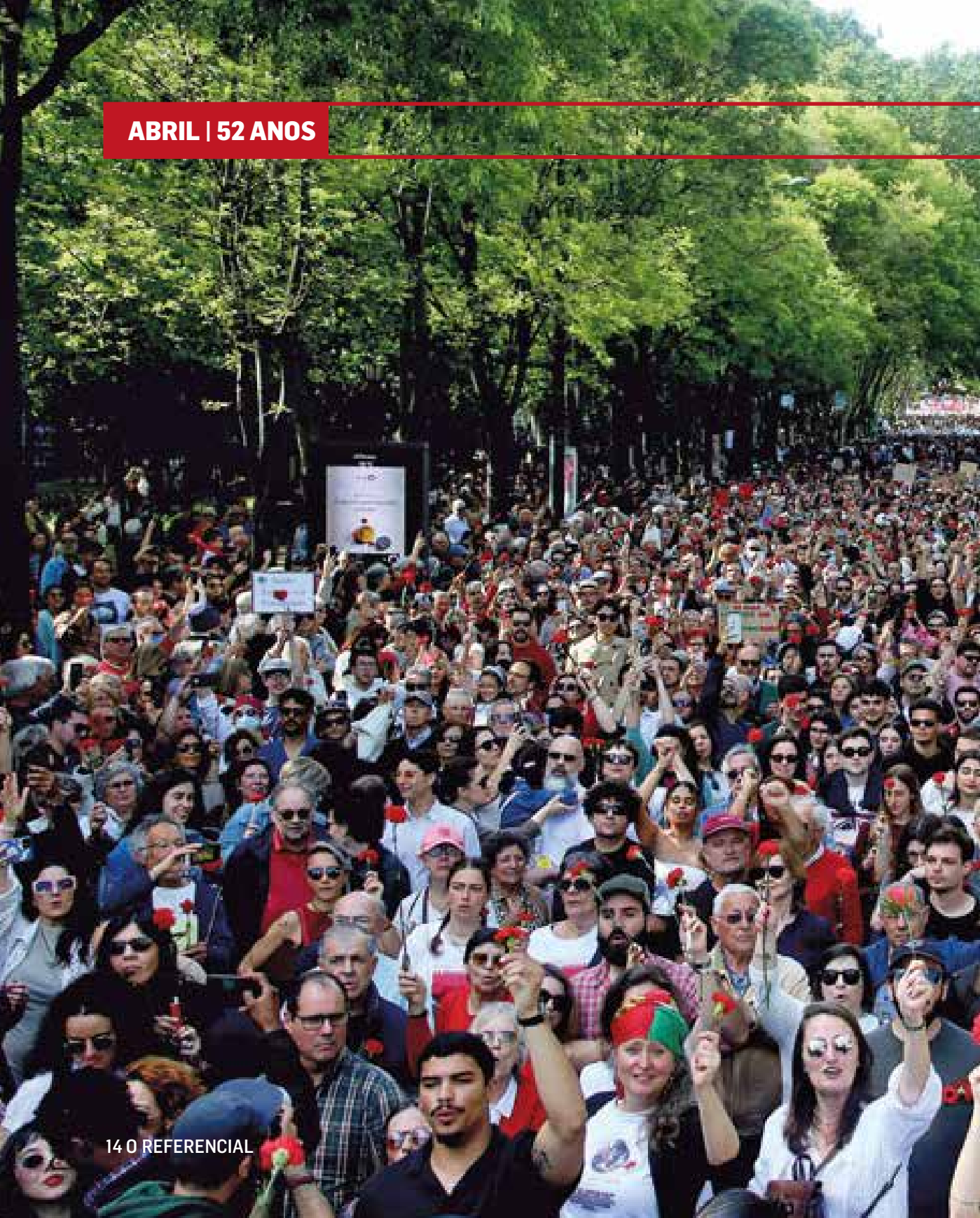
Boa chegada ao mais alto cargo da Nação, boa estadia em Belém, com o sucesso por si e por nós almejado, prezado presidente António José Seguro.

Aos dois, um forte abraço amigo e de Abril.

* Presidente da Direcção da Associação 25 de Abril

**AS INCONGRUÊNCIAS
DO ACTUAL GOVERNO
E A SUA POUCA APETÊNCIA
PELOS VALORES
DE ABRIL CRIARAM
OBSTÁCULOS
À REALIZAÇÃO
DE ALGUNS PROJECTOS
QUE CONSIDERAMOS
ABSOLUTAMENTE
INDISPENSÁVEIS...**

ABRIL | 52 ANOS



14 O REFERENCIAL

A large crowd of people is gathered outdoors, likely for a public event or demonstration. The crowd is diverse in age and appearance, with many people holding up red flowers. In the background, there are lush green trees. A semi-transparent, light brown rectangular box is overlaid on the center of the image, containing text. The text is in Portuguese and commemorates the 50th anniversary of the 25th of April Revolution in Portugal. The title 'O GARANTE DA NOSSA DEMOCRACIA' is prominently displayed in large, bold letters. Below the title, there are three paragraphs of text in a smaller font. The overall atmosphere appears to be one of a significant public gathering.

MENSAGEM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL – 2026

O GARANTE DA NOSSA DEMOCRACIA

NO ANO EM QUE CELEBRAMOS mais um aniversário da Revolução dos Cravos, é com respeito profundo e renovado entusiasmo que evocamos os ideais que a tornaram possível. Há mais de cinco décadas, no dia 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas rasgou as sombras de um regime ditatorial para que Portugal acordasse e o seu povo recuperasse a Liberdade, para que terminasse a guerra, se festejasse a Paz e se inaugurasse a Democracia, prosseguindo um caminho de mais Igualdade, Justiça Social e Dignidade Humana.

Na concretização dos propósitos do 25 de Abril é da mais elementar justiça realçar o significado da aprovação de uma Constituição da República que, incorporando os valores de Abril constantes do Programa do MFA, tem sido o suporte principal da preservação do Estado de Direito e Democrático.

Apesar de muito afrontada e violada, essencialmente por omissão do cumprimento de várias das suas normas, ela tem constituído o maior garante da continuação da nossa Democracia e dela nos podemos orgulhar.

Por isso, a comemoramos e a defendemos e, por isso, reafirmamos e reclamamos a sua aplicação plena.

O percurso da consolidação da Democracia não foi isento de dificuldades. Foi feito de diálogo, de divergências e de superação de obstáculos, mas foi, acima de tudo, um processo sustentado na convicção de que só em liberdade se constrói uma sociedade mais Justa, Solidária e Fraterna.

A memória de Abril não é uma simples evocação de um passado glorioso: é um estímulo permanente à acção perante os desafios concretos que a nossa sociedade enfrenta. Hoje, em 2026, assistimos a transformações profundas no mundo e em Portugal, com guerras e tensões sociais e políticas, que exigem de todas e de todos nós um compromisso inabalável com os valores que os Capitães de Abril proclamaram: a liberdade de expressão e pensamento, a igualdade de direitos, a justiça social e a solidariedade humanitária, mas também a Paz.

O 25 de Abril ensinou-nos que a dignidade de um povo se constrói também na participação cívica, na solidariedade, no respeito pela constitucionalidade e na defesa permanente dos direitos fundamentais.

Porém, a Democracia não é um dado adquirido: exige vigilância, empenho colectivo, coragem e participação, para enfrentar as suas insuficiências que insistem em persistir.

Às novas gerações cumpre a missão de assumir o legado de Abril, manter viva a sua chama, não como memória fossilizada, mas como prática de cidadania activa, de questionamento crítico e de construção de um futuro mais justo, mais fraterno e mais livre para todos.

Cabe-lhes a responsabilidade e a missão, de ga-

**É NESTE ESPÍRITO
LIVRE E DEMOCRÁTICO
QUE A ASSOCIAÇÃO
25 DE ABRIL
DEFENDE
OS PRINCÍPIOS
ANUNCIADOS
HÁ 52 ANOS**

rantir que os valores conquistados continuem vivos, adaptando-os aos desafios do presente, sem que se perca a sua essência. Para isso, é fundamental conhecer a História, manter viva a Memória do que aconteceu e da razão porque aconteceu.

É neste espírito livre e democrático que a Associação 25 de Abril defende os princípios anunciados há 52 anos, reconhecendo a importância de ser transmitida aos portugueses, jovens e adultos, a compreensão da nossa História e da sua importância na sociedade contemporânea, confiante de que os valores de Abril perdurarão e se reforcem na vida colectiva do nosso País, pelo que reafirmamos:

**25 DE ABRIL, SEMPRE!
VIVA O 25 DE ABRIL!
VIVA PORTUGAL!**



Entre os convidados de honra na cerimónia de comemoração dos 52 anos do 25 Abril, na Assembleia da República, encontravam-se os representantes da Associação 25 de Abril em lugar de destaque



MILHARES DE PESSOAS NAS RUAS **CELEBRARAM A LIBERDADE**

Os desfiles em Lisboa e no Porto trouxeram à rua milhares de pessoas, de todas as gerações, unidas por um desafio: manter vivos os valores de Abril

LICÍNIO LIMA

MILHARES DE PESSOAS festejaram o 52.º aniversário do 25 de Abril na avenida da Liberdade, em Lisboa, com a presença de todas as gerações, entre uma profusão de reivindicações e cravos vermelhos.

O desfile arrancou pelas 15:30, liderado pelas tradicionais Chaimite, as icónicas viaturas blindadas usadas em 1974 na Revolução dos Cravos e um portador de um cartaz alusivo aos presos políticos libertados há 52 anos.

No ponto de partida, na praça Marquês de Pombal, dezenas de milhares de participantes estavam já também prontos para descer a avenida em direção ao Rossio, entre as tradicionais palavras de ordem “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais” e “Viva a liberdade”.

Numa tarde de sol e calor, o desfile contou também com a participação habitual de numerosos sindicatos e centrais sindicais, que aproveitaram as comemorações deste ano para vincar os seus protestos contra o pacote laboral, juntamente com as presenças espontâneas de muitas famílias, e ainda bastantes turistas nas artérias laterais da avenida.

MARCHA NO PORTO

A marcha pela Liberdade aconteceu também na cidade do Porto, com milhares de pessoas de cravo na mão e com palavras de ordem na voz contra “o assassinato dos valores de Abril”.

Pouco depois da hora marcada, pelas 15:00, os milhares de pessoas que se reuniram no Largo Almirante Reis, onde estava instalada a polícia política, a PIDE, na cidade, deram início à tradicional marcha no 25 de Abril, que percorreu várias artérias do centro da cidade e terminou na Avenida dos Aliados.

No ano em que se assinalam os 52 anos da Revolução, o Porto “saiu à rua” para “garantir que Abril está vivo”.

“Querem assassinar Abril, mas o povo está na luta”, garantiu à Lusa António Castro, 75 anos, na primeira fila da marcha.

25 DE ABRIL ENCHE O PAÍS DE COR:

CARTAZES MUNICIPAIS CELEBRAM 52 ANOS DE LIBERDADE

De norte a sul do país, as comemorações do 25 de Abril voltaram a multiplicar-se em 2026, transformando a data num dos dias mais coloridos, alegres e participados do calendário nacional.

Os cartazes editados pelos municípios portugueses, a propósito do 52.º aniversário do 25 de Abril, não se limitam a divulgar a programação — de manifestações e colóquios a corridas, exposições, concertos, arraiais e concursos. São também um retrato da criatividade gráfica que marca estas celebrações. Nesta edição d’O *Referencial*, esse trabalho é assinalado com várias dezenas de exemplos, selecionados aleatoriamente.



Almeirim



Braga







EXCERDOS DO DISCURSO DO CORONEL NUNO SANTOS SILVA E DA NETA MARTA NO FINAL DE DESFILE EM LISBOA

“É inegável que o Portugal dos dias de hoje tem um nível de progresso e bem-estar largamente superior aos que caracterizavam o nosso país antes desta data, mas é também inegável que poderíamos ter ido mais longe, poderíamos ter feito melhor na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.”

“É com enorme orgulho e emoção que hoje partilho este momento ao lado do meu avô, um dos Capitães de Abril que, há 52 anos, ajudou a abrir as portas da liberdade ao nosso país.”

“O progresso necessita de consciências lúcidas e agitadas. Consciências que lutem por projectos de mudança e que exijam o seu cumprimento. Consciências que intervenham renovando o sonho e a esperança. Consciências que renovem o nosso apego à Liberdade.”

“Os tempos actuais afirmam-nos que a liberdade e a justiça social não são uma conquista irreversível, não são definitivas”.

“Não há teimosia sem objectivo e sem esperança, mas a esperança como sentimento de antecipação de melhores tempos, está a ter um peso excessivo na espera que não concretiza esses desígnios”.



Entre os manifestantes, misturam-se idades, cores, cravos, palavras de ordem e o desejo comum de “fascismo nunca mais”.

As comemorações arrancaram entre “Vivas”, aplausos e com a habitual música de intervenção pelas vozes de Zeca Afonso, José Mário Branco ou Sérgio Godinho.

DISCURSOS

O ambiente de festa permaneceu no final do desfile. Os participantes juntaram-se na Praça do Rossio para ouvir as habituais mensagens de apelo aos valores de Abril. Este ano, o discurso do representante da A25A foi proferido a duas vozes: pelo Capitão de Abril Nuno Santos Silva, e pela neta Marta Santos Silva.

Salienta-se a afirmação do coronel, em que aglutina passado, presente e futuro: “Até parece que o fascismo é uma narrativa estranha, irreal e perdida num tempo longínquo. É esta a razão por que neste momento muito belo e particular tenho a Marta comigo. Ela irá dizer o que pensa, o que espera, a sua voz é a voz e a afirmação de quem olha para a frente, para um futuro onde a minha geração não estará presente”.



Bragança



Cabeceiras de Basto



Caminha



Cartaxo



Castro Marim



Cinfães



Condeixa



Coruche

JANTAR DA A25A

APELOS AO FIM DAS GUERRAS E ALERTAS PARA RISCOS NA DEMOCRACIA



No seu discurso, o Presidente da República defendeu ser necessário "cumprir Abril"

Na Estufa Fria, em Lisboa, o Presidente da República e o presidente da Associação 25 de Abril convergiram em apelos ao “silêncio às armas” e em alertas para a erosão da participação e da verdade na vida democrática

LICÍNIO LIMA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, António José Seguro, e o presidente da Direção da Associação 25 de Abril, coronel Vasco Lourenço, deixaram na sexta-feira, 24 de abril, na Estufa Fria, em Lisboa, dois apelos convergentes: o fim dos conflitos armados e a defesa de uma democracia assente na participação e na verdade. O jantar comemorativo do 52.º aniversário do 25 de Abril contou também com a presença do ex-presidente Marcelo Rebelo de Sousa.

Vasco Lourenço interveio no início do jantar, antes da intervenção do chefe de Estado.

O coronel disse que a Associação assinalava os 52 anos de liberdade e democracia com “um grito”: “silêncio às armas, fim às guerras”. A mensagem, lida em nome da direção, era dirigida a pessoas concretas: “aos nossos dirigentes” e “aos dirigentes de todo o mundo”, frisou. Vasco Lourenço criticou os “falcões ou vampiros” que, afirmou, “insistem em promover a guerra para imporem os seus interesses, sob o falso lema da paz pela força”, sem nomear responsáveis. “As guerras nunca são solução para as conflitualidades, que quase sempre servem interesses obscuros”, acrescentou.



Estremoz



Évora



Figueiró dos Vinhos



Freixo de Espada à Cinta



Funchal



Grândola



Lamego



Leiria



Jantar comemorativo do 52.º aniversário do 25 de Abril, na Estufa Fria, em Lisboa (24 de abril)

O presidente da Associação considerou que “o mundo está perturbado” e criticou dirigentes que, disse, recorrem à “demagogia e à mentira”, beneficiando da “fraca memória dos povos”. Defendeu também que o direito internacional é “cada vez mais uma falácia”, num contexto em que “imperava a lei do mais forte”, e avisou: “O medo começa a reinstalar-se”.

“Passados 52 anos, os capitães de Abril recusam-se a deixar morrer os sonhos então acalentados de liberdade, paz, igualdade e justiça social”, afirmou. No final, reforçou o apelo — “Paz sim, guerra não”.

DOIS PRESIDENTES

António José Seguro chegou ao mesmo tempo que seu antecessor, Marcelo Rebelo de Sousa, ao local do jantar e sentaram-se à mesma mesa, com Vasco Lourenço entre ambos. A polémica

ca em torno do centro interpretativo do 25 de Abril (ou Museu do 25 de Abril) — que o Governo estará a bloquear e que Marcelo e Seguro defendem que avance — não foi abordada nos discursos, tendo ficado por uma conversa informal à mesa.

No seu discurso, António José Seguro defendeu ser necessário “cumprir Abril” na justiça social, na dignidade do trabalho e na verdade. “A democracia fragiliza-se quando se normaliza a indiferença, quando se tolera a mentira, quando se desvaloriza a participação”, afirmou. O presidente sublinhou ainda que “a liberdade não termina no dia em que se conquista” e que “honrar Abril é escolher todos os dias estar à altura do país dos nossos sonhos e que ainda está por cumprir”.

O chefe de Estado apontou o 25 de Abril de 1974, o fim da guerra colonial e a experiência



portuguesa de construção democrática como “um recurso” e “um exemplo” no plano internacional. Disse que se trata de “uma voz que o mundo precisa de ouvir, especialmente nestes momentos de escuridão”.

Seguro referiu que, ao pensar “no Estreito de Ormuz, em Gaza, na Ucrânia”, não sente “fatalismo”, mas “responsabilidade”. “A mesma responsabilidade que estes homens e mulheres sentiram há 52 anos numa madrugada de Abril, e que os fez escolher o cravo em vez da espingarda”, afirmou.

“Nós, que recebemos esse presente, temos de o passar em frente, não só aos nossos filhos, mas ao mundo. A paz não é uma herança que se guarda, é uma tarefa que se renova”, declarou. O presidente acrescentou que, na ótica do 25 de Abril, “o impossível pode acontecer quando um povo decide não se resignar”.



Lisboa – Alvalade



Lisboa – Ajuda



Mação



Machico



Marco de Canavezes



Marvão



Mira



Mirandela

UM APELO

Discurso do presidente da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço, no jantar comemorativo dos 52 anos do 25 de Abril

"A todas e a todos saúdo com alegria e fraternidade, neste nosso encontro de convívio e festa, onde celebramos a Liberdade, a Democracia e a Paz.

Foi há 52 anos!

Um grupo de militares, através do Movimento das Forças Armadas, fez o que nunca tinha sido feito, ou voltou a ser feito, isto é, revoltou-se contra as próprias Forças Armadas, que eram o suporte maior do regime que nos oprimia, derrubou uma longa ditadura de 48 anos e terminou com uma longa guerra de 13 anos em três frentes bem distantes.

Essa guerra era injusta para com aqueles que ansiavam pela sua libertação da tutela colonial e, também, era muito injusta para a juventude portuguesa, pois representava a perda de dois anos da vida dos jovens, tendo havido alguns milhares deles que regressaram mortos - os que tinham família para suportar os custos do regresso dentro dos caixões - e muitos mais que regressaram com sérias deficiências.

O fim da guerra, a construção da paz e a reconciliação com todos os povos das ex-colónias portuguesas só foram possíveis devido ao envolvimento daqueles que mais sofreram a dureza da guerra e mais sentiram o apelo da Paz, entre os quais os Capitães de Abril.

Com o 25 de Abril e com a democratização e o fim da guerra colonial que dele resultaram, nasceu um Estado de Direito, com regras definidas por uma Constituição aprovada por uma Assembleia Constituinte, que resultou das eleições mais livres que Portugal alguma vez conheceu. Foi o livre jogo democrático que permitiu a construção de uma sociedade que, com suporte na Liberdade e na Igualdade, passou a ser mais Justa e mais Solidária, que pôs fim ao "orgulhosamente sós" de Salazar e Caetano e que integrou Portugal na comunidade internacional, com boas relações com todos os povos do mundo.

O cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo MFA através do seu Programa que apresentou ao país no próprio "dia inicial inteiro e limpo", fez com que Sophia cantasse o Capitão Salgueiro Maia como "aquele que deu tudo e não pediu a paga", o que constitui um eloquente retrato da generalidade dos Capitães de Abril, que serviram e não se serviram.

Esta permanente atitude de servir e não se servirem será, porventura, a razão maior do prestígio que – presunção e água benta, cada um toma a que quer – os Capitães de Abril, ontem no Movimento das Forças Armadas e, hoje na Associação 25 de Abril, conquistaram e conservam, não apenas junto do povo português, mas também no seio dos países que vivem em liberdade, ou onde os povos por ela anseiam.

É, pois, com enorme autoridade moral, conquistada com a nossa determinação de acabar com a nossa longa guerra colonial, que assumimos que os conflitos se resolvem sempre por via política e diplomática.

As guerras nunca são solução para as conflitualidades, que quase sempre servem interesses obscuros. O mundo está altamente conturbado e há falcões, ou vampiros, que insistem em promover a guerra para imporem os seus interesses, sob o falso lema da “paz pela força”.

Hoje comemoramos os 52 anos da Libertação e da conquista da Paz em Portugal com o lançamento de um grito, que confiamos possa ser ouvido pelos nossos dirigentes, mas que também possa extravasar as nossas fronteiras e possa ser escutado pelos dirigentes de todo o mundo. O nosso grito e o nosso sonho são bem afirmativos: “Silêncio às armas, fim às guerras!”.

O 25 de Abril abriu as portas a muitos sonhos, alguns inimagináveis, não só dos portugueses, mas também de muitos povos dominados por ditaduras. O mundo está perturbado porque há loucos que estão a tomar conta de alguns países, com a demagogia e a mentira a aproveitarem-se da fraca memória dos povos. O Direito Internacional é cada vez mais uma falácia, onde impera a lei do mais forte. O medo começa a reinstalar-se.

Passados 52 anos, os Capitães de Abril recusam-se a deixar morrer os sonhos então acalentados de Liberdade, Paz, Igualdade e Justiça social.

Se Péricles proclamou que a Felicidade só é alcançada com a Liberdade e que esta só é possível com Coragem, nós afirmamos que a Felicidade só é possível com a Paz.

Paz, sim! Guerra, não!

É este o nosso grito com que aqui vos saudamos: 25 de Abril, Sempre!”



Montalegre



Montijo



Moura



Nazaré



Nelas



Paredes



Penamacor



Peniche



GRÂNDOLA NO FIM, O HINO NO INÍCIO E TENSÃO NO MEIO

O RETRATO DOS 52 ANOS
DO 25 DE ABRIL NO PARLAMENTO

As cerimónias solenes dos 52 anos da Revolução dos Cravos decorreram, como é habitual, no Parlamento, com António José Seguro a discursar pela primeira vez como Presidente da República

LICÍNIO LIMA

As cerimónias solenes comemorativas dos 52 anos do 25 de Abril, na Assembleia da República, floreada por cravos vermelhos, ficaram marcadas pelos discursos do Presidente da República, do presidente da Assembleia da República e dos representantes dos partidos com assento parlamentar. As galerias estavam repletas de convidados, entre os quais a delegação da Associação 25 de Abril (A25A), presidida pelo coronel Vasco Lourenço, em representação de todos os capitães de Abril intervenientes na “Operação Viragem Histórica”.

O Presidente da República dirigiu-se especialmente aos jovens, dizendo-lhes que estava ali não para pedir que “amem o 25 de Abril”, mas para que tenham a noção de que as conquistas da Revolução têm uma tradução concreta na sua vida. Seguro deu vários exemplos: as mulheres poderem viajar sem ter de pedir autorização aos companheiros ou a partilha de uma notícia crítica do poder sem que ninguém bata à porta.

“Foi Abril”, disse o Presidente da República, notando que “o perigo para a democracia raramente chega como nos filmes”, num “argumento



Portalegre



Pombal



Porto



Ribeira de Pena



Roque do Pico



Sabugal



Santa Cruz da Graciosa



Santarém



**“CUIDAR DA LIBERDADE
É EXERCÊ-LA
COM CORAGEM”,
SUBLINHOU O PRESIDENTE
DA REPÚBLICA,
PEDINDO QUE
“NÃO A TRATEM
COMO GARANTIDA”**

que parece inofensivo” e que, nos dias de hoje, também pode chegar através de algoritmos.

Para os jovens, sobretudo os que desconfiam da política, Seguro reconheceu que existem falhas e, às vezes, desilusão, mas que “fora” da democracia “não há mais justiça nem mais liberdade”. “Se queremos uma política melhor, não é afastando-nos da política que a mudamos; é participando”, frisou.

Já a terminar, pediu aos jovens que sejam interventivos quando virem direitos fundamentais a ser violados. “Quando ouvirem a palavra liberdade a ser usada para restringir, defendam-na”. “Não se calem, falem mais alto”, atirou, pedindo que não sejam espectadores da democracia, mas protagonistas.

“Cuidar da liberdade é exercê-la com coragem”, sublinhou o Presidente da República, pedindo que “não a tratem como garantida”. “Ou a defendemos com coragem ou arriscamos a perdê-la com o silêncio”, concluiu, recordando que, no 25 de Abril, tinha 12 anos e que só é Presidente porque esse dia existiu.



Sardoal



São João da Madeira



Setúbal



Sesimbra



Sobral de Monte Agraço



Soure



Torres Novas



Viana do Castelo



**JOSÉ PEDRO
AGUIAR-BRANCO,
PRESIDENTE
DA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA
(AR), DEFENDEU A
“TRANSPARÊNCIA”,
MAS NÃO OS “REALITY
SHOWS” NA VIDA POLÍTICA**

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Antes de António José Seguro, interveio José Pedro Aguiar-Branco, presidente da Assembleia da República (AR), que defendeu a “transparência”, mas não os “reality shows” na vida política. “Os remédios populistas não abrem a política, fecham-na. Os remédios populistas não popularizam a política, fazem-na mais elitista”, avisou.

Aguiar-Branco protagonizou uma intervenção em que criticou a legislação sobre incompatibilidades e impedimentos aplicada aos titulares de cargos políticos, em especial aos deputados. A intervenção foi aplaudida sobretudo pelas

bancadas do PSD e da Iniciativa Liberal, mas mereceu o protesto do vice-presidente da bancada socialista, Pedro Delgado Alves: levantou-se e ficou de costas enquanto a maioria dos demais deputados aplaudia.

Na sua intervenção, o presidente do Parlamento assinalou que “há um discurso fácil, contra a política e contra o sistema, que pode apoiar-se na desconfiança e fazê-la crescer”.

E sugeriu mesmo que é altura de admitir a possibilidade de “o problema português não ser a Constituição, o capitalismo, o regime, as instituições ou o funcionamento da democracia”, mas que possa estar nos próprios políticos.

DEPUTADOS



PSD

Hugo Soares, líder parlamentar do PSD, defendeu que cumprir Abril é também ser um “democrata pleno” e, num recado à esquerda e à direita, afirmou que o “democrata pleno” é aquele que celebra Abril e Novembro, ou que “combate o radicalismo, mas aceita o veredicto do povo”. “O povo não é quem mais ordena só quando convém a alguns”, afirmou.



CHEGA

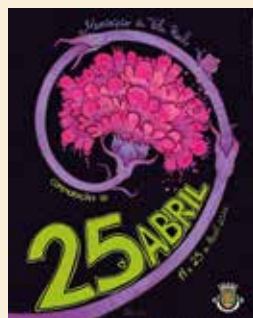
André Ventura, líder do Chega, disse que, num contexto de reforma do Estado, é preciso avançar com ela, mas que não se pode aceitar uma reforma “que seja mais facilitadora da corrupção que temos hoje, num país em que índices de percepção da corrupção estão atrás do Botswana e da Arábia Saudita”.



Vila Flor



Vila do Porto



Vila Real



Vila Real de Santo António



Vimioso



Viseu

25 DE ABRIL
52 ANOS DE LIBERDADE



PS

O secretário-geral do PS defendeu que “Abril continua actual nos desafios de hoje”. Desde logo, no pacote laboral e na imigração. José Luís Carneiro disse que os problemas laborais não justificam “a revisão dos direitos constitucionais”, como o “despedimento sem justa causa”, “nem o destratamento dos imigrantes”. Finalmente, o líder socialista sinalizou que “a liberdade não se oferece: conquista-se” e que “a democracia não é prémio” nem “tem pais, porque somos todos nós que a fazemos todos os dias”, numa referência a Mário Soares.

“A LIBERDADE NÃO SE OFERECE: CONQUISTA-SE” E “A DEMOCRACIA NÃO É PRÉMIO” NEM “TEM PAIS, PORQUE SOMOS TODOS NÓS QUE A FAZEMOS TODOS OS DIAS”, DISSE JOSÉ LUÍS CARNEIRO

o país despertou entusiasmado com uma esperança que se concretizou mais tarde, quando ficou garantido que Portugal faria parte das democracias liberais em que nos revemos”. E afirmou: “É hoje reconhecido que a revolução portuguesa do 25 de Abril foi o início da terceira vaga de democratização que varreu o mundo até ao final do século XX”.



INICIATIVA LIBERAL

Pela Iniciativa Liberal, subiu à tribuna a líder Mariana Leitão para lembrar que “há 52 anos,



LIVRE

Rui Tavares, deputado do Livre, dirigiu-se ao Governo, considerando que se “percebe muito

**“É HOJE RECONHECIDO
QUE A REVOLUÇÃO
PORTUGUESA DO 25
DE ABRIL FOI O INÍCIO
DA TERCEIRA VAGA DE
DEMOCRATIZAÇÃO QUE
VARREU O MUNDO ATÉ
AO FINAL DO SÉCULO XX”,
DISSE MARIANA LEITÃO**

mal” que, “depois de anos a adiar o Centro Interpretativo do 25 de Abril”, o executivo “tenha decidido deslocá-lo para a Pontinha”. “Merece estar no centro simbólico do nosso Estado”, defendeu, apelando à assinatura de uma petição, apoiada pelo Livre – “Pôr Abril no sítio certo” –, para que seja instalado na zona do Terreiro do Paço.



PCP

O deputado comunista Alfredo Maia referiu-se a um “trajecto de retrocesso” no qual es-

tá inserido o “pacote laboral com que o patronato, o Governo e a direita que o servem pretendem esmagar os direitos dos trabalhadores”. O comunista sublinhou que Abril é, entre outras coisas, “respeito por quem trabalha e produz a riqueza” e, por isso, é preciso “retomar esse rumo, derrotando o pacote laboral”.



CDS

João Almeida, do CDS, questionou “porque há tanto medo” de “discutir a história, os factos e as suas interpretações”, de “questionar as ‘verdades oficiais’”, de “pôr em causa os donos do regime”, de “fazer reformas”, de “celebrar o 25 de Novembro” ou de “rever a Constituição”. E defendeu que “Abril não tem donos”. “Abril não é vosso, nem nosso. Abril é do povo. Abril dispensa tutelas, guardiães e donos”, disse, numa mensagem de crítica à esquerda, sustentando que “todos temos a mesma legitimidade para o assinalar”.



BLOCO DE ESQUERDA

Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda (BE), começou por notar que a democracia tem uma “característica difícil para os impacientes”, que é obrigar-nos a partilhar o país “com pessoas com que discordamos profundamente”. O deputado do BE frisou que a tolerância da diferença “não nos obriga à ingenuidade perante quem quer destruir o combate de ideias”. “A gritaria constante não é coragem política”, atirou, levantando palmas da bancada do PS e risos da bancada do Chega.



PAN

Inês Sousa Real, a deputada única do PAN, alertou que “Abril falha” devido à crise da habitação, à precariedade, à violência contra ani-

**INÊS SOUSA REAL,
A DEPUTADA ÚNICA DO
PAN, ALERTOU QUE “ABRIL
FALHA” DEVIDO
À CRISE DA HABITAÇÃO,
À PRECARIEDADE,
À VIOLÊNCIA CONTRA
ANIMAIS, À VIOLÊNCIA
NA PALAVRA
OU À DESTRUIÇÃO DA
NATUREZA**

mais, à violência na palavra ou à destruição da natureza. “Não estamos a cumprir Abril quando deixamos para trás quem cuida e precisa de protecção” e “as mulheres continuam a viver com medo”, salientou, alertando para os abusos contra mulheres, crianças ou idosos.



JPP

O primeiro a discursar havia sido Filipe Sousa, o deputado único do Juntos Pelo Povo (JPP), defendendo que o 25 de Abril faz parte da “consciência do povo” e que, nos 52 anos da data, se assinala como a “coragem venceu o medo”. E salientou: “O 25 de Abril ensinou que a liberdade não é um dado adquirido; é uma construção diária”.



HINO E GRÂNDOLA

Marcelo Rebelo de Sousa já estava no hemisfério quando entraram o agora Presidente da República, António José Seguro, o primeiro-ministro, Luís Montenegro, e o presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, também de cravo na lapela (ao contrário do líder do Governo). Com todas as bancadas de pé, cantou-se o Hino Nacional e

iniciaram-se os discursos.

No final, depois de cantarem novamente o Hino Nacional, o Presidente da República e o presidente do Parlamento deixaram a sala. Já os deputados da esquerda e os capitães de Abril levantaram cravos no ar e cantaram “Grândola, Vila Morena”, de José Afonso. O Governo manteve-se no seu lugar.

Marinha Grande

CAPITÃES DE ABRIL LEVAM A REVOLUÇÃO À ESCOLA



O pavilhão esteve completamente cheio, com o público

Adelino Rodrigues da Costa e Alfredo Vieira compartilharam memórias do 25 de Abril com alunos da Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte, num encontro marcado por perguntas, música e gestos de ternura

LICÍNIO LIMA

A Revolução dos Cravos, há 52 anos, voltou a florescer onde melhor se cultivam os Valores de Abril: na escola. No dia 28, três dias após a comemoração nacional, a Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte, na Marinha Grande, distrito de Leiria, recebeu dois Capitães de Abril, testemunhas vivas da Revolução, para que a memória não se apague. Alunos, professores e restante comunidade educativa encheram o anfiteatro para manter viva a chama da liberdade.

O Capitão de Abril Adelino Rodrigues da Costa e o cidadão de Abril Alfredo Vieira foram recebidos com honras de heróis e tiveram como maior recompensa a atenção, o interesse e o carinho dos jovens estudantes. Logo à chegada, visitaram uma exposição alusiva ao 25 de Abril de 1974, completa e carregada de simbolismo, com referências à “Operação Viragem Histórica”. Cartazes, objetos e testemunhos preenchiam cada canto, compondo uma memória viva. Os *roll-ups* foram cedidos pela Associação 25 de Abril, entidade que representa

os militares protagonistas da Revolução, que se associou, com orgulho, a este evento promovido por uma escola — alfobre de novas humanidades — situada na histórica e simbólica Marinha Grande.

Com o anfiteatro lotado, a professora Cristina Possacos deu as boas-vindas e sublinhou o propósito do encontro: encurtar a distância entre o que aconteceu há 52 anos e o presente, perante pessoas concretas, participantes ativas no rumo da História. Tudo o que os alunos leram e ouviram sobre o 25 de Abril poderia ali ser confirmado por quem viveu, por dentro, “o dia inicial inteiro e limpo.” “Para que a vossa memória não se apague”, apelou a docente.

Seguiu-se a exibição de um pequeno filme realizado pelos alunos, com apoio técnico do professor João Costa, que percorreu os principais momentos da Revolução. O vídeo culminou com a canção-símbolo de Abril, “Grândola, Vila Morena”, interpretada por cinco alunas acompanhadas à guitarra. Depois, a aluna Marta Oliveira Bento, diretora júnior do estabelecimento



de ensino, leu um texto da sua autoria sobre o 25 de Abril, recebendo aplausos de colegas e professores. Pela clareza das ideias e pela sensibilidade com que, aos 17 anos, abordou os Valores de Abril, *O Referencial* publica, na íntegra, as palavras ali proferidas.

Apresentados pela professora Hermínia Lima, os dois convidados falaram sobre a epopeia que marcou, para sempre, a História de Portugal. Seguiram-se inúmeras perguntas dos alunos, pertinentes e envoltas em curiosidade. A mais repetida foi: “O que é que sentiram...?”. Pelas respostas dos Capitães, percebeu-se que ne-

nhuma descrição consegue alcançar o pulsar daquela sonhada madrugada.

A certa altura, tocou um alarme no bolso do comandante Adelino Rodrigues da Costa. “É para me lembrar que tenho de comer qualquer coisa por causa da diabetes”, explicou. E, ainda assim, não interrompeu a apresentação. Poucos minutos depois, aproximou-se uma aluna e entregou-lhe algo: “Fui ao bar comprar umas bolachas para si.” O comandante quase tropeçava num degrau de ternura — e o anfiteatro sorria com ele.

As perguntas continuavam e, para conduzir o encontro à reta final, a professora Lurdes



Rodrigues interveio com um pedido simples e exigente: “Abril terá de continuar dentro de cada um de nós.” Poucas frases resumiriam melhor o que aconteceu naquela manhã de 28 de Abril de 2026, na Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte: memória, participação e liberdade transmitidas de geração em geração.

Mas o dia ainda não tinha terminado. O comandante Rodrigues da Costa participou, depois, num *podcast* moderado pelas alunas Laura Marta Gonçalves e Marta Bento. A produção, num estúdio tecnologicamente bem apetrecha-

do, esteve a cargo dos estudantes do curso de Audiovisuais, que registaram o testemunho para memória futura.

No final da iniciativa, os membros da Associação 25 de Abril — simbolizando todos os que construíram a Revolução dos Cravos — agradeceram à direção, aos docentes e aos alunos o acolhimento e a organização do encontro. “Excedeu todas as expectativas”, referiram, deixando uma mensagem para a comunidade escolar: “O que vimos, ouvimos e lemos nesta escola é a melhor prova de que tudo, há 52 anos, valeu a pena.”

SOU NETA DE ABRIL, FILHA DA LIBERDADE

MARTA BENTO*

Começo por saudar os capitães de Abril hoje aqui presentes. Aos restantes, lembro-vos que aqui estamos porque podemos. Podemos como os nossos avós não podiam e espero sinceramente que os meus netos possam muito mais.

O 25 de Abril é um dos eventos portugueses que mais tem sido alvo de uma certa lavagem perante a opinião pública. Fico com a sensação de que muitos de vocês não percebem verdadeiramente o que foi aquele dia para um país.

Antes do dia dos cravos, a pobreza, o analfabetismo e a doença eram normais. Era isso que se vivia na casa da vizinha, de todas elas. As crianças só eram crianças pela idade que tinham, porque os deveres eram os mesmos dos pais — e os direitos, tal como os dos pais, resumiam-se ao de acordar e ao de louvar Deus, Pátria e Família.

Neste modelo da sociedade, as mulheres ajoelhavam-se e choravam, com os maridos enviados para as colónias ou para as prisões políticas. Com o peso do lar nas costas, e agora como mães e pais ao mesmo tempo, procuravam a estabilidade e a pouca dignidade que existisse.

A vida nunca parou por quem mais precisava. Muitos destes homens nunca mais foram vistos. Foram levados à força para prisões como Peniche, Caxias



ou para as colónias como o Tarrafal, onde viveram realidades que hoje nos são quase impossíveis de imaginar: tortura do sono, isolamento, condições impensáveis à luz da constituição que hoje nos protege. Muitos foram apagados, e com eles desapareceram histórias que nunca chegaremos a conhecer. O regime encarregou-se disso.

Por esses ouvimos os que voltaram, mudados para sempre, mas livres, finalmente livres, porque reivindicações por uma vida digna nunca deveria ter sido motivo para atos grotescos contra a humanidade. Viver era ter o sapato roto e a barriga vazia. Era

trocar os livros pelo vidro antes de saber ler e a expressão artística era tão vasta quanto o lápis azul e outros órgãos do governo deixavam.

É aqui que surge o 18 de janeiro, um ensaio que ganharia asas no 25 de Abril de 1974. A nossa linda Revolução dos Cravos que trouxe o direito à greve, o salário mínimo, o Serviço Nacional de Saúde e, acima de tudo, dignidade para todos.

Hoje celebramos o 25 de Abril com cravos nas ruas, com discursos e com homenagens aos capitães e a figuras como Celeste Caeiro. Mas esta data não pode ser apenas uma memória ou uma celebração simbólica. O 25 de Abril é, acima de tudo, uma responsabilidade.

É um pedido daqueles que já não estão cá para continuarmos o trabalho que começaram. É um aviso para não cairmos no conforto e para não repetirmos erros do passado. É a prova de que não podemos aceitar a injustiça em silêncio.

No entanto, vivemos numa sociedade - e especialmente numa juventude — onde o comodismo começa a instalar-se. Muitas vezes acreditamos que alguém fará por nós aquilo que não queremos fazer. Mas é injusto deixar aos outros a responsabilidade de defender os nossos direitos.

Estes direitos nunca estão totalmente garantidos. O mundo muda, mas há sempre quem tente tirar partido de um povo desinformado ou desinteressado. Hoje temos acesso à informação como nunca antes, mas isso não significa que somos mais informados. Conhecer a história nunca foi suficiente; se não

aprendermos verdadeiramente com ela, corremos o risco de perder aquilo que conquistaram por nós.

As falhas no sistema e as dificuldades que afetam a vida de muitas pessoas alimentam discursos populistas e abrem espaço a quem prefere um povo calado e se alimenta do ódio.

A liberdade está nas nossas mãos e nas pequenas coisas do dia a dia — na forma como falamos, como pensamos e como participamos na sociedade.

"O povo é quem mais ordena" e que o povo saiba sempre o que está a ordenar. Que nunca nos esqueçamos de que, outrora, o "herói da nação" foi o milagroso ministro das Finanças, Salazar.

É essencial participar, questionar, procurar informação e valorizar a cultura e o pensamento crítico. A liberdade exige atenção. Exige ação.

Celebrar o 25 de Abril é continuar aquilo que começou. E, se acham que os direitos estão todos conquistados, é porque ainda não se confrontaram com a vida adulta — ou, sendo mulheres, com a realidade de andar sozinhas na rua à noite.

Sou neta de abril, filha da liberdade, vivo as conquistas todos os dias: quando vou à escola, quando posso expresso a minha opinião sem medo, quando penso na minha comunidade e no futuro. Não estive lá, mas estou aqui — e estarei sempre.

Por isso, mais do que ter um cravo na mão, é preciso vivê-lo todos os dias.

* Diretora Júnior da Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte, na Marinha Grande, 17 anos

Almada

CELEBRAÇÃO DO 25 DE ABRIL COM FESTA JOVEM



As actuações gímnicas, protagonizadas por jovens entre os seis e os 18 anos, marcaram o ponto alto do evento



NO DIA 18 DE ABRIL DE 2026, o Complexo Municipal dos Desportos “Cidade de Almada”, localizado no Feijó, recebeu a edição deste ano da Festa Jovem, integrada nas comemorações do 52.º aniversário do Revolução dos Cravos. O evento reuniu 655 jovens ginastas, acompanhados por 46 treinadores, em representação de 13 entidades de ensino dos distritos de Lisboa e Setúbal, além do Colégio Militar e da Academia Militar.

A iniciativa, organizada com o apoio da Câmara Municipal de Almada, da Associação 25 de Abril e de várias entidades ligadas à ginástica e ao desporto nacional, tem vindo a afirmar-se como uma tradição desde a sua primeira edição, em 1994, criada para assinalar os 20 anos do 25 de Abril.

O pavilhão esteve completamente cheio, com o público a assistir ao desfile inicial dos gru-

pos participantes, que se apresentaram com os respetivos estandartes. Seguiu-se a entrega de lembranças e as intervenções institucionais, nas quais foram destacados os valores de liberdade e democracia associados à data histórica.

As actuações gímnicas, protagonizadas por jovens entre os 6 e os 18 anos, marcaram o ponto alto do evento. Os diferentes grupos apresentaram coreografias de elevada qualidade técnica e artística, algumas inspiradas em grandes produções musicais, que entusiasmaram a assistência e foram amplamente aplaudidas.

No final, a organização destacou o sucesso da iniciativa e agradeceu o contributo de todas as entidades envolvidas, sublinhando o papel da Festa Jovem como momento de celebração cívica, cultural e desportiva ligado à memória do 25 de Abril. A A25A fez-se representar neste evento por um elemento da sua Direcção.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
OUVIU JOVENS SOBRE
**“LIBERDADE,
DEMOCRACIA
E FUTURO”**





Sob o mote “Liberdade, Democracia e Futuro”, o Presidente da República abriu os jardins do Palácio de Belém ao público, com famílias e jovens, num total de 1893 visitantes.

Os participantes, com idades entre os 18 e os 34 anos, de diferentes áreas da sociedade e formação e provenientes de diversas regiões do

país e da diáspora, onde se incluem três jovens que escreveram ao Presidente da República neste início de mandato, transmitiram e partilharam as suas ideias e prioridades e de que forma encaram os desafios que se colocam à nossa democracia a pensar no futuro.

O Chefe de Estado comprometeu-se a dar voz



às propostas e preocupações, prometendo fazer mais encontros deste tipo ainda durante o primeiro ano de mandato. Ouviu inúmeras sugestões, bem como o apelo a uma coligação com os jovens portugueses para “mudar muito o país”.

PORTAS ABERTAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar Branco pediu aos cidadãos que visitaram o Parlamento no dia 25 de Abril que o façam também ao longo do ano e que tragam consigo amigos.

As portas do parlamento foram abertas pelas 14h30 - hora em que também começaram na Assembleia da República várias iniciativas, desde a dança à pintura, passando por várias exposições temáticas, para assinalar o 52.º aniversário do 25 de Abril de 1974.

Várias dezenas de pessoas, muitas delas crianças e jovens de escolas, e até turistas estrangeiros, aproveitaram a oportunidade. José Pedro Aguiar-Branco falou com alguns dos visitantes, mostrou-lhes e explicou-lhes um pouco da história da Sala de Sessões e do Salão Nobre, tirou fotografias e deu autógrafos.

ACTOR RUY DE CARVALHO NO PALÁCIO DE S. BENTO



O PRIMEIRO-MINISTRO, Luís Montenegro, considerou que foi “uma escolha muitíssimo feliz” celebrar o 25 de Abril juntando a liberdade com a expressão artística, em particular o teatro, e uma homenagem ao actor Ruy de Carvalho, que classificou como “um herói português”.

Luís Montenegro falava na residência oficial em São Bento (Lisboa), antes do programa previsto para assinalar o 25 de Abril com três momentos de teatro executados por escolas e depois de ter almoçado com o ator Ruy de Carvalho, numa altura em que os jardins já estavam abertos ao público.

Com Ruy de Carvalho sentado na primeira fila dos jardins, entre o primeiro-ministro e a sua mulher – e com as ministras da Cultura e do

Ambiente também na plateia -, Montenegro prestou homenagem a Ruy de Carvalho, que já completou 99 anos.

“Com ele e convosco podemos celebrar de uma forma tranquila, mas também alegre o Dia da Liberdade, o dia onde nos lembramos e evocamos de um percurso histórico que há 52 anos atrás nos abriu novos horizontes de desenvolvimento, mas um dia onde sobretudo olhamos para a frente”, afirmou.

Montenegro considerou que foi “uma escolha muitíssimo feliz juntar o 25 de Abril, a liberdade, a democracia, a igualdade de oportunidades com a expressão artística, a cultura e uma figura maior”.

“Eu vou mesmo dizer, o Ruy de Carvalho é um herói português”, saudou.



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA COMO PROMESSA CUMPRIDA DE ABRIL

NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES do cinquentenário da Lei Fundamental, a Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, acolheu no dia 15 de Abril o colóquio “50 anos da Constituição da República Portuguesa (1976–2026)”. A iniciativa, que resultou de uma parceria entre a Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril e o Tribunal Constitucional, registou lotação esgotada no Auditório 3, transformando-se num espaço de profunda reflexão cívica e académica.

A abertura da sessão esteve a cargo do Presidente do Tribunal Constitucional, José João Abrantes, e da Comissária Executiva da estrutura comemorativa, Maria Inácia Rezola. Nas suas intervenções, ambos destacaram a presença da associação A25A e dos capitães de Abril, sublinhando que sem o movimento militar não haveria Democracia nem Constituição. Foi ainda dirigida uma saudação particular à arquitecta Helena Roseta, figura histórica da Constituinte presente na sala.

MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

O colóquio estruturou-se em quatro momentos de debate. O primeiro painel, moderado por António José Teixeira, analisou a “Circunstância histórica e receção da Constituição de 1976”, com contributos de António Costa Pinto e Javier Tajadura Tejada. Seguiu-se uma incursão pela memória e experiência directa de Helena Roseta e António Vitorino, moderados por Francisco Sena Santos.

As revisões constitucionais e os novos quadros de soberania estiveram no centro do terceiro

**NUM CONTEXTO DE
TENTATIVAS DE REVISÃO
HISTÓRICA QUE PROCURAM,
(...) EQUIPARAR O PERÍODO
DA DITADURA (1926-1974)
À DEMOCRACIA .
O COLÓQUIO REAFIRMOU
A CONSTITUIÇÃO
COMO O GARANTE
DO ESTADO DE DIREITO**

painel, com Maria Nunes Vicente e Maria José Rangel Mesquita, sob moderação de Maria Flor Pedroso. O encerramento dos debates coube a uma nova geração de juristas — Afonso Brás, Inês Neves e Marta Bastos Graça —, que sob o olhar do jornalista Filipe Santa-Bárbara discutiram a relevância da Carta Magna na actualidade.

COMBATE À DESINFORMAÇÃO HISTÓRICA

Um dos momentos altos da tarde foi a intervenção do coronel Vasco Lourenço, que partilhou o seu testemunho pessoal como membro do Conselho da Revolução durante o processo constituinte.

Num contexto de crescente desinformação e de tentativas de revisão histórica que procuram, abusivamente, equiparar o período da Ditadura (1926-1974) à Democracia, o colóquio reafirmou a Constituição como o garante do Estado de Direito. O encontro serviu para recordar que o texto de 1976 foi a promessa cumprida pelo MFA, instituindo o pluralismo político e a separação de poderes.

COSTA GOMES: O PRESIDENTE DA CONSTITUIÇÃO



Sessão realizada no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

UM GRUPO DE CIDADÃOS em que se encontravam alguns destacados membros da A25A, incluindo alguns ex-Conselheiros da Revolução, constituíram-se como Comissão Organizadora Pró-50.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa, reagindo contra o “movimento de apagamento da memória da resistência ao fascismo e de revisionismo histórico do que se passou, em particular entre 25 de Abril de 1974 e 2 de Abril de 1976”.

Essa comissão foi apoiada por várias organizações e movimentos cívicos, entre as quais a A25A, tendo assinalado no dia 2 de Abril a passagem do 50.º aniversário da promulgação da Constituição da República Portuguesa (CRP), “bem como o papel decisivo que o general Costa Gomes teve no acto e na forma de que o mesmo se revestiu”.

Do seu programa constou uma sessão realizada no Instituto Superior de Economia e Ges-

tão da Universidade de Lisboa (ISEG), que foi dominada pela leitura de um testemunho do comandante Silveira Pinheiro, que foi ajudante-de-campo do general Costa Gomes entre Outubro de 1974 e Agosto de 1976. Nesse testemunho abordou o papel de Costa Gomes na promulgação da Lei Fundamental e salientou a “sua excepcional capacidade de ouvir, guardar argumento, enorme paciência e resistência durante demoradas reuniões com conselheiros, que lhe permitiu moderar ímpetos e influen-

ciar decisões colectivas adequadas a perigosas situações provocadas por adeptos mais ou menos camuflados da união nacionalista de Salazar e Caetano e por dinâmicas partidárias num ambiente perturbado por clivagens nas Forças Armadas”.

Seguiu-se uma concentração junto à escadaria da Assembleia da República, onde usaram da palavra o major-general Pedro Pizarat Correia e o ex-deputado à Assembleia Constituinte José Pedro Soares.



Marechal Francisco da Costa Gomes

O Marechal Francisco da Costa Gomes (1914-2001) foi o 16.º presidente da República Portuguesa. Nasceu em Chaves, frequentou o Colégio Militar e em 1931 ingressou no Exército e depois de uma longa e prestigiada carreira militar, foi promovido a brigadeiro em 1964. No dia 25 de Abril de 1974 foi escolhido pela Comissão Coordenadora do MFA para integrar a Junta de Salvação Nacional e, no dia 30 de Setembro de 1974, na sequência da demissão do general Spínola, o Conselho de Estado escolheu-o para Presidente da República, cargo que exerceu até 13 de julho de 1976.

Era licenciado em Ciências Matemáticas pela Universidade do Porto, tem sido considerado como um dos grandes obreiros da instauração da Democracia em Portugal e, desde 2002, é Sócio de Honra da A25A.

COIMBRA EVOCOU AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES

Créditos fotográficos: Câmara Municipal de Coimbra | Catarina Galheiro



Maria Inácia Rezola, Comissária Executiva das Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril este presente na exposição

A CIDADE DE COIMBRA recebeu no Convento de São Francisco a exposição Haverá Eleições. 1975: as primeiras eleições livres em Portugal, que foi co-organizada pela Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril e pela Assembleia da República, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da RTP. Antes apresentada em Lisboa, onde foi visitada por milhares de pessoas nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, a exposição foi acolhida pela Câmara Municipal de Coimbra e ocupou a Galeria Pedro Olayo e o Foyer do

piso 0 do Convento de São Francisco, desde o dia 20 de Novembro de 2025 até ao dia 22 de Fevereiro de 2026. Através de diversificada documentação, que incluía material audiovisual, fotografias, imprensa da época e outros documentos, a exposição retratou a história eleitoral portuguesa e o ambiente vivido com as primeiras eleições livres realizadas em Portugal no dia 25 de Abril de 1975.

A exposição teve a curadoria da cineasta Catarina Vasconcelos e do politólogo Pedro Magalhães.

VÍDEOS INÉDITOS

DIVULGADOS 15 ANOS DEPOIS



NO ÂMBITO DAS CELEBRAÇÕES do cinquentenário do 25 de Abril, o ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (IUL) procedeu à recuperação e divulgação pública de um vasto acervo audiovisual intitulado “Vozes da Revolução – 35 anos do 25 de Abril”. Trata-se do registo integral de um colóquio memorável realizado em Maio de 2009, que reuniu, na época, as figuras mais marcantes da transição democrática portuguesa.

A iniciativa, que contou com a organização conjunta do Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa (CEHCP), do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), do Instituto de História Contemporânea da UNL e da Associação 25 de Abril, ganha agora uma nova vida digital. O objectivo do ISCTE-IUL é claro: estimular a investigação académica e consolidar a construção da memória colectiva sobre o processo revolucionário.

ARQUIVO VIVO

O acervo, agora disponível na plataforma YouTube, soma cerca de 17 horas de depoimentos e debates de elevada densidade política e científica. O conteúdo está estruturado em painéis temáticos que abordam desde a “Cultura e Re-



volução” e os “Movimentos Sociais” até à “Descolonização e Enquadramento Internacional”. O colóquio reuniu mais de quatro dezenas de estudiosos de diversas áreas das Ciências Sociais, incluindo reputados historiadores estrangeiros como René Pélissier e Sánchez Cervelló. A riqueza do documento reside, contudo, no cruzamento entre a análise académica e o testemunho directo de quem escreveu a História.

PROTAGONISTAS DE ABRIL

Entre a longa lista de participantes, cujas intervenções podem agora ser consultadas livremente, destacam-se nomes cimeiros da vida civil e militar de Portugal. Figuras como Mário Soares, António de Almeida Santos, Vasco

Lourenço, José Medeiros Ferreira e Vítor Crespo oferecem perspectivas que atravessam vários quadrantes de opinião.

O painel de oradores incluiu ainda contributos de personalidades como Aniceto Afonso, António Reis, Carlos de Matos Gomes, Isabel Flunser Pimentel, José Sanches Osório, José Silva Lopes, Luís Costa Correia, Pedro de Pezarat Correia e Pedro Lauret.

Para os investigadores e interessados no tema, estas gravações constituem uma peça fundamental de história oral. Num tempo de celebração, a disponibilização destes debates permite um esclarecimento mais profundo e rigoroso sobre as clivagens, as decisões e os ideais que moldaram o Portugal contemporâneo.

SARGENTOS ASSINALAM O 31 DE JANEIRO



NA MANHÃ DO DIA 31 DE JANEIRO, numa sala repleta na Casa do Alentejo em Lisboa, por iniciativa da Associação Nacional de Sargentos (ANS), comemorou-se o Dia Nacional do Sargento, em que se assinala a revolta dos sargentos no Porto em 31 de Janeiro de 1891. A Associação 25 de Abril (A25A) foi convidada e esteve representada pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, vice-almirante Álvaro Sabino Guerreiro. Foram feitas intervenções pelos representantes das várias organizações presentes, em que foram referidas as difíceis condições das Forças Armadas portuguesas e os problemas dos militares, em particular a categoria de Sargento. Foi referido que os Estatutos dos Militares das Forças Armadas está a ser revisto sem a participação das associações profissionais e colocada ênfase na falta de recursos humanos. O representante da A25A, afirmou que os que fizeram o 25 de Abril tiveram certamente em conta o exemplo da revolta dos sargentos de 1891 no Porto, sublinhando que nos últimos anos a Liberdade tem sido posta em causa no panorama internacional, e também em Portugal, de uma forma muito significativa. Recordou que Liberdade rima com Unidade. Assim, disse, seria muito bom ver na sala representantes dos oficiais, dos sargentos e das praças, da GNR, da Polícia, para além da Associação dos Deficientes e de organizações sindicais, e apelou pela continuidade da luta pela Liberdade, em Unidade.

VÍTOR SANTOS CRIOU MEDALHA E CARTAZ COMEMORATIVOS

O CARTAZ E A MEDALHA do 52.º aniversário do 25 de Abril foram criados, para a A25A, pelo escultor Vítor Santos que, mais uma vez, se disponibilizou para colaborar com a nossa associação de forma amiga e gratuita.

A criação destas peças artísticas foi essencial para a divulgação desta efeméride histórica e para a preservação da memória e dos valores de que a data é portadora.

A qualidade do trabalho realizado prestigia o autor, mas também dignifica a A25A que, através d'O Referencial, agradece a sua generosidade e o seu apoio de todas as horas.

Obrigado, Vítor Santos!

PALAVRAS DO ESCULTOR

“Foi-me proposta a concepção para a A25A da Medalha e do Cartaz evocativos de mais um aniversário de tão importante dia.

Não estando diretamente ligado à Política, mas como Cidadão e Artista, sinto as nuvens negras que se avolumam à volta da Democracia.

Esse foi o mote para a realização do trabalho. Procurei representar em ambos os suportes – Medalha (tridimensional) e Cartaz (num só plano) – a forma como devemos intervir em favor da Liberdade.

Um jogo entre uma face com 25 de Abril e a outra com 52 Anos.

O anverso, dourado com a legenda “REGUEM OS CRAVOS” e o reverso, negro com a legenda “NÃO DEIXEM MORRER A DEMOCRACIA”. No rebordo, ligando as duas faces, representa-se o “cravo vermelho”, que se quer vivo.”

O AUTOR

Natural de Algés, onde nasceu em 1946. Licenciado e Mestre pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Curso de Desenhador Gravador Litógrafo da Escola de Artes Decorativas António Arroio.

Membro da FIDEM (Fédération Internationale de la Médaille).

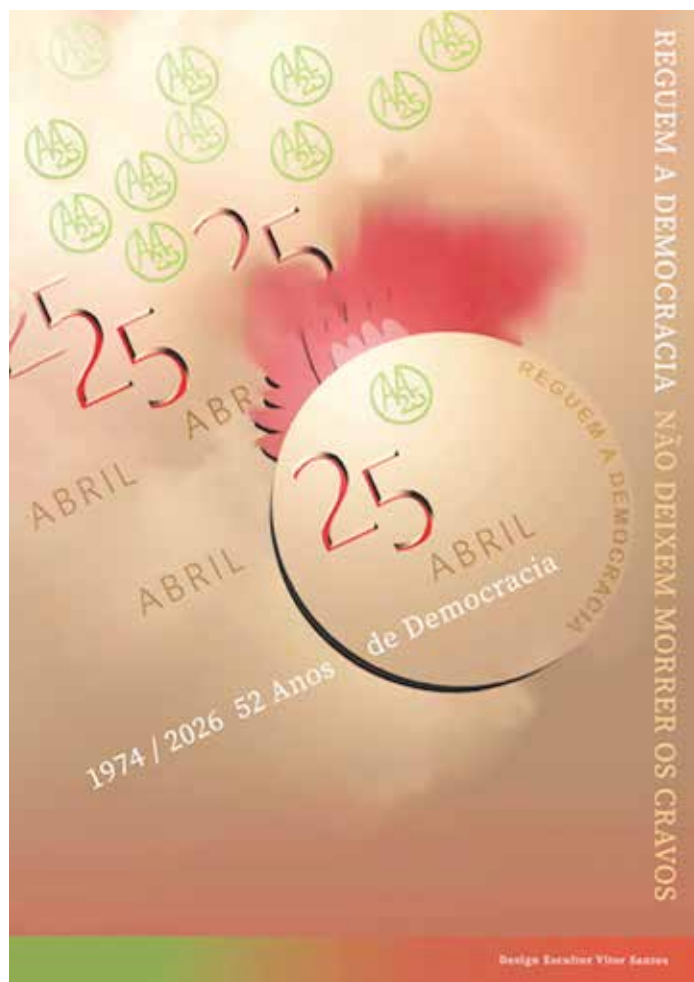
Autor da face nacional da moeda EURO.

Membro fundador do grupo de escultores Anverso/reverso.

Representado no Departamento de Medalhas e Moedas do Museu Britânico e em várias coleções particulares.

Académico correspondente da Academia Nacional de Belas-Artes.

Participante activo com Medalhas Digitais no International Virtual Medal Project – Bulgária.



Cartaz 2026



Medalhas 2026
Frente e verso

ADFA RECORDA CONQUISTA HISTÓRICA



A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), fundada em Maio de 1974, viu os seus direitos à reparação material e moral serem oficialmente reconhecidos apenas com a publicação do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro. Este diploma pioneiro foi o pilar das medidas e dos meios destinados a promover a plena integração dos militares deficientes na sociedade portuguesa.

Para assinalar os 50 anos deste documento legislativo, a ADFA promoveu no dia 20 de Janeiro uma sessão solene no auditório da sua sede nacional, em Lisboa. O evento foi presidido pelo Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional e contou com uma assistência muito concorrida.

Durante a cerimónia, o Presidente da Direcção Nacional da ADFA, tenente-coronel António Pereira Neves, historiou o percurso da associação e aproveitou a ocasião para recordar as actuais necessidades da instituição. A sessão contou ainda com as várias intervenções, estando a Associação 25 de Abril (A25A) representada por um elemento da sua direcção, o comandante Adelino Rodrigues da Costa.

ERA ABRIL E AMANHECIA

MARIA VIRGÍNIA RODRIGUES *

E apesar de tudo
Abril não se vergou.

Chegou inesperadamente
enquanto se dormia
e em trevas se sonhava liberdade;
mas de tão desejada,
aquela indecisa madrugada
em breve se fez dia, claro, radioso,
inundado de gente
que de súbito se reencontrava como Povo.

E era ver Lisboa
Onde, sem medo, esse Povo se fez à rua;
Povo-fardado abraçado ao Povo,
tomando cada praça como sua.

E era ver Lisboa
onde o Povo se fez à rua
e com cravos cor de sangue
tingiu de vermelho
os tanques e as amas do soldado.
Ai África distante,

Povo negro, Povo branco,
tantos mortos lado a lado!
Tanto sangue derramado!

E era ver as ruas
onde o Povo, inebriado de alegria,
de coração nas mãos,
em cada abraço distribuía
flores e pão;
cansaço de quem tanto desconfia
de outro ser e, finalmente livre,
vê em todos um irmão.

E era ver as ruas
onde o Povo, inebriado de alegria,
se esqueceu de odiar
aqueles que o humilharam
e o espoliaram dia a dia.
Aqueles que, refeitos da surpresa,
se apoderaram de novo das riquezas.

* Professora, poeta, sócia da A25A

LEMBRAR O JORNALISMO E O DIREITO À INFORMAÇÃO

Pesquisas citadas no relatório do OberCom encontram correção entre a ausência de notícias em certos territórios e a vulnerabilidade das populações face à desinformação e aos discursos populistas. Do passado ao presente, os dois artigos da rubrica “Abril e os Jovens” sublinham por que o jornalismo é um dos mais importantes pilares da democracia e que o direito à informação, mesmo que ameaçado, está consagrado na Constituição

FÁTIMA LOPES CARDOSO*

EM TEMPOS DE DESASSOSSEGO social e político, os jornalistas e os meios de comunicação, filtros de mentiras e defensores da verdade, tornam-se alvos a abater pelas figuras que propagam narrativas enviesadas e de ódio. Aconteceu inúmeras vezes na História, em regimes imperialistas, fascistas, ditatoriais e até tecnocratas. Particularmente durante o Estado Novo – como todos sabemos ou vivemos na pele –, a censura à imprensa foi cerrada, mas também perseguiu as inúmeras configurações de expressão artística e intelectual cujos saberes ou mensagens pudessem estimular o pensamento crítico da sociedade.

Nos lugares de memória como são os museus, existem provas das atrocidades cometidas a tantas figuras preponderantes na sociedade.

Durante a II Guerra Mundial, as perseguições começaram, exatamente, pelas forças opositoras ao regime nazi. Numa das salas da Fábrica de Oscar Schinder, hoje transformada num dos pontos turísticos de Cracóvia, é bem explícito, através dos objetos e dos textos que os acompanham, o quanto os nazis tinham urgência em eliminar artistas, pensadores, professores universitários, jornalistas, escritores e outros intelectuais da Polónia, para que o regime nazi pudesse tomar o país e devastar todo um povo. Enclausurando quem estimula o pensamento, era mais fácil tornar as populações influenciáveis e inertes perante a propaganda do agressor. Mais do que ajudar a compreender o presente, conhecer a História da Humanidade e os seus conflitos permite identificar perigos e desen-



Escrever sobre jornalismo e acompanhar a informação credível produzida por profissionais são as melhores formas de contribuir para a valorização da profissão e não deixar que opiniões se apresentem disfarçadas de factos, em jeito de lobo disfarçado de cordeiro

volver estratégias que os homens do nosso tempo devem adotar para evitar que os incidentes ou catástrofes se repitam. O desinvestimento em educação e informação por parte dos agentes decisores é um sinal de que a sociedade civil deve estar atenta. Um Estado que desinveste na educação, cultura e informação constrói um país sem capacidade crítica.

FÁCIL DESINFORMAÇÃO

Se na edição anterior da rubrica “Abril e os Jovens”, o artigo jornalístico de Matilde Abrantes reunia os relatos de professores sobre como era ensinar antes do 25 de Abril e de como o regime de Salazar desvalorizava a educação – sobre este tema, vale a pena assistir ao documentário “A Oficina das Almas”, de Bruno Cerveira, que voltou a ser exibido este ano, na RTP2 -, os dois artigos do presente número são dedicados ao jornalismo e à importância que exerce na consolidação dos regimes democráticos.

Vários estudos científicos têm demonstrado que existe correlação entre os desertos de notícias – identificados no Relatório de Portugal 2025, coordenado por uma equipa do LabCom – Laboratório de Comunicação, da Universidade da Beira Interior (UBI) – e a tendência para a fácil propagação da desinformação, do discurso populista e sem contraditório. Substituída a leitura de notícias nos meios de comunicação tradicionais pelas redes sociais, as mentiras propagam-se à velocidade relâmpago e, mesmo que desconstruída a falsidade com *fact-checking*, o que não é verdade permanece no inconsciente coletivo.

Num total de 308 concelhos existentes no país continental e ilhas, 170 apresentam algum nível de problema na cobertura noticiosa local, ou seja, mais de 55%, sobretudo, no interior do país. No Alto Alentejo, existem apenas nove meios de comunicação para cerca de 103 mil habitantes. Os mesmos estudos também indicam que, quando as pessoas sentem que os media tradicionais não refletem os problemas do quotidiano e a sua realidade – ou porque não são notícia ou porque se sentem ignorados pelas elites de Lisboa – tendem a afastar-se e a desligar-se do jornalismo.

O relatório “Fact-checking Tendências em Espanha e Portugal” (2024), do OberCom, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, revela que em territórios com menos oferta de informação, os eleitores tendem a perder o vínculo com as agendas políticas tradicionais. O mesmo documento menciona que as características do conteúdo das informações intencionalmente enganosas nas notícias “incluem o enviesamento ideológico/partidário, o uso de emoções negativas que provocam raiva ou medo, títulos longos e sensacionalistas ou o uso de linguagem informal, entre outras coisas”. Estas táticas são identificadas nos *sites* de desinformação, mas também nas redes sociais (2024, pág.4). Basta observar o mapa que consta no documento “Deserto de Notícias Europa 2025 - Relatório de Portugal” para perceber que no Alto Alentejo, a região com menos jornais por habitante, existe uma maior prevalência de votação no partido da extrema-direita. Nas eleições legislativas de 2025, o candidato do Chega

ganhou, pela primeira, no círculo eleitoral de Portalegre.

VALORIZAR O JORNALISMO

Considerando o que nos indicam estes relatórios e tendo em conta que a VASP, a imprensa de distribuição da imprensa pelo país, ameaçou, em dezembro de 2025, deixar de assegurar a distribuição de jornais e revistas em oito distritos, é urgente valorizar o jornalismo, quer reportando as histórias do passado, como ouvindo os que resistem. No artigo “Jornalismo: de ‘muito inconveniente’ a ‘principal barómetro da democracia’”, Mariana Pinto Ranha escreve sobre como era ser jornalista num tempo em que se respirava a “cultura do medo” nas redações. No mesmo artigo, a autora recorda que a Constituição da República Portuguesa (CRP), que este ano completa 50 anos e que esta edição comemora, transformou o jornalismo numa das profissões da liberdade, ao serviço da democracia.

A propósito das ameaças à informação credível, Maria Inês Rocha assina o artigo sobre “(In)sustentabilidade dos media locais: A voz que ainda resiste”. Partindo de uma realidade local que conhece por ligações familiares, a estudante do 3.º ano de Jornalismo conta como é viver perto de Lisboa em distância geográfica, mas num ambiente completamente rural, onde só se lê o *Correio da Manhã* e o *Voz de Alenquer* - jornal que tem servido de ligação entre os acontecimentos da região e os seus habitantes.

Para perceber se Portugal se encontra sob ameaça de deserto de notícias, a futura jorna-

**PARTICULARMENTE
DURANTE
O ESTADO NOVO
– COMO TODOS SABEMOS
OU VIVEMOS NA PELE
– A CENSURA
À IMPRENSA
FOI CERRADA**

lista ouviu o coordenador do relatório nacional. Em declarações para o artigo da rubrica “Abril e os Jovens”, o investigador do LabCom, Pedro Jerónimo, é perentório ao lembrar que “o artigo 37.º da CRP consagra o direito a informar e ser informado. Portanto, para Pedro Jerónimo e citando o artigo desta rubrica, o “Estado está a falhar quando não garante a estas populações informação regular sobre a sua realidade”. Escrever sobre jornalismo e acompanhar a informação credível produzida por profissionais são as melhores formas de contribuir para a valorização da profissão e não deixar que opiniões se apresentem disfarçadas de factos, em jeito de lobo disfarçado de cordeiro. Os factos são a verdade, as opiniões voláteis e vulneráveis aos interesses alheios ao bem-comum.

*Professora adjunta e coordenadora da licenciatura em Jornalismo, na Escola Superior de Comunicação Social (ECS), jornalista e investigadora do LIACOM e do ICNOVA



O jornalismo português vive hoje num equilíbrio instável entre liberdade e pressão. A defesa da independência exige cuidado permanente, porque, mesmo sem censura, existem sempre formas subtis de condicionamento

JORNALISMO: **BARÓMETRO DA DEMOCRACIA**

O 25 de Abril de 1974 marcou o início de uma nova etapa para a imprensa, baseada no direito de informar livremente. A conquista da liberdade foi sentida dentro e fora das redações. O jornalismo de “muito inconveniente” passou a “principal barómetro da democracia”

MARIANA PINTO RANHA*

HÁ MAIS DE MEIO SÉCULO, o país despertava. Durante décadas, Portugal esteve imerso numa cultura de medo. As notícias eram revistas antes de chegarem às bancas e qualquer frase podia desaparecer sob o traço do lápis azul. A censura moldava não apenas o que se dizia, mas também o que se pensava, e muitos jornalistas escreviam já com a sombra do risco no papel. Hoje, Portugal é uma democracia consolidada, com a liberdade de imprensa consagrada na Constituição, mas as marcas desse passado ainda atravessam o presente, mesmo sem censores à vista.

A CENSURA, POLÍCIA DO ESPÍRITO

Durante o regime do Estado Novo, o controlo da informação era um instrumento político e ideológico. As redações eram campos minados, onde qualquer frase podia explodir. A historiadora Júlia Leitão de Barros recorda: “Alguns jornais não se limitaram a cortar as opiniões adversas ao regime; eles impediram que os portugueses tivessem um verdadeiro conhecimento sobre a realidade do país.”

A informação era filtrada para construir uma imagem artificial de progresso e tranquilidade,

o que resultou num país que se desconhecia a si próprio. A censura, acrescenta a historiadora, “permitiu desenvolver e reforçar um tipo de relacionamento com o poder político baseado no medo, na desconfiança e no desinteresse”. O controlo constante impôs às redações uma cultura de rotina e de conformismo, em que a burocracia se sobrepunha à liberdade individual. Todo este ambiente ajudou a moldar o tom uniforme e apagado que nesse período marcou o jornalismo português. João Grego Esteves, jornalista, lembra bem essa época, em que “o ambiente nas redações era caracterizado pela certeza de que, a qualquer momento, estava o lápis do censor em cima”. Recorrentemente, o medo obrigava à subtilidade e à invenção de metáforas para contornar a vigilância. “Tinham-se uma espécie de códigos para falar. Em vez de revolução, dizia-se primavera”, por exemplo, como recorda a jornalista Edite Esteves.

LIBERDADE DE ABRIL

O 25 de Abril de 1974 rompeu esse ciclo e marcou o início de uma nova etapa para a imprensa, baseada no direito de informar livremente.

A conquista da liberdade foi sentida dentro e fora das redações. Diana Andringa, jornalista que viveu a Revolução, descreve esse momento como “ver a nobreza no rosto das pessoas e vê-las deixar de andar com os olhos no chão”. Edite Esteves resume o sentimento coletivo: “Foi um alívio extraordinário. Deitámos cá para fora tudo aquilo que não se conseguia.”

A liberdade conquistada com o 25 de Abril não se traduziu automaticamente em prática diária. As redações, libertas do controlo político, foram obrigadas a reaprender a organizar-se, descobrir o alcance da sua autonomia e a lidar com novas tensões internas. “Houve lutas imensas pelo controlo do poder”, recorda a antiga jornalista da RTP, Diana Andringa.

Sem amarras políticas, surgiram, porém, novas responsabilidades de informar com rigor, ética e consciência crítica. José Pedro Castanheira, jornalista que viveu esse tempo de experimentação e de redescoberta do papel do jornalismo numa sociedade que se abria, finalmente, à democracia, revela que “houve uma fase enorme, prolongada e complexa de aprendizagem da profissão em liberdade”.

LIBERDADE INCOMPLETA

Cinco décadas depois, o jornalismo português continua a enfrentar um cenário exigente. A precariedade atua como um novo limitador da liberdade. Os orçamentos curtos, os contratos instáveis e a sobrecarga dos redatores tornam o exercício da profissão delicado, mantendo o jornalismo num frágil equilíbrio entre independência e sobrevivência.

**DURANTE DÉCADAS,
PORTUGAL ESTEVE
IMERSO NUMA CULTURA
DE MEDO NA QUAL
AS NOTÍCIAS
ERAM REVISTAS ANTES
DE CHEGAREM
ÀS BANCAS
E QUALQUER
FRASE PODIA
DESAPARECER
SOB O TRAÇO
DO LÁPIS AZUL**

Para Diana Andringa, “a precariedade é uma forma de censura, atenta contra a liberdade de expressão e atenta contra a democracia”, condicionando tudo o que se escreve e o que se publica. João Grego Esteves acrescenta que “a influência do poder económico e do poder político está a condicionar gravemente a atividade do jornalismo”.

Essas pressões refletem-se nas decisões editoriais, na seleção de temas e nas vozes que não se ouvem. A herança da censura persiste na dificuldade de manter uma consciência crítica sobre o papel dos *media*, e Rui Cádima, investigador do ICNOVA - Instituto de Comunicação da Nova, alerta para o risco do esquecimento. “A memória da censura é algo que se está a perder, por culpa das instituições democráti-



Fonte: Relatório Media
Pluralism Monitor 2025 –
Portugal

cas. Precisamos de museus, memoriais, centros de documentação específicos nessa área e de uma atenção regular dos media”, esclarece. O quadro atual revela que a liberdade de imprensa é uma conquista frágil. José Pedro Castanheira refere que “os órgãos de informação se encontram nas mãos de empresas que não estão preocupadas com a qualidade e com a independência da informação que produzem, mas que utilizam esse órgão de informação para os seus próprios interesses empresariais, políticos, económicos e mediáticos”.

A voz livre permanece, mas exige vigilância constante para não se diluir no meio das pressões. Nas redações, a instabilidade contratual e a redução de equipas comprometem a autonomia dos profissionais, limitam o tempo dedicado à investigação e à verificação da infor-

mação. O receio de perder o emprego torna-se um fator de pressão constante, condicionando o trabalho jornalístico.

O PLURALISMO EM ANÁLISE

A última edição do *Media Pluralism Monitor* (MPM), do Centre for Media Pluralism and Media Freedom, referente ao ano de 2024, analisou o pluralismo e a liberdade dos *media* no país, destacando as fragilidades que podem comprometer a qualidade e a independência do jornalismo português.

Portugal ocupa o 13.º lugar no *ranking* europeu do *Media Pluralism Monitor*, uma posição ainda elevada, mas que representa uma descida de dois lugares face ao ano anterior (relativo a 2023) e seis lugares face ao ano de 2022 (relativo a 2021).

Como explica Rui Cádima, “a principal razão para o declínio prende-se desde logo com a tendência crescente de agravamento da sustentabilidade económica do setor dos media”. As consequências são claras e bastante negativas a vários níveis. “Nos últimos anos, surgiram diversos grupos de media em crise ou mesmo insolventes. Depois, o seu corolário direto: redações fragilizadas, muito pressionadas pela precariedade, pondo em causa a liberdade editorial e o jornalismo de investigação como primeira vítima, além da redução contínua dos recursos humanos”, elucida o professor jubilado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), da Universidade Nova.

O relatório aponta ainda que a concentração da propriedade e o domínio das grandes plataformas digitais estão a limitar a diversidade de vozes. O mesmo investigador sublinha que “a concentração se agravou com o digital. As grandes plataformas, redes sociais e os seus algoritmos dominam o acesso à informação, reciclada com base os media tradicionais”.

Além disso, o relatório destaca desigualdades de género dentro das redações: as mulheres ocupam apenas cerca de 33% dos lugares em conselhos de administração e 28% em cargos executivos. Esta desigualdade prejudica a diversidade de perspetivas e o equilíbrio na produção de notícias e de conteúdos mediáticos. No conjunto, o *Media Pluralism Monitor* revela que, apesar de Portugal manter um ambiente relativamente seguro para o jornalismo, a liberdade de imprensa continua vulnerável e enfrenta desafios que exigem atenção constante,

**A PRECARIEDADE
É UMA FORMA
DE CENSURA,
ATENTA CONTRA
A LIBERDADE
DE EXPRESSÃO
E ATENTA
CONTRA A DEMOCRACIA**

porque o pluralismo dos media ainda se mantém numa classificação de risco médio-baixo, mas está a aproximar-se do limiar que já configura um risco médio-alto.

“UMA FLOR DEMASIADO DELICADA”

José Pedro Castanheira considera que “a liberdade de imprensa é o principal barómetro da democracia” e lembra que “quando enfraquecida, tem impacto direto na sua qualidade”.

O jornalismo português vive hoje num equilíbrio instável entre liberdade e pressão. A defesa da independência exige cuidado permanente, porque, mesmo sem censura, existem sempre formas subtis de condicionamento.

A diversidade de vozes, essencial a uma democracia viva, continua condicionada por fatores estruturais e económicos que reduzem o espa-



Nas redações, a instabilidade contratual e a redução de equipas comprometem a autonomia dos profissionais, limitam o tempo dedicado à investigação e à verificação da informação

ço de debate. A fragilidade do setor exige atenção diária para que o jornalismo mantenha a sua função de escrutínio público. Como refere João Grego Esteves, “o jornalismo é uma flor demasiado delicada e, se não é regada todos os dias e com cuidado, corre o risco de falecer”

*Estudante de Jornalismo. Artigo realizado no âmbito da unidade curricular de Sistema dos Media, do 3.º ano da licenciatura em Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social (ECS) - Instituto Politécnico de Lisboa (IPL)

**O JORNALISMO
É UMA FLOR
DEMASIADO DELICADA E,
SE NÃO É REGADA TODOS
OS DIAS E COM CUIDADO,
CORRE O RISCO DE FALECER**

"MEDIA LOCAIS"

VOZES QUE AINDA RESISTEM

Cabanas de Torres, no concelho de Alenquer, distrito de Lisboa, é uma das muitas localidades portuguesas para as quais o jornalismo de proximidade é essencial para contrariar o silêncio informativo dos grandes meios de informação. Num país onde mais de metade dos concelhos apresenta sinais de deserto de notícias, os media locais enfrentam a falta de recursos e, muitas vezes, o desinteresse da própria população

MARIA INÊS ROCHA*

AFASTADA DA METRÓPOLE, Cabanas de Torres é casa para pouco mais de mil habitantes. O dia a dia é marcado pelo trabalho na terra e pela lida da casa. No café da São, a televisão transmite notícias nacionais, mas é apenas barulho de fundo para conversas sobre as vindimas e as colheitas. Lá, a oferta de jornais é limitada: muitas vezes só há exemplares do dia anterior e, por norma, o único disponível é o *Correio da Manhã*. A papelaria mais próxima situa-se na Abrigada, uma localidade vizinha, mas longe para quem só se desloca de trator. “Abrigada recebe todos os dias vários jornais,

aqui não”, lamenta Manuel Ribeiro, 81 anos, residente em Cabanas de Torres. As novidades chegam, mas raramente falam da terra. Vasco Manuel, 83 anos, também ali morador, acrescenta: “Há pouca informação sobre o que cá se passa porque isto fica um pouco fora do ambiente.” Rural e discreta, esta aldeia vive longe dos holofotes mediáticos.

Estão perto de Lisboa no mapa, mas a distância não se mede em quilómetros. Para os jornais nacionais, esta localidade não existe. “O jornalismo não vem cá à procura das notícias”, queixa-se Ilda Ribeiro, 81 anos. Segundo os



Em Cabanas de Torres a oferta de jornais é limitada: muitas vezes só há exemplares do dia anterior e, por norma, o único disponível é o *Correio da Manhã*

moradores, as câmaras e microfones só aparecem em casos de tragédia. “Só vêm se houver crime”, garante Manuel Ribeiro, recordando um homicídio ocorrido há 20 anos, que atraiu momentaneamente os grandes meios. Os moradores sentem-se abandonados, não só pelos

media, mas também pelas autoridades. “Para as altas entidades do nosso país, isto está esquecido”, admite Manuel Ribeiro. E acrescenta: “Até pode ir o Senhor Primeiro-Ministro, até o Senhor Presidente da República, mas é preciso morrer.”

DESERTOS DE NOTÍCIAS EM PORTUGAL

Quando se olha para o país através das lentes dos grandes meios de informação, as aldeias parecem desprovidas de relevância noticiosa. Mas antes da identidade nacional, há uma dimensão local, movida pela necessidade de saber o que acontece na própria rua.

Portugal enfrenta um problema silencioso. Mais de metade dos concelhos apresenta alguma carência informativa: 45 são desertos de notícias, 38 são semidesertos e 87 estão ameaçados. Pedro Jerónimo, investigador do LabCom e autor do relatório *Desertos de Notícias Europa 2025*, sublinha que “há um nível de alerta”.

Estas comunidades, geralmente envelhecidas e afastadas dos grandes centros, têm acesso limitado a informação fiável e abrangente. Para Pedro Jerónimo, a escassez de cobertura jornalística, sobretudo no interior, levanta uma questão de desigualdade democrática: “Será que não estamos a ter aqui cidadãos de primeira e de segunda?”. O investigador da Universidade da Beira Interior (UBI) recorda o artigo 37.º da Constituição, que consagra o direito a informar e ser informado. Nesse sentido, alerta que o “Estado falha quando não garante às populações informação regular sobre a sua realidade”. Para contrariar esta realidade, propõe o fortalecimento dos meios de vizinhança, “alargando a sua área de intervenção e o apoio financeiro da Comissão Europeia, garantindo-se, assim, às populações, sobretudo do Alentejo e de Trás-os-Montes, notícias locais a que têm direito”. Alenquer escapa ao deserto de notícias porque dispõe da rádio e do jornal *Voz de Alenquer*. No en-

tanto, a dependência de um único órgão de comunicação social torna a cobertura mais vulnerável.

“VOZ DE ALENQUER”

Com mais de um século de vida, a *Voz de Alenquer* é o elo informativo entre o concelho e os seus habitantes. A rádio e o jornal cobrem as 11 freguesias, dando espaço ao que acontece fora dos grandes centros urbanos, das iniciativas das coletividades até aos eventos desportivos. O vice-presidente da cooperativa que detém a *Voz de Alenquer*, Pedro Castelo, garante que fazem um “trabalho de grande proximidade”. “O nosso papel é conseguir levar a informação ao máximo de gente possível, no nosso concelho”, esclarece. A equipa procura adaptar-se às especificidades de cada território, priorizando temas que refletem o quotidiano das comunidades. Em Cabanas de Torres, as notícias sobre agricultura ocupam um lugar central. Pedro Castelo explica que, muitas vezes, divulgam informações que podem parecer pouco relevantes para o público em geral, mas que são essenciais para quem vive naquela terra: “Sabemos que é a única forma que essas pessoas têm de ficar a par dessas novidades, que não passam na televisão nem nas rádios nacionais.”

A presença do meio local sente-se na partilha de pequenas causas, como um buraco por tapar na estrada, e estende-se aos grandes momentos da vida comunitária. Quando o calendário político se aproxima, o papel da *Voz de Alenquer* ganha outra dimensão. Nas últimas eleições autárquicas, promoveu debates, entrevistas e transmissões em direto, que deram es-

Noite de Fados

21.03.2026 | 21h30 | Fórum Romeira - Alenquer
Inscrições através do 263 711 130



PUB

VOZ
DE ALENQUER

JORNAL NOVA VERDADE

ALENQUER

Política

Ministro Miguel Pinto Luz
esteve em Alenquer para
reunião com a autarquia

P.07



ALENQUER

Sociedade

Tribunal dá novamente
razão aos moradores
dos Casais Novos

PUB



Chuva intensa, vento forte e cheias trouxeram destruição

P.09

Ativado Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.
Prejuízos podem ser superiores a oito milhões de euros
e autarquia pede para ser incluída no estado de calamidade.



P.05



NACIONAL

Desporto

Judo de Alenquer com
medalhas nacionais
e internacionais

P.13



Intermarché

É A POUPAR QUE A GENTE SE ENTENDE

BOMBA DE ALTO DÉBITO PARA CAMIÕES

WWW.INTERMARCHÉ.PT

SEJA RESPONSÁVEL
USE SACOS REUTILIZÁVEIS

O jornal Voz do Alenquer, assim como a rádio, procuram adaptar-se às especificidades de cada território, priorizando temas que refletem o quotidiano das comunidades. Em Cabanas de Torres, as notícias sobre agricultura ocupam um lugar central

paço a todos os candidatos e aproximaram a população da política local. “Nós tivemos pessoas a dizer-nos que nunca se tinham interessado por política local e que, com a nossa cobertura, passaram a interessar-se”, revela Pedro Castelo. E acrescenta: “Isto não traz dinheiro para a rádio sobreviver, mas traz, pelo menos, a certeza de que nós estamos a fazer as coisas no caminho certo.” O investigador Pedro Jerónimo reforça o papel “importantíssimo” das rádios locais nesses contextos, já que “a indicação institucional, de partido, é uma informação que é transmitida, mas numa perspetiva da boa imagem, sem escrutínio”.

Em Alenquer, a abstenção registou uma descida significativa, fixando-se em 42,89%, contra os 50,92% registados em 2021. A equipa da *Voz de Alenquer* acredita que teve impacto neste resultado: “embora não podendo comprovar, temos a certeza de que o nosso trabalho contribuiu muito para isso e para as pessoas se sentirem mais envolvidas”.

PEDRAS NO CAMINHO

Apesar do sucesso nas eleições autárquicas, o desinteresse da população continua a ser um desafio. “Era importante que não abandonassem por completo a rádio e não voltassem só daqui a quatro anos”, apela Pedro Castelo.

Dos cerca de 2 200 assinantes do jornal, apenas 53 são de Cabanas de Torres. As edições chegam aos correios quinzenalmente, num serviço anual de 19 euros, um valor simbólico, mas que, ainda assim, poucos estão dispostos a pagar. Entre os que mantêm a assinatura, mui-

tos consideram que os temas da aldeia acabam por ser ofuscados pelas restantes freguesias e que a presença de jornalistas é rara. Vasco Manuel queixa-se da escassa cobertura: “Estiveram cá as bandas do concelho a fazer um concerto e não apareceu nada no jornal. Há uns tempos também foi a inauguração da Casa da Banda e também não publicaram nada.” Manuel Ribeiro concorda que a cobertura é insuficiente, e Ilda Ribeiro considera que o jornal “não traz grandes notícias”. Já a rádio, nenhum deles ouve.

O problema não é apenas a falta de oferta; é também a falta de procura. Os jovens residentes Ivo Rebelo e Débora Pitorro, ambos com 25 anos, não leem o jornal nem ouvem a rádio. As notícias chegam através das redes sociais, mas ficam-se quase sempre pelos títulos. “Acaba por ser preguiça”, confessa Débora. Entre os mais velhos, o cansaço é de outra ordem. Maria Agostinho, de 79 anos, desistiu da assinatura da *Voz de Alenquer* e evita ver noticiários: “Esta guerra que anda aí, detesto estar a ouvi-la.”

O vice-presidente considera que a maior parte da população não valoriza o trabalho da cooperativa por ser um dado adquirido. “Os alenquerenses têm pouca ideia do luxo que é ter uma rádio local. Só no dia em que a rádio fechar é que vão perceber a falta que faz.”

A sobrevivência, contudo, é frágil. A equipa reduzida, por vezes de quatro pessoas, impossibilita a presença em todas as freguesias. As deslocações exigem tempo e disponibilidade e nunca são remuneradas. “Com mais jornalistas, podíamos chegar a mais sítios, fazer um acompanhamento direto maior”, admite Pedro Castelo.

O vice-presidente defende que os apoios deveriam ser mais consistentes, para quem prova prestar um verdadeiro serviço à comunidade. “É uma luta diária”, reconhece. Para a cobertura das eleições autárquicas, receberam um “balão de oxigénio”: ganharam 14,80 euros por minuto de tempo de antena emitido. Contudo, esse tipo de apoio não se aplica a outros momentos, como as eleições presidenciais, acabando por limitar a prática jornalística. “Com a realidade que temos, é projetar a curtíssimo prazo, porque a meta é sempre chegar ao fim do mês e ter dinheiro para pagar as despesas”, explica.

A adaptação ao digital é também travada por limitações económicas. A *Voz de Alenquer* distribui conteúdos pelo Instagram e pelo Facebook, mas as receitas publicitárias dependem das métricas de audiência, difíceis de alcançar para um meio de pequena escala. Além disso, a maioria da população envelhecida não tem hábitos digitais, o que limita o alcance. Vasco Manuel admite que não sabe o que são as redes sociais. Já Ilda, Manuel e Maria não sabem como usá-las.

A MORTE DO JORNALISMO LOCAL?

O desaparecimento dos media de proximidade tem consequências nefastas para a democracia. Com a ausência destes meios, “há garantidamente mais espaço para a desinformação, populismo e discurso de ódio”, afirma o investigador Pedro Jerónimo.

Para Pedro Castelo, o impacto é visível nas urnas. Sem rádios e jornais locais, as eleições tornam-se processos “menos democráticos”, dominados por mensagens institucionais e pe-

**ESTAS COMUNIDADES (...)
TÊM ACESSO LIMITADO
A INFORMAÇÃO FIÁVEL
E ABRANGENTE**

**O DESAPARECIMENTO
DOS "MEDIA"
DE PROXIMIDADE
TEM CONSEQUÊNCIAS
NEFASTAS
PARA A DEMOCRACIA**

la ausência de escrutínio dos poderes.

Pedro Jerónimo recorda que “os jornalistas são olhares atentos sobre a sociedade e que a ausência desse olhar abre espaço a interesses particulares”. O investigador da UBI acrescenta ainda que a carência de informação alimenta o afastamento cívico e a desconfiança nas instituições.

Em lugares como Cabanas de Torres, onde o som da rádio ainda preenche o silêncio e o jornal continua a chegar às caixas de correio, esse farol resiste e, mesmo que frágil, é indispensável à saúde democrática do país. “Quando não existir jornalismo local, teremos uma democracia doente”, conclui Pedro Jerónimo.

* Estudante de Jornalismo. Artigo realizado no âmbito da unidade curricular de Sistema dos Media, do 3.º ano da licenciatura em Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) - Instituto Politécnico de Lisboa (IPL)



Supercomputador - Deucalion na Universidade do Minho em Guimarães, com capacidade para executar 10 milhões de bilhões de cálculos por segundo

UMA REVOLUÇÃO PACÍFICA

NÃO TEM DE ORIGINAR UMA DEMOCRACIA SILENCIOSA

(PARTE 1)

PEDRO MORENO DA FONSECA*

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO possibilitada pelo 25 de Abril é uma liberdade histórica. Mas não se traduz automaticamente numa expansão da consciência individual e coletiva. Existe um perigo real de formação, um processo que encoraja a formação de uma população um pouco mais produtiva e credenciada, mas civicamente amorfa, contribuindo, paradoxalmente, para um fraco desenvolvimento socioeconómico e para uma esfera pública vulnerável à simplificação e à manipulação.

DAS TREVAS PARA A LUZ

Portugal fez progressos notáveis no pós-25 de Abril a nível da literacia e do ensino formal. Em 1970, um em cada quatro portugueses era analfabeto (25,6%) e em 2021, a taxa de analfabetismo tinha descido para 3,1%. Na literacia internacional (15+), Portugal atingiu 96,78% em 2021 (série UNESCO/UIS via Banco Mundial), quando em 1981 estava em 79%. A escolaridade também subiu de forma acelerada entre os jovens: nos 25–34 anos, a proporção com ensino superior passou de 33% (2015) para 44% (2022). Entre os adultos (25–64), porém, o “défice de secundário” continua estrutural: 38% não possuem qualificação de nível secundário, muito acima da média da OCDE, apontando para a ainda urgente necessidade encorajar o ensino de adultos e a Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV).

Esta expansão traduziu-se, durante décadas, numa esperança legítima: a de que mais es-

**EM 1970,
UM EM CADA QUATRO
PORTUGUESES
ERA ANALFABETO
(25,6%) E EM 2021,
A TAXA
DE ANALFABETISMO
TINHA DESCIDO
PARA 3,1%**

colarização se traduziria em mais capacidade para interpretar, reflectir e participar em sociedade. A realidade é, todavia, mais ambígua. A educação cresceu, efetivamente, em termos de cobertura e como credencial, mas essa expansão não se traduziu necessariamente numa expansão equivalente da capacidade crítica ou da participação democrática. Aos elevados níveis de abstenção e documentada falta de confiança no sistema político-partidário – o Eurobarómetro 2023 indicava, por exemplo, que 8 em cada 10 residentes “tendem a não confiar” nos partidos políticos e 62% “tendem a não confiar” na Assembleia da República. Soma-se ainda o resultado significativo do OECD Trust Survey (2023), em que apenas 24% dos inquiridos em Portugal consideravam provável que o sistema político permita que pessoas “como elas” tenham palavra no que o governo faz. Embora estes dados reflitam barreiras estruturais à participação no processo político nacional elas adquirem uma leitura diferente

quando combinadas com indicadores de confiança e participação social. No *European Values Study* (2017–2020), a percentagem de pessoas que afirma que “a maioria das pessoas é de confiança” nunca ultrapassou uma em cada cinco nas últimas três décadas e coloca Portugal entre os países com níveis mais baixos de confiança interpessoal. No mesmo inquérito, apenas 8% dizem ter feito trabalho voluntário nos seis meses anteriores (aprox. 2.º semestre de 2019), o que corresponde à 3.ª percentagem mais baixa entre 34 países. Esta debilidade de capital cívico encontra eco nos dados do Eurobarómetro 2023 compilados pela Pordata: oito em cada 10 residentes “tendem a não confiar” nos partidos políticos e 62% “tendem a não confiar” na Assembleia da República, num retrato que também assinala que os portugueses estão entre os que menos confiam na sua capacidade de participar na política. Importa perceber, para além dos processos de expansão e massificação do ensino, qual é o propósito das aprendizagens promovidas, o seu conteúdo e forma como estas expandem e suportam aspirações e perspetivas.

CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Durante o regime do Estado Novo, a educação de adultos foi limitada e essencialmente suplementar, num país com baixos níveis de escolarização. Com a transição democrática, a educação de adultos transforma-se numa componente relevante da política educativa. São lançadas campanhas de alfabetização e educação de base, frequentemente associadas

**DURANTE
O ESTADO NOVO,
A EDUCAÇÃO
DE ADULTOS
FOI LIMITADA
E ESSENCIALMENTE
SUPLEMENTAR,
NUM PAÍS
COM BAIXOS NÍVEIS
DE ESCOLARIZAÇÃO**

a movimentos locais, sindicatos e associações, adoptando uma abordagem em que a educação é entendida como prática de cidadania. Este impulso é posteriormente consolidado no Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (PNAEBA), formalizado pela Lei n.º 3/79 (10 de Janeiro), que confirma o compromisso e obrigação do Estado na eliminação do analfabetismo e que prevê mecanismos de participação e coordenação para esse esforço. Mais tarde, a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86) estabelece o quadro geral do sistema. A Lei de Bases reafirma a educação como dimensão estruturante, abrindo espaço a modalidades e princípios que suportam, ao longo do tempo, respostas focadas tanto nos jovens como nos adultos. O resultado global é uma transformação profunda do perfil educativo da população, retratada na descida sustentada do analfabetismo, no crescimento dos níveis de escolaridade e do ensino superior entre as camadas jovens.

RVCC E NOVAS OPORTUNIDADES: UMA IMPERFEIÇÃO PIONEIRA

Nos anos 2000, expande-se o Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), valorizando aprendizagens feitas fora da escola (trabalho e vida). A partir de 2005, a iniciativa Novas Oportunidades dá escala à ideia: para os adultos, procura combinar o alargamento do RVCC com a expansão de cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e outras respostas formativas, assumindo o 12.º ano como referência mínima e reforçando vias de dupla certificação. Apesar dos conhecidos desafios de arquitetura e implementação, a relevância e a motivação fulcral do programa mantêm-se atual, especialmente face à persistência de défices educativos entre a população adulta: a tentativa de posicionar o reconhecimento de aprendizagens informais e não formais como igualizador social.

ENTRE O CIMENTO SOCIAL E O LODO TECNOCRÁTICO?

A expansão do sistema formal, todavia, como em muitos outros países, seguiu o caminho da padronização, baseada em currículos e métricas uniformizantes. Estruturalmente foi implementada uma via geral que tende a empurrar os mais favorecidos para trajectos com mais capital cultural e acesso ao superior, e vias técnicas e profissionalizantes frequentemente tratadas como via “de segunda” ou “alternativa”, no contexto do próprio discurso oficial, apesar do seu elevado valor económico e potencial de mobilidade social.

**A QUESTÃO DE FUNDO
É SE O SISTEMA
DE EDUCAÇÃO
E FORMAÇÃO
COMO UM TODO
TEM A CAPACIDADE
DE ESTIMULAR
CONSCIÊNCIA CRÍTICA,
ATITUDES ÉTICAS
E SOCIALMENTE
PARTICIPATIVAS**

Em face da discussão deste artigo, importa questionar se o sistema educativo (formação profissional incluída) promove de forma suficiente a perspectiva crítica e a literacia cívica contemporânea? Portugal criou e reforçou instrumentos de educação para a cidadania, incluindo a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento e referenciais nacionais (ENEC), com domínios explícitos ligados a direitos humanos, democracia, interculturalidade e participação. Apesar da base legal do ENEC defender a ideia de contextualização intercomunitária e comunitária, a análise dos relatórios de avaliação permite perceber que a prioridade regulatória é, todavia, a uniformização e o controle curricular, não a ligação às realidades locais. Este tipo de perspectiva encoraja o desenvolvimento de disciplinas autónomas e de lógicas de projeto que minimizem o esforço de um corpo docente já de si sobrecarregado. Acresce a estas limitações o facto da educação para a cidadania ter um enquadra-



Nos anos 2000, expande-se o Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), valorizando aprendizagens feitas fora da escola (trabalho e vida)

mento irregular nas ofertas de formação profissional.

Não se pretende aqui fazer uma análise detalhada do ENEC, apenas se firmando o ponto de que a educação para a cidadania e em formato “remendo” *de per si* não resolve as questões em causa, particularmente se se encontrar fracamente integrada com a realidade socioeconómica local (os princípios de abordagem “Whole-of-School” da UNESCO apontam precisamente para a necessidade de soluções ajustadas ao contexto de cada escola). Adicionalmente, a questão de fundo é se o sistema de educação

e formação como um todo tem a capacidade de estimular consciência crítica, atitudes éticas e socialmente participativas. Embora o ensino tenha um papel fulcral em capacitar para a integração no mercado de trabalho, um afunilamento prático da estratégia de educação puramente em torno da expansão da cobertura, produção de credenciais e “empregabilidade”, arrisca alienar a componente de formação para a participação social, que se torna um apêndice, ou um tema transversal, em vez de ser um núcleo pedagógico socialmente integrador e construtor de autonomia individual.

A esta tensão soma-se a degradação progressiva (ou, pelo menos, a erosão continuada) de dimensões essenciais da profissão docente – condições de trabalho, carga burocrática, envelhecimento do corpo docente e perda de reconhecimento social – factores que afectam a qualidade efectiva do ensino e a capacidade de inovar pedagogicamente. As leituras comparativas internacionais (como TALIS) ajudam a enquadrar a profissão e os seus desafios, ainda que os diagnósticos devam ser lidos com a devida cautela e em atenção ao contexto português.

O problema de fundo da padronização educativa é a tendência para o isomorfismo institucional: um modelo que se replica e se auto-justifica, com negligência dos contextos e necessidades locais. Assim, deparamo-nos com um ensino que nem sempre se ajusta a territórios de baixa densidade, nem responde com agilidade a economias rurais em transformação, nem integra plenamente uma população cada vez mais heterogénea. Será esta uma sociedade de escolas que não educa?

Esta é, também, uma era de explosão do acesso ao consumo, produção e disseminação de informação com o alargamento da esfera pública digital, que requer dos indivíduos maiores capacidades de selecção e interpretação. Por exemplo, o consumo de notícias e comentários através de plataformas e vídeo online cresceu fortemente em Portugal, mais de 80% vê vídeos online de notícias, segundo o *Reuters Institute Digital News Report 2024*. Neste ecossistema, a figura do “criador/influenciador” como

mediador de opinião pública aumenta a pressão sobre literacias mediáticas e pensamento crítico. A evidência internacional mostra que muitos criadores não verificam factos de forma consistente, tornando o espaço informativo mais vulnerável à desinformação.

BENTO DE JESUS CARAÇA E A IDEIA DE EDUCAÇÃO COMO CULTURA E CIDADANIA

Em contraste com o processo de massificação uniformizante, iniciativas pioneiras associadas a Bento de Jesus Caraça, como a Universidade Popular Portuguesa e a Biblioteca Cosmos, articularam acesso aberto (cursos, conferências,

**DEPARAMO-NOS
COM UM ENSINO
QUE NEM SEMPRE
SE AJUSTA
A TERRITÓRIOS
DE BAIXA DENSIDADE,
NEM RESPONDE
COM AGILIDADE
A ECONOMIAS RURAIS
EM TRANSFORMAÇÃO.
SERÁ ESTA
UMA SOCIEDADE
DE ESCOLAS
QUE NÃO EDUCA?**



leitura acessível), objectivos amplos (literacias científicas e culturais, raciocínio crítico) e integração no contexto social (temas do quotidiano, debate público), privilegiando adaptação e emancipação em vez de uniformização. A

Biblioteca Cosmos, criada em 1941 sob a sua direcção, tinha explicitamente o objectivo de promover divulgação cultural e formação das massas populares.

As novas tecnologias têm o potencial de tornar

este tipo de abordagem novamente viável, se forem usadas para promover simultaneamente escala e profundidade, sem perder a dimensão cultural e cívica. Tal pode passar por desenvolver ou expandir plataformas abertas e móveis, tais como micro-cursos, podcasts e clubes de leitura digitais de acesso simples, suportados por uma curadoria pública com qualidade editorial (i.e. não totalmente automatizadas). Pode também assentar em recursos educativos abertos e em modelos de aprendizagem híbrida ancorados em bibliotecas, associações e autarquias, com o digital ao serviço da comunidade, e não como substituto. Finalmente, a IA pode ter um papel útil como tutor e mediador, desde que funcione como andaime para o raciocínio, ajudando a questionar, explicar e comparar fontes e não como atalho para produzir respostas sem compreensão.

Existe, todavia, também um risco associado à emergência de um paradigma de aprendizagem ao longo da vida (ALV) potencialmente desligado da missão social da educação. A noção de ALV (especialmente na sua aceção ocidental) tem as suas raízes em tradições longas (educação de adultos, educação permanente, democratização do acesso) e é fortemente marcada por debates internacionais como o relatório “Learning to be” (Faure, UNESCO, 1972), que associa a educação ao desenvolvimento humano e cidadania. Em tempos recentes, a ALV ganhou tracção política como resposta a transições tecnológicas e económicas, convidando uma nova vaga de institucionalização (reconhecimento de aprendizagens, micro-cre-

**A EVIDÊNCIA
INTERNACIONAL
MOSTRA QUE MUITOS
CRIADORES NÃO VERIFICAM
FACTOS DE FORMA
CONSISTENTE,
TORNANDO
O ESPAÇO INFORMATIVO
MAIS VULNERÁVEL
À DESINFORMAÇÃO**

denciais, ensino híbrido, orientação), muitas vezes sustentada pela narrativa da expansão da “empregabilidade”.

Num próximo número de *O Referencial* daremos continuidade a estas nossas reflexões.

* Especialista em Aprendizagem ao Longo da Vida,
Organização Internacional do Trabalho

Nota do autor: As perspetivas e opiniões expressas neste artigo, representam exclusivamente opiniões pessoais do autor e não refletem necessariamente posições oficiais ou orientações técnicas da OIT.

Constituição
da
República Portuguesa

1976



Início da última sessão da Assembleia Constituinte, eleita em 25 de abril de 1975 para aprovar a Constituição após a Revolução de 25 abril de 1974, sendo dissolvida com a aprovação da Constituição de Português, em Lisboa, em 2 de abril de 1976

50 ANOS

CONSTITUIÇÃO

DA REPÚBLICA

PORTUGUESA

2 DE ABRIL DE 1976

“O QUE TINHA DE SER FEITO”

JOSÉ MANUEL BARROSO*

Aos Capitães de Abril
Ao Ernesto Melo Antunes

1.

Quando o coração da terra batia e os tambores de África soavam
sabíamos que estávamos sós e que tínhamos vinte anos
e que pouco conhecíamos ainda da vida e da morte.
O hálito das metralhadoras de África doendo como punhos,
escorrendo por dedos frios. Éramos ainda jovens
filhos da terra e do céu. E tinham-nos dito
que teríamos de contornar o precipício e ser heróis da pátria.

Quero contar-vos o que aconteceu, quero dizer-vos que um herói
é a soma de todos os medos, das medalhas de sangue nos corpos no capim,
sem distinção de raças e de credos, apenas corpos desfolhados de vida
sob as estrelas. Heróis, e mártires de sonhos derrotados, chamas azuis
alimentando a terra húmida, as recordações guardadas nos retratos
agarrados à pele e mãos que já não têm como se levantar sozinhas,
como fugir daquele lugar distante. Éramos jovens guerreiros apenas
e naqueles dias e noites sabíamos (tinham-nos dito) que
cada vulto estranho era um alvo. Todos éramos alvos – e às vezes
a morte chega
sem o sentirmos, até quando estamos a lavar os dentes às 5 da manhã.

Sim, todos éramos jovens, nós e eles, todos tínhamos sonhos e família
(e nunca decerto saberíamos os nomes uns dos outros,
nem se nos poderíamos um dia apertar as mãos).
E esperávamos ao som dos tambores, à sombra das nossas pálpebras atentas,
e olhávamos as árvores em volta,
e estavam todas a cair e o seu sangue até parecia real.



Poema para a memória dos 50 anos do 25 de Abril, cujo título foi resultante de uma conversa com Ernesto Melo Antunes

2.

Ah, éramos jovens e voltávamos jovens antigos,
de nós só sobrevivera uma parte (qual? quanto de nós?).
Estávamos de novo no bojo de um navio, um Vera Cruz qualquer,
e olhávamos de novo o mar com nossos cabelos levantados pelo vento.

E pensávamos nos nossos vinte anos de antes, e ouvíamos ainda
o eco dos tambores de África
e sentíamos o acre hálito das metralhadoras. E lembrávamos
os amigos e os inimigos no capim, as suas mãos penduradas do corpo,
mãos que já não se levantavam sozinhas e eram todas iguais.
E em como cada um desses corpos poderia ser cada um de nós
num outro corpo. Tínhamos respirado o mesmo ar, partilháramos
o mesmo silêncio
percorrido pelo agitar das folhas do capim.

Recordávamos os dias inúteis da idade dourada, contados um a um no calendário
na parede do quartel – e sempre o eco das metralhadoras
petrificado na cabeça, das metralhadoras com que havíamos tentado
derrotar os ventos da história, com as nossas belas máscaras de guerreiros.

Sabíamos agora: os nossos filhos não precisavam que nos jogássemos no fogo,
mas que cuidássemos deles. E de como eram precisas fotografias
onde fôssemos realmente felizes. E de como nos restava descobrir ainda
uma vontade lúcida de romper limites de contornar de novo o precipício
- e acreditar podermos descobrir um outro país.

3.

Treze anos de lutas, o reino estúpido escurecera as caravelas.

Sim, quero contar-lhes o que aconteceu, como entrámos na cidade

e desmontámos as suas muralhas como arriscámos perder sem recear perder.

Como nos lançámos, numa madrugada de Abril, à travessia do grande lago da noite.

Éramos jovens temperados pelos tambores de África e com eles

queríamos acordar toda a gente. Sim, sabíamos já, que um herói

é a soma de todos os medos - mas também a força de romper todos os limites.

Queríamos a batalha última, queríamos sentir de novo a chuva nos olhos encharcados

queríamos a madrugada derradeira.

E numa quinta-feira, num dia 25 dos dias comuns,

arrancámos os frontões de gesso dos palácios e derrubámos as suas estátuas ondulantes.

E fizemos o que tinha de ser feito.

O que tinha de ser feito.

24 Abril 2024

Capitão de Abril, sócio da A25A

PREÂMBULOS

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção e um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

ARTIGO 1.º

(República Portuguesa)

Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes.

ARTIGO 2.º

(Estado democrático e transição para o socialismo)

A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democrática, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras.

ARTIGO 3.º

(Soberania e legalidade)

1. A soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição.
2. O Movimento das Forças Armadas, como garante das conquistas democráticas e do processo revolucionário, participa, em aliança com o povo, no exercício da soberania, nos termos da Constituição.
3. Os partidos políticos concorrem para a organização e para a expressão da vontade popular, no respeito pelos princípios da independência nacional e da democracia política.
4. O Estado está submetido à Constituição e funda-se na legalidade democrática.

ARTIGO 4.º

(Cidadania portuguesa)

São cidadãos portugueses todos aqueles que como tal sejam considerados pela lei ou por convenção internacional.

MEMÓRIA

DO MÊS DE ABRIL DE 1976

Depois de turbulência política e social que perturbou o país no 2.º semestre de 1975, no início do ano de 1976 os sentimentos democráticos dos portugueses estavam concentrados nos trabalhos da Assembleia Constituinte e nas eleições que se seguiriam, das quais haveria de sair o 1.º Governo Constitucional. Era um tempo de grande expectativa, até porque a violência política continuava, com atentados bombistas e muitas confrontações, pelo que era aceite e considerado necessário que o MFA continuasse com uma presença activa e moderadora no processo democrático. Assim aconteceu

ADELINO RODRIGUES DA COSTA*

A COMISSÃO NACIONAL DAS ELEIÇÕES

Em janeiro de 1976 governava o país o VI Governo Provisório chefiado pelo almirante Pinheiro de Azevedo que, entre outras tarefas do seu programa, incluía o propósito de “garantir o funcionamento da Assembleia Constituinte”, cujos trabalhos decorriam desde o dia 2 de junho de 1975. Daí resultava, também, a necessidade de preparar as primeiras eleições legislativas e o primeiro passo nesse sentido foi a aprovação do Decreto-Lei nº 93-B/76 de 29 de janeiro, que actualizou a legislação relativa à primeira Comissão Nacional

das Eleições (CNE), que tinha sido criada em novembro de 1974. Este diploma fixava a composição e competências da CNE, destacando no seu articulado a promoção do “esclarecimento objectivo dos cidadãos, através dos meios de comunicação social, acerca dos actos eleitorais”, mas também “assegurar e fiscalizar, por meios informais e expeditos, a igualdade de tratamento dos cidadãos em todos os actos de recenseamento eleitoral”. No seu artigo 11º, esse decreto estipulava que “o Presidente da República marca a data da eleição de Deputados à Assembleia Legislativa”. Poucos dias depois,



O antigo Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, a exercer o direito de voto nas primeiras eleições livres, depois de ter estado exilado para escapar à ira de Salazar

no dia 10 de fevereiro, tomou posse a CNE presidida pelo conselheiro Vera Jardim e que era composta por treze elementos, sendo quatro representantes ministeriais e cinco técnicos de

reconhecida idoneidade profissional e moral, incluindo ainda três representantes das Forças Armadas indicados pelo Conselho da Revolução que foram, respectivamente, o capitão-

-de-fragata Fuzeta da Ponte, o coronel Carmo Neves do Exército e o tenente-coronel da Força Aérea Ramalho Mira.

II PACTO MFA-PARTIDOS

Desde os finais de 1975 que no seio do Conselho da Revolução se discutia a necessidade de rever o Pacto MFA-Partidos, que fora assinado no dia 11 de abril de 1975 por seis partidos políticos. Uma comissão presidida pelo major Melo Antunes fora mandatada pelo Conselho da Revolução para estabelecer conversações com os partidos com representação parlamentar na Assembleia Constituinte. As posições foram-se aproximando, com a comissão a retirar da sua proposta um texto preambular de que discordavam o PS, o PPD e o CDS, mas também com o PPD a deixar cair a sua reivindicação para a realização simultânea das eleições legislativas e presidenciais que o partido entendia deverem realizar-se até 25 de Abril. Na sua reunião de 23 de fevereiro, o Conselho da Revolução aconselhou o Presidente da República a marcar as eleições legislativas para o dia 25 de Abril. A Plataforma de Acordo Constitucional ou II Pacto MFA-Partidos foi assinada no dia 26 de fevereiro de 1976 e redefiniu o papel das Forças Armadas na transição democrática portuguesa, formalizando transitoriamente a presença militar na esfera política, através do Conselho da Revolução. O documento foi assinado pelo general Costa Gomes (Presidente da República), Mário Soares (PS), Magalhães Mota (PPD), Sérgio Vilarigues (PCP), Diogo Freitas do Amaral (CDS) e José Tengarrinha (MDP).

Nesse mesmo dia, o *Diário de Lisboa* referia que “empenhados já na campanha eleitoral, os homens políticos exprimem-se com as palavras medidas e contadas. Contam os votos antes de escolherem os adjectivos, esmeram-se nas fórmulas defensivas, capricham na ambiguidade. Se queremos encontrar uma linguagem política clara, temos que contentar-nos com os discursos e alocações dos militares. Eles vão ao fundo das questões, no aspecto positivo e no aspecto negativo. Falam claro, com rude e educativa franqueza.”

CAMPANHA ELEITORAL

O período pré-eleitoral teve início no dia 16 de janeiro numa “cerimónia solene realizada no salão nobre do Ministério da Administração Interna”, com a presença do Ministro da Administração Interna comandante Almeida e Costa e do comandante Costa Correia do Secretariado Técnico de Assuntos Políticos e Eleitorais do MAI, anunciando-se como tarefa prioritária os trabalhos de actualização do recenseamento eleitoral feito por ocasião das eleições para a Assembleia Constituinte. No dia 19 de janeiro o *Diário de Lisboa* destacava em manchete: “Partidos entram na corrida às eleições”.

O ambiente político e social que então se vivia era tenso, pois persistiam as ameaças das organizações de extrema-direita instaladas em território espanhol, designadamente o ELP e o MDLP, sendo a situação económica e financeira do país muito crítica, com elevada inflação, alto custo de vida, dificuldades no abastecimento alimentar e risco de rutura cambial. A onda de intolerân-



A arquiteta Helena Roseta, em 1976, eleita para a Assembleia Constituinte

cia e violência política continuou no Norte e no Centro do continente e na ilha da Madeira, com ataques bombistas, assaltos a sedes partidárias e sindicatos, pesseguições políticas, destruição de propaganda e insultos e agressões.

No dia 2 de abril foi aprovada a nova Constituição da República Portuguesa que “os constituintes eleitos pela vontade popular em Abril de 1975, um ano depois do movimento libertador de Abril de 1974, elaboraram ao longo de dez meses” e, nesse mesmo dia, a edição do jornal *O Século* anunciava que havia “cerca de 6.585.000 recenseados para as eleições de 25 de Abril”, o que representava um acréscimo relativamente aos 6.177.696 recenseados para as eleições para a Assembleia Constituinte. No

dia 5 de abril era anunciado o começo da campanha eleitoral e o *Diário de Notícias* destacava que “candidato da UDP vítima de atentado mortal” e que houvera “petardos no Porto e em Coimbra”. A edição do *Diário Popular* do dia 6 de abril informava que “o CR condena energicamente toda a violência e intolerância política” e, no dia seguinte, o mesmo jornal destacava que “guerra de cartazes e boicotes a comícios na origem de vários incidentes”.

No dia 10 de abril começou a “campanha eleitoral em força” com 14 partidos a concorrer e, na edição desse dia, o *Diário de Lisboa* anunciava “mil comícios no fim-de-semana”, acrescentando “estádios desportivos, praças de touros, liceus, escolas, colectividades de recreio,

salões de bombeiros ou simples locais ao ar livre, vão encher-se de votantes potenciais, a que os candidatos muitas vezes levarão em pessoa as propostas dos seus partidos”. No dia 14 de abril, o *Diário Popular* anunciava “confrontações entre manifestantes e a polícia em Beja” e no dia seguinte, o *Diário de Notícias* difundia um apelo do Cardeal Patriarca aos portugueses para “exercer com rectidão e dignidade o direito de voto como convém

ao Povo”. O ambiente de tensão e, por vezes, de violência política, teve múltiplas origens e perturbou as acções de todos os partidos concorrentes durante toda a campanha eleitoral. No dia 21 de abril o Conselho da Revolução fez “um veemente apelo à participação activa e consciente da população no próximo acto eleitoral, a fim de que os seus resultados constituam a clara e inequívoca afirmação da vontade política do povo português”.

	PS	PPD	CDS	PCP	UDP
Votos recebidos	1912 921	1335 381	876 007	788 830	91 690
Percentagem (%)	34,89	24,35	15,98	14,39	4,03
Mandatos	107	73	42	40	1

ELEIÇÕES E RESULTADOS

No dia 25 de abril de 1976 a votação decorreu com normalidade e votaram 5 483 461 eleitores, isto é, 83,53% dos 6 564 667 eleitores inscritos e os resultados eleitorais fizeram a distribuição dos 263 deputados por cinco dos 14 partidos concorrentes.

Essas eleições tiveram um especial significado porque se realizaram exactamente dois anos depois do derrube do antigo regime e representaram a concretização de uma das mais importantes promessas anunciadas pelo MFA ao povo português no dia 25 de Abril de 1974, mas também porque foram as **primeiras eleições legislativas após a aprovação da nova Constituição da República**. Na sua edição de 30 de abril, o *Século Ilustrado* anunciava que “o grande ven-

cedor foi o povo” e, de facto, assim foi.

A partir de então estavam criadas as condições para a formação do I Governo Constitucional que veio a ser chefiado por Mário Soares e que tomou posse no dia 23 de julho de 1976, após a eleição do novo Presidente da República. Assim se iniciou a primeira governação democrática em Portugal, depois da aprovação da Constituição da República Portuguesa de 1976. As promessas do MFA anunciadas em Abril de 1974 estavam cumpridas, através de uma Constituição que configura um projecto de liberdade e de justiça para todos os portugueses, mas também com a realização de eleições livres e democráticas.

* Capitão de Abril, membro da Direcção da A25A

DO GOLPE AO COMPROMISSO

OS PACTOS MFA–PARTIDOS

Portugal vivia, em 1976, um período marcado pela indecisão e pela incerteza. Estava em curso uma tentativa de construção de um regime democrático, prometido pelo Movimento das Forças Armadas no Programa que apresentara ao País, mas sucessivamente posto em causa pelas várias tentativas do general António de Spínola e dos seus apoiantes na procura de um poder pessoal

VASCO LOURENÇO

RECORDAMOS UM TEMPO em que as forças derrotadas pelo 25 de Abril procuraram, através do chamado “general do monóculo” (António de Spínola), suprimir o Movimento das Forças Armadas (MFA). Estavam convencidas de que a sua aura de “grande chefe militar” lhe permitiria impor-se como uma espécie de De Gaulle à portuguesa. Essas tentativas revelaram-se um fracasso total e constituíram, afinal, a prova mais evidente do logro em que a opinião pública fora induzida, ao considerar

esse general — manifestamente incompetente — como o principal responsável pela libertação do País.

As eleições aproximavam-se. Os partidos políticos surgiam e organizavam-se, ainda em fase embrionária. O MFA acompanhava este processo com profunda preocupação em relação ao futuro democrático de Portugal. Se, à primeira vista, as forças militares e civis anti-25 de Abril haviam sido derrotadas em 28 de setembro de 1974, com a renúncia do seu líder dois

dias depois, a realidade era mais complexa: Spínola abandonara o cargo com um discurso incendiário, apelando à subversão, e prosseguira atividade conspirativa na sua residência, em Massamá, nos arredores de Lisboa.

RESPONSABILIDADES HISTÓRICAS

Perante este contexto, o MFA assumiu plenamente as suas responsabilidades históricas. Tinha consciência de que não podia “lavar as mãos” do processo democrático: não se opôs à sua transformação em processo revolucionário, sabendo que lhe cabia garantir as condições para que a democracia se afirmasse em Portugal. Tudo isto acontecia enquanto enfrentava, em simultâneo, os enormes desafios decorrentes do processo de descolonização e das independências das antigas colónias.

Era também o tempo dos extremismos. À esquerda, o MRPP agitava palavras de ordem como “Nem mais um soldado para as colónias”; nos teatros de guerra ainda vigentes, muitos militares portugueses recusavam a perspetiva de serem “o último a morrer”.

Foi neste ambiente que o MFA, ainda não institucionalizado, através dos seus órgãos dirigentes — nomeadamente a Comissão Coordenadora do Programa, integrada no Conselho de Estado e no chamado Conselho dos Vinte — convidou os partidos políticos já reconhecidos e legalizados para uma reunião, realizada em 21 de fevereiro de 1975. Nessa ocasião, apresentou-lhes uma proposta de Acordo Constitucional, rapidamente conhecida como “Pacto entre o MFA e os Partidos Políticos”.

O PRIMEIRO PACTO

Esse Pacto previa desde logo a definição de um Período de Transição, estimado entre três e cinco anos, durante o qual o MFA participaria nos órgãos de soberania a consagrar na futura Constituição, a elaborar por uma Assembleia Constituinte cujas eleições estavam inicialmente previstas para 12 de abril de 1975. O documento incluía ainda um conjunto de orientações políticas que, embora aceites pelo PCP e pelo MDP-CDE, suscitaram sérias dúvidas e reservas à oposição, nomeadamente ao CDS, ao PPD e ao PS.

Entre os pontos mais controversos figuravam o controlo do MFA sobre a atividade legislativa do Parlamento e do Executivo, bem como a sua influência na escolha do futuro Presidente da República e na composição do Governo — matérias que suscitaram forte desagrado nesses partidos.

Entretanto, os acontecimentos de 11 de março de 1975, que permitiram ao MFA uma nova e decisiva vitória sobre o general Spínola, na sua última tentativa golpista, alteraram profundamente o cenário político. Invocando a necessidade de garantir a realização das eleições para a Assembleia Constituinte, os partidos aceitaram e assinaram o Pacto em 11 de abril de 1975.

Importa, porém, sublinhar que a resposta política e militar, dos derrotados, provocou um forte impulso revolucionário, que chegou a pôr em causa o próprio Programa do MFA, particularmente no que respeitava ao processo de democratização. Não foi fácil impor, no seio das

Forças Armadas, a realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte, apesar de essa previsão constar expressamente do Programa. A data inicialmente marcada, 12 de abril, teve de ser alterada para 25 de abril, cumprindo-se, ainda que *in extremis*, o prazo de doze meses estabelecido.

SEGUNDO PACTO

Foi nesse contexto que o MFA apresentou uma nova proposta de Pacto aos partidos, em 2 de abril. Após a apresentação de sugestões feitas pelas diversas forças políticas, o processo culminou num texto consolidado, já subscrito pelo recém-criado Conselho da Revolução. O documento final foi assinado, depois de alguns ajustamentos, numa cerimónia presidida pelo Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes, e subscrita pelo MFA e pelos seis partidos signatários — CDS, FSP, MDP-CDE, PCP, PPD e PS — em 11 de abril de 1975.

Não vou lembrar as diversas cláusulas do Pacto, mas as que sempre considerei excessivas para o lado do MFA: a existência de um órgão de soberania constituído apenas por militares - o Conselho da Revolução - que teria poderes que lhe permitiriam o controlo do processo político de construção de uma democracia, “a caminho do socialismo”; e a eleição indireta do Presidente da República, pelo conjunto de duas Assembleias, a Legislativa e a do MFA (prevendo-se que cada uma delas fosse constituída por 200 membros).

ELEIÇÕES CONSTITUINTES

Seguiram-se as eleições para a Assembleia Constituinte, com resultados imprevistos, notoriamente contrários ao chamado “Poder da Rua”. Não se torna necessário analisar as lutas que esses resultados provocaram, lutas desenvolvidas pelos diversos partidos, não só na Assembleia Constituinte, mas também nas ruas. Lutas que também tiveram impacto no seio do MFA, dado ser no seio dos militares que mais se definia o futuro.

Como sabemos, o processo revolucionário em curso (PREC) desaguou nos acontecimentos do 25 de novembro de 1975, e foi depois disso que o Conselho da Revolução tomou a iniciativa de convocar os partidos políticos que haviam subscrito o Pacto, para lhes fazer uma proposta para a sua revisão. Tudo começou em 17 de dezembro de 1975 e terminaria em 26 de fevereiro de 1976, com a assinatura do que seria o II Pacto MFA/Partidos.

Muitos dirão hoje que os militares, através do MFA, terão ficado com mais poder e durante mais tempo do que era previsto. Como interveniente na discussão dos dois Pactos, afirmo que nada foi imposto aos partidos políticos. As futuras “justificações” que vieram a apresentar, para sustentar a alteração das suas posições, caem pela base, quando se analisa o que se passou.

Fizeram-no por força das circunstâncias?

Mas quem não o faz, sempre – ainda que muitos o não façam de forma coerente e honesta – de acordo com as circunstâncias, de acordo com a capacidade de realizar o que pretendem?

Para exemplificar esta situação, recordo um episódio passado na reunião de renegociação comigo, como representante do MFA, e a delegação do CDS.

Diogo Freitas do Amaral, líder do CDS, dizia-me:

– Senhor Capitão, o meu partido não pode assinar um Pacto, no qual se declara que vamos caminhar para uma sociedade socialista.

Respondi:

– Senhor Doutor, se essa afirmação não constar do Pacto, nenhum dos outros partidos o assina. Todos eles exigem que essa cláusula conste do Pacto.

– Mas, senhor Capitão, nós somos um partido democrata-cristão, não podemos assinar.

– Senhor Doutor, como disse, todos os outros partidos exigem essa cláusula. Numa negociação, todos têm de ceder. E, como todos querem assinar, todos têm de ceder algo. Que me diz a adjetivarmos o termo socialista? Por exemplo, “uma sociedade socialista à portuguesa”?

Freitas do Amaral, após um silêncio e troca de olhares com os seus companheiros:

– Dê-nos algum tempo para trocarmos opiniões.

– Certamente, aguardo.

Após cerca de dez minutos, recomeçou a reunião.

– Senhor Capitão, o meu partido aceita essa solução.

E foi assim que no Pacto constou que “Portugal caminhará para uma sociedade socialista à portuguesa”. Isto porque nenhum dos outros partidos levantou quaisquer obstáculos a esta qualificação...

CONCLUSÃO

De uma coisa estou convicto, embora possa ser suspeito, dado ter sido um dos protagonistas de todo o processo: a existência do Conselho da Revolução, dotado de poderes específicos e elevados, durante o período de Transição, revelou-se determinante para a consolidação do Estado democrático e de direito. Embora esse período se tenha prolongado além do inicialmente previsto, tal facto deveu-se sobretudo às dificuldades de entendimento no plano político-partidário quanto à revisão constitucional.

Teve o período de transição uma vida mais longa do que o esperado? Deve-se aos Partidos, ao poder político, que não se entendeu e demorou mais tempo do que o previsto a rever a Constituição da República.

Os militares de Abril honram-se de terem cumprido os compromissos assumidos no Programa do MFA. O Pacto com os partidos políticos desempenhou um papel central nesse processo e foi um dos instrumentos que permitiram ultrapassar uma fase particularmente complexa da transição democrática portuguesa.

Com os desejos de que os valores de Abril perdurem por muitos mais anos em Portugal, 25 de Abril, sempre!

* Capitão de Abril, Presidente da Direcção da A25A

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**ARTIGO 5.º**

(Território)

1. Portugal abrange o território historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.
2. O Estado não aliena qualquer parte do território português ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo de rectificação de fronteiras.
3. A lei define a extensão e o limite das águas territoriais e os direitos de Portugal aos fundos marinhos contíguos.
4. O território de Macau, sob administração portuguesa, rege-se por estatuto adequado à sua situação especial.

ARTIGO 6.º

(Estado unitário)

1. O Estado é unitário e respeita na sua organização os princípios da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.
2. Os arquipélagos das Açores e da Madeira constituem regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos próprios.

ARTIGO 7.º

(Relações internacionais)

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do direito dos povos à autodeterminação e à independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nas assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da Humanidade.
2. Portugal preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.
3. Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo, e manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.

ARTIGO 8.º

(Direito internacional)

1. As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português.
2. As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o Estado Português.

ARTIGO 9.º

(Tarefas fundamentais do Estado)

São tarefas fundamentais do Estado:

- a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;
- b) Assegurar a participação organizada do povo na resolução dos problemas nacionais, defender a democracia política e fazer respeitar a legalidade democrática;
- c) Socializar os meios de produção e a riqueza, através de formas adequadas às características do presente período histórico, criar as condições que permitam promover o bem estar e a qualidade de vida do povo, especialmente das classes trabalhadoras, e abolir a exploração e a opressão do homem pelo homem.

ARTIGO 10.º

(Processo revolucionário)

1. A aliança entre o Movimento das Forças Armadas e os partidos e organizações democráticos assegura o desenvolvimento pacífico do processo revolucionário.
2. O desenvolvimento do processo revolucionário impõe, no plano económico, a apropriação colectiva dos principais meios de produção.

ARTIGO 11.º

(Símbolos nacionais)

1. A Bandeira Nacional é a adoptada pela República instaurada pela Revolução de 5 de Outubro de 1910.
2. O Hino Nacional é A Portuguesa.



PALAVRAS, CONFLITOS E COMPROMISSO POLÍTICO

O texto enquadra o processo de elaboração da Constituição portuguesa de 1976 na complexa conjuntura política e social do período pós-Revolução de Abril. A partir da composição e funcionamento da Assembleia Constituinte, examinam-se os debates, as clivagens ideológicas e as dinâmicas de negociação que moldaram a Lei Fundamental. Evidencia-se, assim, o papel central do compromisso político na consolidação da democracia portuguesa

NUNO ESTÊVÃO FERREIRA*

OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES para a Assembleia Constituinte, em 25 de Abril de 1975, fornecem uma primeira linha de interpretação sobre o curso dos debates para a aprovação da Lei Fundamental da democracia portuguesa.

Desde logo porque a taxa de participação foi extremamente elevada (cerca de 92%), legitimando - se dúvidas ainda houvesse - a revolução que um ano antes pusera termo à ditadura e a instauração da democracia. Ficavam, por-



tanto, ratificados os termos gerais do programa do MFA, no qual constava, precisamente, a aprovação de uma nova Constituição por Assembleia eleita por sufrágio universal direto e secreto. O equilíbrio de forças resultante forçaria negociações e compromissos.

De facto, o voto dos 116 deputados do PS seria previsivelmente decisivo, caso ocorresse em bloco, sem cisões internas (que viriam a ocorrer em dezembro de 1975, no PPD), e se fosse adotado, como seria, o princípio da maioria dos parlamentares para a aprovação das disposições constitucionais. Seriam necessários acordos com o PCP com o PPD ou com o CDS. Numa câmara com 250 deputados, a alternativa a entendimentos que envolvessem o PS seria muito improvável, sobretudo no contexto revolucionário, com uma conjugação de votos entre os deputados do PPD (81), PCP (30) e CDS (16).

Mas a elaboração da Constituição não consistiu apenas e só num simples somatório de votações de sucessivos preceitos. O uso da palavra, a lógica discursiva e o impacto dos argumentos empregues foram elementos-chave no curso dos trabalhos. O mesmo se diga do manuseamento de recursos específicos, como o re-

gimento, a técnica legislativa ou a capacidade negocial. Os cinco parlamentares da bancada do MDP/CDE e o deputado único da UDP marcaram, em diferentes momentos, a agenda do plenário e o curso das discussões. Também o deputado único da ADIM [Associação para a Defesa dos Interesses de Macau] interveio em diferentes comissões especializadas, espaço crucial da câmara constituinte.

UMA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL SEM PRECEDENTES LEGITIMOU O PROCESSO CONSTITUINTE E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL

As condicionantes da Assembleia Constituinte seriam bem mais vastas. Referimo-nos desde logo à Plataforma de Acordo Constitucional entre o MFA e os partidos, firmada cerca de duas semanas antes das eleições e revista após o 25 de Novembro de 1975. Se os termos de ambos os acordos se destinavam a ser plasmados no texto final, a sua existência e, sobretudo, a sua modificação traduzia claramente a relevância da conjuntura política geral sobre o andamento dos trabalhos constituintes.

Pluralismo político e via socializante encontravam-se entre os objetivos daquele que ficaria conhecido como o I Pacto. Seriam consagrados na Constituição os princípios do programa do MFA, as conquistas e os desenvolvimentos impostos pela dinâmica revolucionária, sobre a qual o Conselho da Revolução funcionaria como dinamizador. Concluído já no final de fevereiro de 1976, o II Pacto seria desprovido de afirmações programáticas. Ambos os acordos seriam assinados pelo Presidente da República, em nome do Conselho da Revolução, e pelos cinco principais partidos representados na Assembleia.

A sessão de abertura, em 2 de junho de 1975, decorre no quadro político saído do 11 de Março de 1975, com a institucionalização do Conselho da Revolução e a acentuada inclinação da governação para a esquerda do espectro ideológico, com a implementação de nacionalizações e da reforma agrária. Foi nesse ambiente que a verificação de poderes dos deputados, a elei-

ção da mesa e a aprovação do regimento da Assembleia Constituinte tiveram lugar. Em todos estes momentos, foram evidentes as clivagens no plenário, com discussões intensas e prolongadas, prevalecendo, no final, a capacidade de obtenção de entendimentos suscetíveis de prosseguir os trabalhos.

A via compromissória seria uma característica fundamental dos debates na Assembleia. Não apenas no seu termo, mas também logo no início e até nos momentos de maior tensão. Polemizadas no momento da discussão, as principais regras de funcionamento da câmara seriam fixadas nessas primeiras semanas, tais como o período de antes da ordem do dia, as justificações, o número de vezes e o tempo de uso da palavra, a votação por maioria dos membros da Assembleia e a composição das comissões especializadas.

A inevitável influência da evolução política geral sobre os trabalhos constituintes seria reforçada pelo período de antes da ordem do dia. A sua compatibilização com o mandato específico dos deputados e a possibilidade e as vias de prorrogação estariam na origem de uma das mais intensas clivagens entre os parlamentares, prolongando-se no tempo. Até final de agosto, os deputados do PCP ausentar-se-iam durante o curso das intervenções antes da ordem do dia. Também se verificaria a ausência da bancada do MDP/CDE. A par da competência específica, estava também em causa a relação entre a Assembleia Constituinte e os órgãos do poder político.

O VERÃO QUENTE

A sistematização da Constituição seria discutida já em pleno “verão quente”. A polémica mais marcante teria, contudo, uma carga ideológica que extravasava a complexidade da conjuntura política. A arrumação das matérias dividiria o hemiciclo em torno da seguinte questão: a parte inicial seria dedicada aos direitos fundamentais ou à organização social e económica. Também a separação entre direitos individuais e políticos e direitos económicos, sociais e culturais provocaria agitação no hemiciclo. Na sequência de um prolongado e intenso debate, PCP e MDP/CDE acabariam vencidos na visão de fundo sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade.

A polarização ideológica prosseguiria durante os trabalhos relativos às primeiras duas partes do texto final. Por ocasião do 25 de Novembro apenas estavam aprovadas as disposições relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e deveres fundamentais (parte I) e à organização económica (parte II). O articulado referente à organização do poder político tinha sido apresentado pela comissão especializada poucos dias antes. Ainda começaria a ser discutido na generalidade, mas acabaria por regressar à comissão, para ser reelaborado de acordo com o II Pacto, assinado cerca de três meses depois. No intervalo, seriam aprovadas matérias como tribunais e poder local não estritamente dependentes de entendimento entre MFA e partidos na nova conjuntura política.

Após o 25 de Novembro verificar-se-ia um ambiente geral mais sereno nos debates consti-

tuintes. Os momentos de maior tensão foram anteriores, acentuando-se na sua proximidade. Não nos referimos apenas ao que ficou conhecido como o “cerco de S. Bento”, na sequência de manifestação de trabalhadores da construção civil. Em algumas sessões a intensidade da polémica seria acompanhada pela saída de grupos de deputados do hemiciclo, sob o espectro da suspensão e até do bloqueio. A evacuação das galerias justificou as interrupções dos trabalhos e, em protesto com intervenções na tribuna, também os jornalistas chegaram a abandonar a respetiva bancada.

TERMOS GERAIS DOS DEBATES

A elaboração da Constituição decorreu ao longo de cerca de dez meses, bem para além dos inicialmente fixados 90 dias sobre a verificação de poderes, com possibilidade de prorrogação por igual período, sob pena de dissolução e eleição de nova Assembleia. A viabilização requereu alterações da legislação e o alargamento dos horários de funcionamento. As negociações do

**A CONSTITUIÇÃO
DE 1976 RESULTOU
MENOS DA SOMA
DE VOTOS
E MAIS DA FORÇA
DO DEBATE POLÍTICO**

II Pacto forçariam interrupções enquanto se aguardava pela conclusão do acordo com efeitos sobre a Constituição.

Seriam realizadas mais de 100 sessões plenárias e o triplo de reuniões nas comissões especializadas. Nestas últimas foram preparados os articulados, acompanhados por declarações de voto que exprimiam as posições vencidas. Não raras vezes, após aceso debate na especialidade e em face de dificuldades na obtenção de entendimento em plenário, algumas disposições “baixariam” de novo à comissão para obtenção de formulação compromissória que viabilizasse a aprovação.

De acordo com as matérias, foram efetuados alinhamentos específicos entre PS, PPD e CDS ou entre PS, PCP e MDP/CDE. No entanto, e apesar de todas as clivagens verificadas, cerca de 2/3 dos preceitos contidos no texto final mereceram aprovação unânime. Votos contra apenas se verificaram em 13% das alíneas. Após o 25 de Novembro, o preâmbulo da Constituição, enquanto derradeira componente a ser levada ao plenário, justificaria a polémica ideológica mais intensa.

A APROVAÇÃO

A 2 de junho de 1976 a Constituição seria aprovada apenas com o voto contra dos deputados do CDS. No dia anterior, a fixação do texto final pela da comissão de redação justificara a aprovação por aclamação, à semelhança do que já sucedera com moções apresentadas por deputados. Sá Carneiro, que, como outros dirigentes partidários, como Álvaro Cunhal, Pereira

de Moura e, inicialmente, Mário Soares, nestes casos por incompatibilidade com funções governativas, não assumiu o lugar de deputado, propusera, sem êxito, a abstenção aos constituintes do PPD.

Na sessão de encerramento, o presidente da Assembleia Constituinte, Henrique de Barros, cujo sentido cívico e isenção partidária na condução dos trabalhos tinha sido realçada numa das moções anteriormente aprovadas, renovaria o voto que já fizera na abertura sobre uma Constituição “que, na sua essência, saiba resistir à prova do tempo!”.

* Membro do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP), integra atualmente o Conselho de Direção

**OS PACTOS
MFA-PARTIDOS
CONDICIONARAM
DECISIVAMENTE
O CONTEÚDO
CONSTITUCIONAL
(...) A CONSTITUIÇÃO NASCEU
NUM CONTEXTO
REVOLUCIONÁRIO,
MAS COM VOCAÇÃO
DE PERMANÊNCIA**

O CAMINHO DA DEMOCRACIA PORTUGUESA

A nova Constituição de 1976 distinguir-se-ia das que a precederam trazendo um avanço em relação a elas. De facto, a Constituição de 1976 foi marcada pela rejeição da concentração e centralização do poder, característica do Estado Novo e da Constituição de 1933

JOSÉ ANTÓNIO COSTA FERREIRA*

O GOLPE DE ESTADO DE 25 DE ABRIL de 1974, dirigido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), pôs fim a 41 anos de Estado Novo e a 48 de ditadura.

Aquele movimento militar pouco tivera de ideológico nas suas raízes. De facto, a guerra colonial constituiu a motivação dominante do MFA para levar a cabo um golpe de Estado.

Consumado o golpe, é proclamado ao País o Programa do Movimento das Forças Armadas, que passou a ser o texto fundamental a marcar o sentido da Revolução, os seus limites e os seus objetivos.

Uma das primeiras preocupações do MFA, expressa nas Medidas Imediatas do seu programa, foi a convocação de uma Assembleia Constituinte, eleita por sufrágio universal, direto e secreto, com vista à construção de uma nova ordem constitucional e jurídico-institucional, de acordo com os princípios democráticos inspiradores da Revolução.

O período pré-constitucional, 1974-1976, conheceu três fases distintas durante o seu conturbado processo de edificação da arquitetura institucional do novo regime democrático:

- A primeira fase vai até às eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas em 25 de Abril de 1975, e é caracterizada pelo crescendo das movimentações políticas e pela radicalização da Revolução.
- A segunda fase tem início com as eleições para a Assembleia Constituinte, cujos resultados favoráveis aos partidos de oposição à radicalização revolucionária vieram não apenas legitimar esses partidos como protagonistas políticos ao lado do MFA, mas também hierarquizar o apoio eleitoral dos vários partidos. A rota de colisão veio a dar-se em 25 de Novembro de 1975, em que a sublevação militar ligada à esquerda radical é derrotada por militares moderados, pondo fim antecipado ao processo revolucionário.
- Começa aí a terceira e última fase do período pré-constitucional, com um novo quadro de relação de forças.

LEI PARA OS PARTIDOS

No Programa do MFA não havia qualquer referência à legalização dos partidos políticos, cuja formalização seria tarefa para o futuro governo provisório civil.

Foi, então, aprovada a necessária legislação com vista a assegurar a realização do ato eleitoral. Publicadas a lei dos partidos políticos e a lei eleitoral, inicia-se o recenseamento dos eleitores, que passarão do milhão e meio do regime do Estado Novo para mais de seis milhões; e, em janeiro de 1975, dezasseis partidos ficaram legalizados. Os princípios estabelecidos na lei eleitoral criaram as condições necessárias para a reali-

zação de eleições verdadeiramente democráticas, em contraposição às eleições fantoche do salazarismo.

O *Pacto MFA/Partidos*, pelo qual os partidos políticos se comprometem a respeitar no texto constitucional o poder do MFA na condução da vida política portuguesa, viabiliza a realização das eleições para a Assembleia Constituinte.

Em 25 de abril de 1975, quando se realizaram as eleições para a Assembleia Constituinte (exatamente um ano após o 25 de Abril), estava consumada a rutura com o corporativismo das estruturas do Estado Novo

Portugal iria, assim, conhecer o terceiro processo constituinte na sua história política, isto é, uma assembleia com a incumbência de levar a cabo a elaboração de uma Constituição.

**UMA DAS PRIMEIRAS
PREOCUPAÇÕES
DO MFA, EXPRESSA
NAS MEDIDAS
IMEDIATAS
DO SEU PROGRAMA,
FOI A CONVOCAÇÃO
DE UMA ASSEMBLEIA
CONSTITUINTE**



Entre junho e novembro de 1975, sucederam-se os episódios de agitação revolucionária e contrarrevolucionária. Um dos momentos mais intensos deu-se a 12 de novembro, com a manifestação em frente à Assembleia Constituinte, que culminou no cerco ao Palácio de São Bento, impedindo os deputados de sair ou de entrar

O primeiro ocorreu em 1821 (após a Revolução Liberal de 1820), com o propósito primeiro de instaurar o princípio da divisão tripartida dos poderes.

O segundo processo constituinte da nossa história ocorreu em 1911 (após a Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910), e estabeleceu os fundamentos do novo regime político.

A Assembleia Constituinte de 1975-1976 se-

ria, assim, a terceira assembleia magna com a finalidade de elaborar para o país uma nova Constituição que consagrasse os fundamentos democráticos do novo regime político saído da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Todos os deputados estavam conscientes da importância da futura Constituição e da responsabilidade da missão de que estavam incumbidos: lavrar um texto constitucional, res-

peitando o pacto estabelecido entre o MFA e os partidos políticos, que pudesse servir de quadro institucional às profundas transformações sociais de que o país carecia e reclamava.

Destacaram-se vários acontecimentos da vida desta instituição: das prorrogações do prazo inicialmente estabelecido para a conclusão dos seus trabalhos, ao cerco à Assembleia Constituinte, que conduziu à suspensão temporária da sua atividade.

TEMPOS AGITADOS

Entre junho e novembro de 1975, sucederam-se os episódios de agitação revolucionária e contrarrevolucionária. Um dos momentos mais intensos deu-se a 12 de novembro, com a manifestação em frente à Assembleia Constituinte, que culminou no cerco ao Palácio de São Bento, impedindo os deputados de sair ou de entrar.

Uma maioria de deputados constituintes meditou na deslocação dos seus trabalhos para o norte do País. Considerando a instabilidade da situação político-militar, os deputados do PS, PPD e CDS rumaram à cidade do Porto, após terem aprovado uma declaração em que a Assembleia Constituinte declarava ser sua intenção reunir-se em qualquer momento e em qualquer lugar para o integral cumprimento do seu mandato, considerando a necessidade de se assegurar o seu funcionamento efetivo.

A 25 de Novembro de 1975, na sequência dos episódios desse dia, viria mesmo a ser aprovada uma moção que suspendeu o funcionamento da Assembleia Constituinte em virtude de o

**NO PROGRAMA
DO MFA NÃO HAVIA
QUALQUER REFERÊNCIA
À LEGALIZAÇÃO
DOS PARTIDOS
POLÍTICOS,
CUJA FORMALIZAÇÃO
SERIA TAREFA
PARA O FUTURO
GOVERNO PROVISÓRIO
CIVIL**

País se encontrar num estado de sublevação e de não haver condições para o prosseguimento dos trabalhos.

O reinício dos trabalhos só ocorrerá a 2 de dezembro de 1975, vindo a ser concluídos quatro meses depois, a 2 de abril de 1976. É nesse período que se intensifica o trabalho constituinte. A Assembleia Constituinte conseguiu cumprir o seu mandato, elaborando e aprovando, em apenas dez meses, a Constituição de 1976. Foi um período marcado pela tensão, a divisão e a rutura no Movimento da Forças Armadas, e que culminou com o confronto do 25 de Novembro de 1975, impondo a alteração das legitimidades do poder a entronizar: a legitimidade revolucionária cede definitivamente o passo à legitimidade das urnas.

A generalidade dos estudos costuma marcar três grandes períodos no processo político português subsequente ao 25 de Abril: o primeiro, de 25 de Abril de 1974 a 11 de Março de 1975; o segundo, de 11 de Março a 25 de Novembro de 1975; o terceiro, desta data em diante.

Assim, a eleição da Assembleia Constituinte foi estabelecida no primeiro período – após a Revolução – eleita e posta a funcionar no segundo – 25 de abril de 1975 – e concluiu os seus trabalhos já no terceiro – 2 de abril de 1976.

A TRANSIÇÃO

A Assembleia Constituinte revelou-se fundamental para a defesa de um regime de democracia política, e a Constituição de 1976, elaborada no decurso do processo revolucionário refletiu as várias inspirações que estiveram na sua origem e o acidentado percurso revolucionário português decorrido durante os seus trabalhos. Foi fortemente influenciada por diversos contextos e ideologias ocidentais, procurando a transição para a democracia e a integração europeia ao mesmo tempo que reflete o ambiente ideológico de esquerda da época, estabelecendo um regime democrático pluralista e com forte pendor social.

Refira-se, no entanto, que o êxito dos trabalhos da Constituinte ficou também a dever-se, em larga medida, à compreensão patriótica da generalidade dos deputados, e à natureza histórica do mandato de que estavam investidos. Essa compreensão foi essencial para se encontrar, com perseverança, entre projetos contraditó-

rios e divergências profundas, as vias do compromisso e as soluções de consenso.

Saliente-se que, muitas vezes, os deputados constituintes o fizeram adiantando-se às direções dos seus partidos, mais ocupadas noutras batalhas. Recorde-se que, na altura em que a assembleia constituinte elaborou e aprovou a Constituição, nenhum dos partidos era poder instituído, nem os deputados tinham compromissos em relação ao concreto exercício desse poder.

O espírito do compromisso prevaleceu, desde logo, na metodologia adotada. Como na Assembleia Constituinte nenhum partido detinha maioria absoluta, nenhum dos projetos de constituição partidários foi tomado como base privilegiada para a elaboração da Constituição. Nem sequer os projetos constitucionais foram votados.

**OS PRINCÍPIOS
ESTABELECIDOS
NA LEI ELEITORAL
CRIARAM AS CONDIÇÕES
NECESSÁRIAS PARA
A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES
VERDADEIRAMENTE
DEMOCRÁTICAS,
EM CONTRAPOSIÇÃO
ÀS ELEIÇÕES FANTOCHE
DO SALAZARISMO**

O papel das comissões na Assembleia Constituinte foi, de facto, da maior relevância na produção do articulado constitucional, pois a formação da Constituição teve lugar não apenas no plenário da assembleia, mas também, em muitas matérias, nas respetivas comissões.

Muitos preceitos da Constituição foram total ou predominantemente debatidos e elaborados em comissão, antes da sua passagem pelo plenário. Esta metodologia facilitou sobremaneira a aproximação de pontos de vista, a procura e o triunfo de soluções de consenso, sendo, certamente, essa capacidade de compromisso uma das principais razões do sucesso da Assembleia Constituinte e do seu papel na restauração da democracia em Portugal.

A APROVAÇÃO

No dia 2 de abril de 1976, dez meses após o início dos seus trabalhos, a Assembleia Constituinte aprovava finalmente a nova Constituição da República Portuguesa, consagrando na sua arquitetura institucional um modelo de democracia pluralista, assente numa nova ordem jurídico-constitucional.

A Revolução, marcada por um agitado percurso de confrontação permanente entre projetos políticos de sinais opostos terminara, passando o testemunho à Constituição. A Constituição entra em vigor a 25 de Abril daquele ano.

As principais características da Constituição de 1976 incluem a garantia de direitos, liberdades dos cidadãos, pluralismo de expressão, organização política e o direito de oposição democrática.

Na “Organização do Poder”, estabeleceu o Pre-

**TODOS OS DEPUTADOS
ESTAVAM
CONSCIENTES
DA IMPORTÂNCIA
DA FUTURA
CONSTITUIÇÃO
E DA RESPONSABILIDADE
DA MISSÃO
DE QUE ESTAVAM
INCUMBIDOS**

sidente da República, o Conselho da Revolução, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais como órgãos de soberania.

Instituiu uma economia mista, permitindo a coexistência dos setores público, privado e cooperativo/social.

No âmbito da “Autonomia e Descentralização”, consagrou a autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira e o Poder Local.

Consagrou, ainda, a liberdade de imprensa, liberdade religiosa e direitos laborais.

A nova Constituição de 1976 distinguir-se-ia das que a precederam trazendo um avanço em relação a elas. De facto, a Constituição de 1976 foi marcada pela rejeição da concentração e centralização do poder, característica do Estado Novo e da Constituição de 1933.

* Mestre em História Política Contemporânea
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)



PATRIMÓNIO DE TODOS OS PORTUGUESES

A Constituição portuguesa nascida após o 25 de Abril garante a democracia, a liberdade e os direitos dos cidadãos. Não é só um texto legal: pertence a todos. Cabe a cada cidadão conhecer, respeitar e defender a Constituição, para que os direitos e liberdades sejam cumpridos na prática, todos os dias

AUGUSTO SANTOS SILVA*

A IMPORTÂNCIA DA CONSTITUIÇÃO da República Portuguesa (CRP) não pode ser subestimada. Elaborada na sequência das primeiras eleições livres e por sufrágio universal realizadas em Portugal, no dia 25 de abril de 1975, ou seja, exatamente um ano após a depo-

sição da ditadura pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), ela representou a síntese que concluiu o tenso período revolucionário, definindo o novo regime como uma democracia pluralista com forte cunho social. Essa síntese haveria de ser clarificada e reforçada nas duas

grandes revisões de 1982 e 1989, que, no seu conjunto, determinaram a Lei Fundamental que nos rege.

Tudo isto tem uma consequência muito importante, que gostaria de pôr aqui em relevo: a Constituição é o nosso contrato social. Ela é o pacto fundador do Estado democrático de direito em que vivemos, permitindo que expressemos livremente as nossas opiniões e interesses, que nos vinculemos todos ao bem-estar das pessoas, à coesão da sociedade e à qualidade das instituições, que debatamos publicamente as soluções que propomos, e que decidamos coletivamente, por deliberação pacífica, as que seguiremos.

Não minorizo o alcance jurídico da Constituição, nem o seu encaixe na conjuntura revolucionária, nem a necessidade de a ler e aplicar tendo em conta o contexto em que foi redigida e o contexto com que, em cada momento, nos deparamos. Precisamos do saber e da doutrina dos especialistas em direito constitucional. Orientamo-nos pela jurisprudência do Tribunal Constitucional. Respeitamos as opções do legislador. Confiamos na perícia e na boa-fé de uns e outros para que nos possamos aproximar cada vez mais desse desígnio maior que é cumprir plenamente a Constituição. Mas não podemos entregar-lhes exclusivamente a tarefa que só a nós incumbe, e é fazermos da Constituição uma realidade viva, que desenha o nosso chão comum.

CRP LIDA PELOS CIDADÃOS

Por conseguinte, não menos decisiva do que a interpretação analítica e crítica dos juristas,

dos governantes e dos legisladores é a leitura, digamos assim, leiga, “profana”, das e dos cidadãos. Leitura plural, certamente, e variável, que é isso que caracteriza uma sociedade democrática. Mas uma leitura ativa, que retira consequências do que vê e não vê, quer no texto, quer na prática constitucional.

Podem alguns leitores deduzir que me refiro às grandes injunções programáticas, quer de organização política, quer de organização económica, quer quanto aos direitos económicos, sociais e culturais. Decerto me refiro; mas não apenas. Há muito a dizer, mais, há muita vigilância a exercer, no que respeita à realização dos direitos, liberdades e garantias. Eles nunca podem ser dados como estabelecidos.

Um exemplo simples – e, a meu ver, particularmente chocante. Sobre a possibilidade de prisão preventiva dispõe o artigo 28.º da Constituição, que integra o capítulo sobre direitos, liberdades e garantias pessoais do título sobre direitos, liberdades e garantias: “A detenção será submetida, no prazo máximo de quarenta e oito horas, a apreciação judicial, para restituição à liberdade ou imposição de medida de coação adequada, devendo o juiz conhecer das causas que a determinaram e comunicá-las ao detido, interrogá-lo e dar-lhe oportunidade de defesa”.

O significado parece inequívoco: uma pessoa detida tem de ser presente ao juiz no prazo mais curto, porque a liberdade, valor supremo, só pode ser negada com os fundamentos mais sólidos, apreciados por juiz (juiz das liberdades, dizemos) e devidamente comunica-

dos, para que a pessoa se possa defender. Mas o que tem acontecido é as autoridades judiciais entenderem que a simples apresentação do detido ao juiz, que se limita a confirmar a identidade, cumpre este preceito, regressando aquele ao calabouço, sem saber de que é suspeito e com base em que factos. Casos há em que o detido passa várias noites na prisão até finalmente o juiz apreciar as alegações do Ministério Público e o devolver à liberdade, por considerá-las inválidas ou insuficientes. Entretanto, a condenação na praça pública teve o seu curso, a nódoa na reputação ficou gravada e o falso suspeito tornou-se em mais uma vítima. Vítima de quê? Pois, no fundo, vítima do desrespeito pela garantia constitucional (manifestado pelas próprias autoridades judiciais...). Não entro deliberadamente no debate técnico-jurídico, embora me pareça que, mesmo nesse plano, é inadmissível a ideia de que a simples verificação de identidade por um juiz é diligência bastante para o que determina o artigo 28º. O que sustento é que, independentemente desse debate, todos nós, cidadãos comuns, temos o direito de fazer a leitura simples e direta do texto e entender a necessidade da garantia constitucional: ninguém pode ser detido sem saber porquê.

REFORMA DA JUSTIÇA

Poderia invocar outros exemplos, ainda no regime de direitos, liberdades e garantias – não se tratando, pois, de avaliar se as políticas públicas estão a ser suficientemente focadas e eficazes na promoção do direito ao trabalho, à

educação, à saúde, à cultura ou a qualquer outro dos direitos sociais; mas sim de liberdades e de garantias básicas em qualquer Estado de direito. De facto, a reforma mais premente, a reforma da justiça, deve ter por orientação e objetivo fundamental reconduzir parte da legislação, parte da organização do sistema judicial (e, em particular, do Ministério Público) e grande parte da prática em justiça penal, às disposições da Lei Fundamental.

Preocupação dos magistrados, dos advogados, dos professores de Direito, apenas? Seguramente que não. Porque a Constituição pertence a todos os Portugueses, qualquer que seja a sua instrução, profissão ou rendimento, e, portanto, cada de nós tem não só o direito como tem o dever de velar pelo cumprimento da Constituição.

A começar pelas garantias com que ela defende a nossa liberdade individual.

* Sociólogo e professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Membro do Partido Socialista, foi presidente da Assembleia da República, ministro em vários governos e deputado

**CONSTITUIÇÃO
PERTENCE A TODOS
OS PORTUGUESES,
QUALQUER QUE SEJA
A SUA INSTRUÇÃO,
PROFISSÃO
OU RENDIMENTO**

DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS**ARTIGO 12.º**

(Princípio da universalidade)

1. Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição.
2. As pessoas colectivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a sua natureza.

ARTIGO 13.º

(Princípio da igualdade)

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

ARTIGO 20.º

(Defesa dos direitos)

1. A todos é assegurado o acesso aos tribunais para defesa dos seus direitos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.
2. Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.

ARTIGO 25.º

(Direito à vida)

1. A vida humana é inviolável.
2. Em caso algum haverá pena de morte.

ARTIGO 26.º

(Direito à integridade pessoal)

1. A integridade moral e física dos cidadãos é inviolável.
2. Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratamentos ou penas cruéis, degradantes ou desumanas.

(...)

APROVAÇÃO

(...)

ARTIGO 312.º

(Promulgação, publicação, data e entrada em vigor da Constituição)

1. O decreto de aprovação da Constituição será assinado pelo Presidente da Assembleia Constituinte, promulgado pelo Presidente da República e publicado até 10 de Abril de 1976.

2. A Constituição da República Portuguesa terá a data da sua aprovação pela Assembleia Constituinte.

3. A Constituição da República Portuguesa entra em vigor no dia 25 de Abril de 1976.

O Presidente da Assembleia Constituinte,
Henrique Teixeira Queiroz de Barros.

Promulgado em 2 de Abril de 1976. Publique-se.

O Presidente da República,
Francisco da Costa Gomes.



O LUGAR DA MULHER É ONDE ELA QUISER



A relação entre as mulheres, o desporto e a Revolução de Abril é uma narrativa de libertação que espelha a própria transformação da sociedade portuguesa

LÍDIA PRAÇA*

O CORPO FEMININO, antes de 1974, era um território vigiado e o desporto para mulheres um campo de restrições legais e morais. Durante o Estado Novo, a prática desportiva feminina era vista com desconfiança. O regime defendia uma visão biológica e conservadora, assumindo que a mulher deveria preservar-se para a maternidade e para o ambiente domés-

tico. De resto, ia-se mais longe, sustentando-se que modalidades como o futebol, o rãguebi ou o boxe eram oficialmente desaconselhadas, ou mesmo proibidas às mulheres, por serem consideradas *inadequadas à sua natureza*.

O desporto feminino limitava-se, em grande parte, à ginástica rítmica ou a modalidades que não *corrompessem* a feminilidade. Compe-

tir era um ato de resistência e ser atleta era desafiar o destino traçado *de fada do lar*, simplesmente.

Com o 25 de Abril, as barreiras institucionais ruíram e o desporto deixou de ser um privilégio masculino ou uma ferramenta de moldagem moral para se tornar um direito de todos os cidadãos.

IGUALDADE DE DIREITOS.

Embora se saiba que as mentalidades não se mudam por decreto, este passo foi decisivo para dar início a uma verdadeira revolução no mundo do desporto e da atividade física. Começaram a surgir centenas de coletividades, clubes e associações, onde as mulheres passaram a ocupar campos, pistas e piscinas, abrindo caminho para a arbitragem e o ajuizamento. Mais tarde, começaram também a assumir funções como treinadoras e hoje ocupam, finalmente, cadeiras de decisão nos órgãos associativos.

A década de 1980 colheu os primeiros frutos de Abril com o aparecimento de figuras icónicas como Rosa Mota, que não só venceu maratonas, mas correu contra o preconceito e a ignorância, provando que a resistência física feminina não tinha limites.

Da mesma forma, o futebol feminino, outrora proibido, iniciou um percurso lento, mas imparável, de afirmação, que hoje culmina em estádios cheios.

CONQUISTA NO MOVIMENTO.

No entanto, o desafio persiste na luta pela paridade salarial, na ocupação de cargos de decisão

ANTES DE 1974,
O CORPO FEMININO
ERA UM TERRITÓRIO VIGIADO
(...) A REVOLUÇÃO
PERMITIU
QUE A MULHER
PORTUGUESA
FOSSE DONA
DA SUA PRÓPRIA
PERFORMANCE

nas federações, nas associações, bem como na igualdade de cobertura mediática.

Abril deu às mulheres o direito de correr, saltar e competir e mais do que medalhas, a Revolução permitiu que a mulher portuguesa fosse dona da sua própria *performance* e ocupasse o espaço público com a força do seu talento. Nesse sentido, o desporto tornou-se um dos mais vibrantes barómetros da nossa democracia, com o desporto feminino em Portugal a dar um salto gigantesco, passando do amadorismo resiliente para a glória olímpica e mundial. As mulheres não só venceram provas, como abriram caminho para as gerações atuais. Hoje, são atletas, árbitras, juizes, treinadoras, dirigentes e, acima de tudo, fizeram história.

O atletismo foi a modalidade que mais cedo e com maior impacto colocou a mulher portuguesa no mapa mundial. Rosa Mota, a maior figura do desporto feminino nacional, foi campeã mundial e europeia da maratona e cam-

peã olímpica, em Seul, em 1988. A Rosa é um símbolo de superação e da liberdade de correr. Também Fernanda Ribeiro, campeã olímpica dos 10 mil metros em Atlanta, em 1996, detém um dos currículos mais extensos em termos de medalhas em grandes competições. Patrícia Mamona, medalha de prata no triplo salto, em Tóquio, em 2020, é o rosto da modernidade e do atletismo técnico de elite.

Todavia, foi uma modalidade de combate, o judo, que veio quebrar muitos estereótipos de género: Telma Monteiro, a atleta mais titulada de sempre do judo português, conquistou o bronze no Rio, em 2016, e soma inúmeros títulos europeus e medalhas em mundiais, mantendo uma longevidade competitiva impressionante. Igualmente, aproveitando a nossa costa, as mulheres conquistaram o mar. Teresa Bonvalot, um dos maiores talentos do surf nacional, é uma presença constante no circuito mundial e representante olímpica; assim como Joana Schenker, campeã mundial de Bodyboard, em 2017, foi pioneira ao trazer um título mundial feminino numa modalidade de ondas para Portugal.

Porém, a modalidade mais possante em termos de praticantes e de visibilidade nas últimas décadas foi o futebol: Carla Couto tornou-se uma lenda viva e a primeira grande referência do futebol feminino, somando perto de 150 internacionalizações; tal como a Jéssica Silva, o rosto da nova era, com passagens por grandes clubes europeus, como o Lyon, e que foi fundamental, em 2023, na primeira qualificação de Portugal para um Mundial.

**O LUGAR DA MULHER
É ONDE ELA QUISER
— INCLUSIVE
NO TOPO (...)
A CONSTITUIÇÃO
DE 1976 CONSAGROU
A IGUALDADE
DE DIREITOS
E ELAS FIZERAM
O RESTO!**

Noutras modalidades: lembro Vanessa Fernandes que dominou o triatlo internacional durante anos, foi medalha de prata em Pequim, em 2008, e ex-número 1 do ranking mundial; ou, Naide Gomes, no salto em comprimento, campeã mundial e europeia em pista coberta, uma das atletas mais completas que o País já viu; ou, ainda, Maria Caetano, na equitação, um nome de referência no Dressage, representando a elegância e a precisão técnica no desporto equestre.

Enfim, estas atletas mulheres, entre muitas outras, são o rosto do Portugal que aprendeu que o lugar da mulher é onde ela quiser, incluindo no topo do pódio. A Constituição de 1976 consagrou a igualdade de direitos e elas fizeram o resto!

* Sócia da A25A, coordenadora principal d'O Referencial

NATUREZA DO REGIME DEMOCRÁTICO EM DEBATE

Há momentos na história política de um país em que os sinais se tornam demasiado claros para serem ignorados. Quando uma maioria, ou uma convergência parlamentar, começa a falar de forma insistente em revisão constitucional; quando regressa o discurso do “excesso de direitos”; da “Constituição ideológica” ou do “Estado a mais”; e quando se insinua que a democracia está bloqueada por garantias sociais e limites ao poder, então já não estamos perante um debate técnico ou académico. Estamos perante um conflito político profundo sobre a natureza do regime democrático

DOMINGOS CHAVES*

A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA não é um documento neutro, nem um simples manual de funcionamento institucional. É um pacto fundador, nascido de uma ruptura histórica com o autoritarismo, com as desigualdades institucionalizadas e com a subordinação do cidadão ao Poder económico e político. Foi por isso construída para proteger direitos fundamentais, limitar maiorias conjunturais, e impedir que o Poder se exerça sem controlo. Em suma: foi elaborada, para defen-

der a democracia contra as tentações do Poder absoluto, mesmo quando essas tentações se apresentam sob a forma de maiorias eleitas. Sendo assim, é precisamente por isso que hoje incomoda!... Não porque esteja desactualizada, mas porque continua a exigir aquilo que muitos já não querem dar – responsabilidade social, limites jurídicos e respeito efectivo pelos direitos fundamentais. Não é por isso segredo que o discurso da revisão constitucional reaparece sempre que a direita sente que a



Constituição não lhe permite ir tão longe quanto gostaria. Fala-se então de “modernização”, de “flexibilização”, e de “adequação aos novos tempos”. Porém, raramente se esclarece, com honestidade, o que isso significa. Quando se vai além da retórica, percebe-se rapidamente que o alvo não é a organização do Estado nem o aperfeiçoamento institucional. O alvo são os

direitos fundamentais de natureza social, económica e laboral, ou seja: o coração do constitucionalismo democrático.

IDEOLOGIAS

Em Portugal, como noutros contextos europeus, a Constituição é acusada de ser “ideológica” por consagrar o direito à saúde, à habitação, à seguran-

ça social, ao trabalho com direitos. Curiosamente, nunca é considerada ideológica quando protege a propriedade privada, a liberdade económica ou a iniciativa empresarial. Ou seja: a ideologia, neste discurso, começa sempre onde começam os direitos dos mais vulneráveis, o que significa que este duplo critério não é inocente. Serve para legitimar uma visão empobrecida da democracia, reduzida à regra da maioria, e despida da sua dimensão social e substantiva. Uma democracia onde votar é importante, mas onde viver com dignidade passa a ser opcional.

Ora, é exactamente por isso que o método de ataque aos direitos fundamentais evoluiu!... Já não se rasga a Constituição de forma aberta, muito menos se propõem supressões explícitas. O caminho escolhido é mais eficaz e politicamente menos oneroso!... Manter os direitos no texto constitucional e torná-los irrelevantes na prática; esvaziá-los de densidade normativa; relativizar a sua exigibilidade; e subordinar a sua concretização a conceitos vagos como “sustentabilidade”, “equilíbrio orçamental” ou “condições de mercado”. Traduzindo melhor: o direito à saúde passa a ser condicionado por critérios financeiros definidos politicamente; o direito à habitação transforma-se num problema quase exclusivamente entregue ao mercado; e o direito ao trabalho é progressivamente subordinado à lógica da flexibilidade, da precariedade e da competitividade.

Ou seja: formalmente nada desaparece, porém, substancialmente, tudo se degrada. A Constituição permanece como símbolo, mas deixa de funcionar como escudo. A isto se chama o

**O ESTADO
SOCIAL REPRESENTA
UMA ESCOLHA
POLÍTICA
INCOMPATÍVEL
COM A VISÃO
DA DIREITA
MAIS RETRÓGRADA
E DA EXTREMA-DIREITA**

constitucionalismo de fachada: um texto respeitado no discurso oficial e sistematicamente ignorado na vida concreta das pessoas.

O verdadeiro alvo deste processo é por isso inequívoco – o ESTADO SOCIAL. Não por ineficiência estrutural, como tantas vezes se repete, mas porque o Estado social representa uma escolha política incompatível com a visão da direita mais retrógrada e da extrema-direita. Uma escolha que implica redistribuição, regulação, serviços públicos universais e limitação do poder económico. Isto porque, para a direita liberal, o Estado social é um entrave ao mercado e à acumulação. Para a extrema-direita, é um obstáculo à construção de uma sociedade hierárquica, disciplinada e autoritária. Uma quer menos Estado por razões económicas; a outra quer menos direitos por razões ideológicas. Ambas convergem num mesmo resultado: menos democracia substantiva, menos igualdade real, menos cidadania efectiva.

NARRATIVA MORALIZANTE

Convém por isso não esquecer que o ataque ao Estado social vem quase sempre acompanhado de uma narrativa moralizante. Os direitos passam a ser apresentados como privilégios, a solidariedade como desperdício, e a igualdade como nivelamento por baixo. É o velho discurso do retrocesso civilizacional, agora reciclado com linguagem tecnocrática e amplificado por estratégias mediáticas bem conhecidas. É por isso necessário reafirmar sem ambiguidades nem concessões, que os direitos fundamentais não são favores do Poder político, nem heranças ideológicas de um tempo ultrapassado. São conquistas civilizacionais, inscritas na Constituição como resposta directa a experiências históricas de repressão, exploração e arbitrariedade. Cada direito corresponde a um abuso que não pode repetir-se. Cada garantia resulta de uma ferida histórica que não pode ser esquecida.

Colocar estes direitos “em revisão” é reabrir conflitos que a Constituição resolveu. É voltar a discutir se a dignidade humana depende da condição económica, se a igualdade é negociável, se a protecção social pode ser substituída pelo mercado ou pela caridade. Uma Constituição que aceita esse caminho deixa de ser um instrumento de emancipação e transforma-se num simples regulamento de gestão do poder. Depois, há neste debate uma falácia repetida até à exaustão: a ideia de que uma Constituição menos exigente reforça a democracia!... Uma falácia que a História desmente de forma categórica. Uma Constituição fraca não fortalece

**UMA CONSTITUIÇÃO
FRACA
NÃO FORTALECE
A DEMOCRACIA,
FORTALECE SIM
AS MAIORIAS
CONJUNTURAIS
E FRAGILIZA
OS CIDADÃOS**

a democracia, fortalece sim as maiorias conjunturais e fragiliza os cidadãos. Sem limites constitucionais robustos, os direitos tornam-se reversíveis, as minorias ficam expostas e o Poder perde os seus travões essenciais.

A Constituição existe precisamente para impedir que a aritmética parlamentar se transforme em autoritarismo legal. Quem a quer reduzir não quer mais democracia. Quer mais Poder com menos limites. Refira-se que a extrema-direita nunca escondeu o seu desprezo pelo constitucionalismo democrático. Considera-o uma fraqueza, uma cedência excessiva à igualdade e um obstáculo à autoridade. O seu projecto não deixa aliás dúvidas: concentrar Poder, relativizar direitos, disciplinar a sociedade. E o perigo maior surge quando sectores da direita tradicional normalizam esse discurso e o utilizam como instrumento táctico ou o integram silenciosamente na sua agenda. A partir daí, a revisão constitucional deixa de ser um meca-

nismo legítimo e passa a ser um projecto de regressão democrática cuidadosamente embalado como reforma.

RECONFIGURAR A DEMOCRACIA

Chegados então aqui, não estamos perante uma divergência política normal!... Estamos perante uma tentativa de reconfigurar a democracia representativa num modelo empobrecido, funcional ao Poder e hostil aos direitos. Um modelo onde a Constituição deixa de ser um limite efectivo e passa a ser um detalhe incómodo.

Rever a Constituição é um instrumento previsto no Estado de Direito. Desfigurá-la é uma ruptura com o espírito democrático que a fundou. Uma revisão constitucional conduzida por uma maioria de direita, sobretudo quando pressionada ou condicionada por forças que nunca aceitaram plenamente o constitucionalismo democrático, representa um risco real de regressão social, enfraquecimento dos direitos fundamentais e concentração de Poder. A Constituição não é um obstáculo ao futuro. É o que impede que o futuro seja definido apenas pelos mais fortes, pelos mais ricos ou pelos mais ruidosos. É a última linha de defesa contra o abuso do presente. E quando uma maioria começa a tratar os direitos fundamentais como um incómodo, é obrigação cívica e democrática dizê-lo com clareza, sem medo e sem eufemismos:

O problema não está na Constituição. O problema está em quem já não aceita ser limitado por ela.

**REVER A CONSTITUIÇÃO
É UM INSTRUMENTO
PREVISTO NO ESTADO
DE DIREITO.
DESGURÁ-LA
É UMA RUPTURA
COM O ESPÍRITO
DEMOCRÁTICO
QUE A FUNDOU**

CONCLUSÃO

A defesa da Constituição não é por isso uma tarefa exclusiva de juristas, nem um exercício reservado às instituições. É uma responsabilidade cívica permanente. Num tempo em que se pretende normalizar o recuo, relativizar direitos e habituar o país à ideia de que a democracia pode viver com menos garantias, o silêncio torna-se cumplicidade. Cabe por isso aos cidadãos, às organizações sociais, aos democratas de todas as sensibilidades, recusar a resignação e afirmar, com clareza, que os direitos fundamentais não estão em saldo nem sujeitos a negociação política. Defender a Constituição é defender a dignidade, a igualdade e a liberdade. E essa defesa faz-se com lucidez, com participação e com coragem – antes que o que hoje se apresenta como revisão se transforme, amanhã, em perda irreversível.

** Mestre em ciência política,
director da revista A Barroana*

O FUTURO DESDE 1976

As constituições são atos jurídicos concebidos para o futuro. O momento da sua aprovação esgota-se imediatamente, permanecendo, para o tempo vindouro, o seu produto: a Constituição. Em 2026, surge a oportunidade de olhar para o futuro da Constituição portuguesa à luz de um balanço que conjuga os debates travados na Assembleia Constituinte com as últimas cinco décadas de vigência constitucional. É que a Constituição portuguesa tem sido futuro há cinquenta anos

GONÇALO FABIÃO*

NUM ESTADO DE DIREITO, como o português, as constituições cumprem essencialmente dois propósitos de importância e relevância equivalentes. Por um lado, estabelecem e garantem a separação e a interdependência dos poderes, ao distribuir as competências associadas às funções político-legislativa, administrativa e jurisdicional por diferentes órgãos. Por outro lado, garantem os direitos fundamentais e impõem ao Estado o seu respeito, proteção e promoção. Ao longo dos últimos cinquenta anos, esses propósitos basilares não têm sido frustrados tendo a Constituição demonstrado estar dotada das normas adequadas quer para situações de normalidade democrática, quer para situações de crise.

O sucesso da Constituição portuguesa pode, em parte, explicar-se à luz de uma ideia formulada por Konrad Hesse, constitucionalista alemão, segundo a qual um elemento absolutamente essencial para a vigência de uma Constituição seria a vontade da Constituição. Não se trata, evidentemente, de personificar a Constituição ou de lhe atribuir uma vontade política, moral ou de outra natureza. A vontade verdadeiramente relevante é a dos cidadãos e dos seus representantes políticos. A vontade da Constituição consiste na concordância entre as soluções político-constitucionais consagradas no texto constitucional e a vontade político-constitucional do povo português. Por outras palavras, é essencial para a vigência de uma

Constituição que o povo se reveja nas suas soluções.

Todavia, se são consensuais os propósitos da separação e interdependência dos poderes, por um lado, e o respeito, proteção e promoção dos direitos fundamentais, por outro, outras questões político-constitucionais podem motivar muitos e intensos debates cujos pontos de vista em disputa se apoiam – cada um deles – em argumentos constitucionais. Pense-se, a título de exemplo, no debate em torno da despenalização da morte medicamente assistida, que confronta posições desfavoráveis, fundadas na dignidade da pessoa humana enquanto limite absoluto à disposição do próprio corpo e da própria vida, com posições favoráveis, que invocam essa mesma dignidade enquanto fundamento da autonomia e da autodeterminação individual. Ora, a dignidade da pessoa humana surge logo como primeiro princípio constitucional consagrado no artigo 1.º da Constituição.

PLURALISMO DEMOCRÁTICO

Este fenómeno decorre do próprio conteúdo da Constituição, que reflete o pluralismo democrático da sociedade portuguesa. A Constituição não é de alguns portugueses contra outros, nem dos portugueses contra os não portugueses residentes em Portugal. É, por isso, natural que as grandes questões da política nacional surjam num contexto de confronto entre soluções constitucionais potencialmente contraditórias.

À primeira vista, esta realidade pode parecer incompatível com a ideia de vontade da Cons-

tituição anteriormente referida. Com efeito, como afirmar que o povo se revê nas soluções constitucionais quando estas são, elas próprias, mobilizadas em lutas e debates políticos? Posições mais formalistas sustentam que as constituições se devem limitar ao mínimo necessário de modo a garantir maior elasticidade e flexibilidade na aplicação das normas constitucionais, ou um funcionamento mais eficiente do Estado. Trata-se, porém, de um entendimento que aqui não se subscreve.

Ao instituir o Estado social de direito, a Constituição atribuiu ao Estado um papel ativo no respeito pelos direitos fundamentais e na proteção e promoção dos bens necessários a uma vida digna, como a saúde, a educação, a habitação, o trabalho ou o ambiente. Atualmente, os cidadãos já não exigem apenas que o Estado se abstenha de interferir nas suas liberdades; exigem, também, e sobretudo, uma ação positiva que assegure as condições necessárias ao exercício dos seus direitos e ao acesso aos bens fundamentais. Esta exigência torna inevitável o surgimento de tensões, impondo ao Estado a tarefa de encontrar soluções harmonizadoras e equilibradas.

Consequentemente, o pluralismo democrático não se pode limitar à mera referência e proteção de perspetivas potencialmente contraditórias. A Constituição deve prever mecanismos que permitam harmonizar os interesses e valores em confronto. Esses mecanismos concretizam-se, designadamente, nos princípios constitucionais da proporcionalidade, da igualdade e da proteção da confiança.



Sendo o futuro da Constituição inseparável da vontade constitucional do povo, a Constituição apenas se mantém pela afirmação e reafirmação dessa vontade

Naturalmente, os equilíbrios tornam-se mais difíceis em períodos de crise, sejam eles de natureza política, económica ou social. Todavia, a dificuldade em encontrar equilíbrios não justifica o desrespeito pelos mecanismos constitucionais nem pelas linhas vermelhas.

HARMONIA E EQUILÍBRIO

Não têm faltado exemplos que demonstram a aptidão da Constituição para garantir harmonia e equilíbrio em contextos de tensão política. Essa capacidade manifesta-se, sobretudo, através da reafirmação e do respeito pelas linhas vermelhas que delimitam a atuação do

poder político. Neste domínio, assume especial relevância o papel do Tribunal Constitucional enquanto responsável pela fiscalização do poder político, aplicando os mecanismos constitucionais que asseguram os equilíbrios constitucionalmente admissíveis.

Durante a crise financeira que afetou Portugal, sobretudo entre 2011 e 2015, a Constituição deu prova da sua vitalidade face à maioria política precisamente porque os seus mecanismos de defesa funcionaram, travando excessos e salvaguardando os direitos fundamentais. O mesmo sucedeu durante a pandemia da COVID-19. Também em situações pontuais, em que surgem maiorias políticas com projetos suscetíveis de por em causa o pluralismo democrático assegurado pela Constituição, as suas linhas vermelhas cumpriram a sua função. Pense-se, por exemplo, nas tentativas recentes de alteração da Lei dos Estrangeiros e da Lei da Nacionalidade, cujas medidas fortemente restritivas de direitos fundamentais não obtiveram validação do Tribunal Constitucional.

Quando se reflete sobre o futuro da Constituição, uma análise macro dificilmente se afastará do que foi exposto. Uma Constituição de Estado social de direito continuará a ser uma Constituição garante do pluralismo democrático e capaz de refletir a vontade do seu povo. Do ponto de vista mais específico, existirão certamente aperfeiçoamentos possíveis no texto constitucional, mas esse não é o foco principal deste ensaio.

O futuro desejável para a Constituição é o futuro que a Constituição portuguesa conheceu ao

**DURANTE
A CRISE FINANCEIRA
QUE AFETOU PORTUGAL,
SOBRETUDO ENTRE
2011 E 2015,
A CONSTITUIÇÃO
DEU PROVA
DA SUA VITALIDADE
FACE À MAIORIA
POLÍTICA**

longo dos últimos cinquenta anos: uma Constituição cuja vontade coincide com a vontade do povo português e que dispõe dos mecanismos necessários para superar crises políticas, económicas, sociais ou de saúde pública. A vontade da Constituição continuará a ser desafiada, como tem sido nos últimos anos. Perante esses desafios, importa reafirmar, de forma serena e sonora, a vontade constitucional do povo. É que sendo o futuro da Constituição inseparável da vontade constitucional do povo, a Constituição apenas se mantém pela afirmação e reafirmação dessa vontade – e apenas dessa vontade – bem como da exigência intransigente de lealdade constitucional por parte dos seus representantes políticos, no respeito pelas suas regras formais e garantias materiais.

* Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, investigador no Lisbon Public Law, sócio da A25A



AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

eleições 76

Vitória do socialismo

RESULTADOS FINAIS

PS	1.677.895	(34,47%)	198 deputados
PPD	1.296.435	(28,61%)	151
CDS	858.780	(18,51%)	41
PCP	788.428	(17,00%)	40
USP	91.285	(1,98%)	1
FUP	41.954	(0,91%)	0
USDP	26.237	(0,57%)	0
USC	21.065	(0,46%)	0
PPC	28.228	(0,61%)	0
PPM	28.183	(0,61%)	0
LC	18.233	(0,40%)	0
PCP (ext)	13.845	(0,30%)	0
UDC	13.475	(0,29%)	0
FNJ	3.183	(0,07%)	0

Secretariado nacional

«O PS corresponderá à confiança nele depositada e aos compromissos assumidos»



Mário Soares
secretário
geral



«Após as eleições de 25 de março, os deputados do PS, reunidos em Assembleia Nacional, decidiram que o partido se apresentaria ao eleitorado com o nome de Partido Socialista. O nome foi escolhido por unanimidade, após uma discussão que durou várias horas. O novo nome reflete a natureza do partido, que se comprometeu a lutar pela democracia e pela liberdade.»

CONFERÊNCIA DE 25 DE MARÇO

PPD deseja uma coligação com os socialistas



O PPD deseja estabelecer uma coligação com o PS, segundo o director do departamento de relações públicas do partido, João de Deus. O PPD deseja estabelecer uma coligação com o PS, segundo o director do departamento de relações públicas do partido, João de Deus.

CDS: esperava uma maior votação



O resultado das eleições não foi o que o CDS esperava. O partido tinha esperado uma maior votação, mas o resultado foi inferior ao esperado. O CDS espera uma maior votação nas próximas eleições.

PCP: «Um passo decisivo para a consolidação da democracia»



O PCP considera a vitória das eleições um passo decisivo para a consolidação da democracia. O partido espera uma maior votação nas próximas eleições.



OS NÚMEROS TRAZEM A PERCENTAGEM ELEITORAL

JORNAL DO Povo

20-6-1976 - 7

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 25 DE ABRIL DE 1976

PARTIDOS	Nº DE VOTOS	%	Nº DE DEPUTADOS
PS	1.911.769	35%	107
PPD	1.336.697	24%	73
CDS	877.494	16%	42
PCP	786.701	14%	40
UDP	91.691	1,7%	1

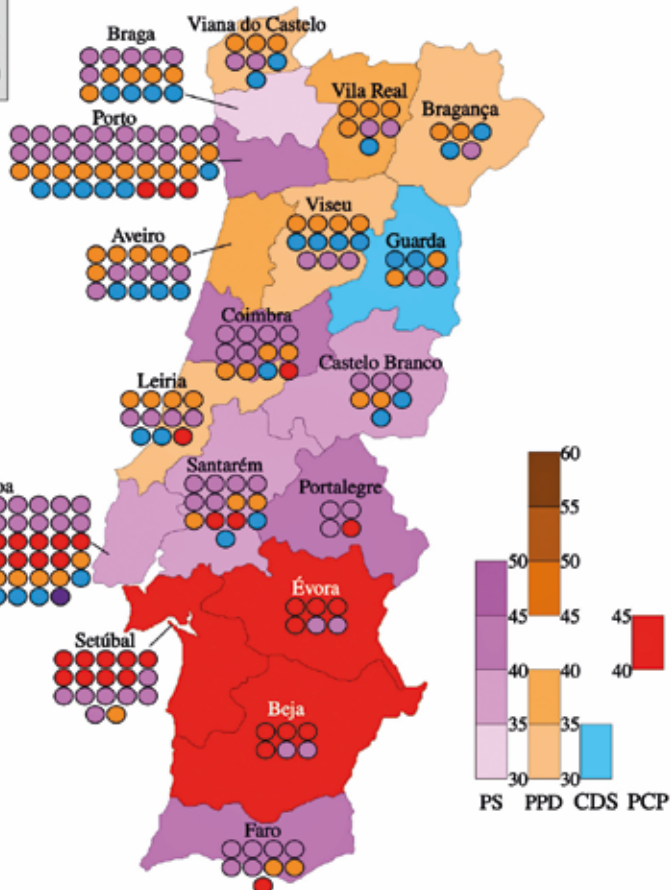
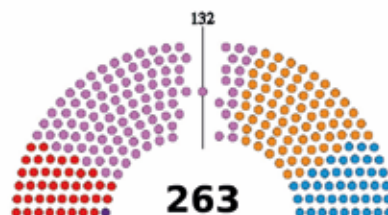




Eleições Legislativas de 1976

1976 Portuguese legislative election

	%	Assentos Seats
Partido Socialista Socialist Party	34.89%	107
Partido Popular Democrático Democratic People's Party	24.35%	73
Centro Democrático Social Social Democratic Center	15.98%	42
Partido Comunista Português Portuguese Communist Party	14.39%	40
União Democrática Popular Popular Democratic Union	1.67%	1
Outros Others	4.03%	0



Em 1976, Portugal consolida a transição do 25 de Abril: a Constituição e as eleições afirmam a democracia e estabilizam o equilíbrio político, fazendo prevalecer a legitimidade dos cidadãos sobre a legitimidade revolucionária

ANTÓNIO BARRETO*

DO 25 DE ABRIL À CONSTITUIÇÃO

O ano de 1976 é de transição e mudança. Com vários traços bem definidos. Confirmação da liberdade anunciada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), em Abril de 1974, logo seguido do apoio de grande parte da população. Viragem na definição política que se ia elaborando na sociedade e nas instituições, resultado de um intenso processo de luta política e de, numa primeira fase, predomínio das opções revolucionárias. Esta alteração é anunciada em dois momentos prévios: em 25 de Abril de 1975, com as eleições para uma Assembleia Constituinte; e em 25 de Novembro de 1975, com nova intervenção das Forças Armadas, desta vez com participação de alguns partidos políticos. Este processo será consequentemente desenvolvido a partir de 1976. Finalmente, a transformação das instituições políticas e sociais, assim como das escolhas feitas, não mais apenas em resultado das preferências políticas e doutrinárias de organizações que se representavam a si próprias, mas também com as opções essenciais feitas pelos cidadãos em sucessivos processos eleitorais. É pelo governo constitucional, precedido pela Constituição e pelas eleições do Presidente da República e do Parlamento, que se traduz o primado da “legi-

timidade democrática” sobre a “legitimidade revolucionária”.

O PROCESSO DEMOCRÁTICO

Foram vários os passos que marcaram este percurso. Em primeiro lugar, a aprovação da Constituição, a 2 de Abril de 1976, que vinha sendo elaborada desde o ano anterior. O voto esteve perto de ser unânime. Quase todos os partidos votaram a favor, excepto o CDS, que votou contra. O texto era um repositório dos princípios e direitos fundamentais e uma definição dos órgãos de poder e das regras de funcionamento das instituições democráticas: capítulos novos na história do país. Para uns, a Constituição era a grande defesa da democracia, a afirmação da libertação de Abril e o travão contra as ameaças, tanto as revolucionárias como as restauradoras da “velha ordem”. Para outros, a Constituição era o grande argumento ou a grande muralha que protegia as “conquistas de Abril”. Poderá, sem dúvida, ter os dois sentidos, mas o mais importante foi que traçou o equilíbrio político mais vasto que se podia imaginar na altura. A Constituição é formalmente desequilibrada e doutrinariamente contraditória. É demasiadamente pormenorizada e excessivamente dirigista, isto é, deixa poucas

margens de iniciativa aos cidadãos. Mas foi com essa sua natureza que vingou e criou um difícil equilíbrio político. A revolução acabava, sem que se tivessem liquidado algumas das suas conquistas. Caso pouco frequente na história: uma revolução é travada sem que os seus principais protagonistas sejam afastados da vida pública ou, pior, eliminados. Dito de outro modo, a revolução é encerrada, tendo-se, todavia, guardado algumas das suas realizações, a começar pelas liberdades públicas.

Nos 50 anos seguintes, a Constituição será revista sete vezes, com realce para as revisões de 1982 (órgãos do político e extinção do Conselho da Revolução) e de 1989 (sistema económico e abertura à iniciativa privada). Mas o essencial do dispositivo constitucional manteve-se, demonstrando novamente o seu poder de veículo de equilíbrio social e político.

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E PRESIDENCIAIS

O passo seguinte foi o das eleições legislativas de 25 de Abril de 1976. A vitória do Partido Socialista e dos restantes partidos democráticos deu um sinal inequívoco das preferências da população. Deste modo, terminava o seu mandato o VI Governo Provisório, presidido pelo almirante Pinheiro de Azevedo, com a participação de vários partidos da esquerda e da direita. Foi o último governo provisório, mas já de compromisso e de equilíbrio, a fim de preparar eleições. Assim se iniciava a segunda fase da revolução de Abril. A Assembleia da República, como ficou conhecido o Parlamento, inicia as suas funções em Junho.

A fase seguinte é a eleição do Presidente da República. A eleição do general Ramalho Eanes, com quase dois terços dos sufrágios, é um marco decisivo para a consolidação do novo regime. Uma parte do equilíbrio entre militares e civis tem aqui as suas bases. As opções políticas do Presidente eleito e do eleitorado que o designou não deixam dúvidas: a escolha é a da democracia. Duas semanas depois da sua eleição, Ramalho Eanes toma posse como Presidente da República e é designado, pelo Conselho da Revolução, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Vasco Rocha Vieira é designado chefe do Estado-Maior do Exército. Melo Antunes é nomeado presidente da Comissão Constitucional do Conselho da Revolução. E Vasco Lourenço, já comandante da Região Militar, é confirmado como governador militar de Lisboa. Estes foram talvez as pessoas e os cargos militares com mais força e significado para ajudar a fazer o equilíbrio político.

Estavam assim criadas as bases para fundar o Estado democrático. As eleições legislativas já tinham sido realizadas; faltava o primeiro governo constitucional entrar em funções. É o que acontecerá em Julho desse ano. Será o primeiro governo democrático em mais de cinquenta anos de história.

Na continuação desta introdução, refletiremos sobre o I Governo Constitucional.

* Professor universitário, sociólogo e político.
Ministro do I Governo Constitucional

Nota de edição: A Parte II deste texto, dedicado especialmente ao I Governo Constitucional, será publicada no próximo número d'O Referencial.



AS ELEIÇÕES DE 1976 E A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

O escrutínio para a Assembleia Constituinte de 1975 desempenhou um papel estruturante ao estabelecer regras eleitorais amplamente aceites pelas principais forças políticas, contribuindo para a legitimação do processo democrático

MARCO LISI*

AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 25 DE ABRIL de 1976 constituíram um marco decisivo na consolidação da transição democrática portuguesa, ao institucionalizarem um sistema partidário competitivo e relativamente estável no contexto da chamada “terceira vaga” de de-

mocratização (Maxwell, 1999). Em perspetiva comparada, estas eleições assumem particular relevância por ocorrerem após um período de elevada incerteza política e institucional, caracterizado pela forte presença de atores militares e por conflitos ideológicos intensos, distinguin-



do o caso português de outras transições do Sul da Europa, como as da Espanha ou da Grécia. As eleições para a Assembleia Constituinte de 1975 desempenharam um papel estruturante ao estabelecerem regras eleitorais amplamente aceites pelas principais forças políticas, contribuindo para a legitimação do processo democrático e para a estabilização das expectativas quanto à tradução proporcional dos votos em mandatos. A manutenção dessas regras nas legislativas de 1976, com alterações pontuais relativas ao enquadramento institucional da Comissão Nacional de Eleições e à criação de círculos eleitorais da emigração, reforçou a pre-

visibilidade do jogo político e a confiança dos atores partidários (Lisi e Freire 1976). Além disso, a experiência adquirida nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1975 permitiu estabilizar procedimentos administrativos, reforçando a credibilidade das instituições eleitorais e a capacidade organizativa do Estado, garantindo a aplicação uniforme das regras em todo o território.

O contexto socioeconómico adverso — marcado por inflação elevada, aumento do desemprego e desequilíbrios externos — contribuiu, contudo, para elevar a incerteza quanto à capacidade do novo regime em satisfazer as ex-



pectativas sociais associadas à democratização. Simultaneamente, a competição partidária intensificou-se num ambiente ainda polarizado, após o 25 de Novembro de 1975, refletindo tensões típicas de transições marcadas por legados revolucionários. O II Pacto MFA-partidos e a aprovação da Constituição de 1976 definiram o enquadramento institucional do regime, incluindo o papel do Conselho da Revolução e o calendário eleitoral. Neste sentido, as legislativas de 1976 representaram não apenas a normalização procedimental da competição política, mas também a articulação entre heranças revolucionárias e mecanismos representativos,

um traço distintivo do percurso português em comparação com outras democratizações contemporâneas.

A CAMPANHA E O PROCESSO ELEITORAL

A campanha eleitoral de 1976 decorreu num contexto de progressiva normalização institucional, refletido não apenas na consolidação da competição partidária, mas também na lisura do processo eleitoral. Do ponto de vista logístico, a campanha evidenciou um elevado nível de mobilização dos principais partidos, incluindo o apoio de redes internacionais partidárias, particularmente no caso do PS e do CDS. A

realização de comícios, a distribuição de propaganda e a cobertura mediática decorreram de forma relativamente regular, contrastando com episódios de violência política registados no período revolucionário.

A campanha eleitoral centrou-se sobretudo nas respostas à crise económica, na definição das políticas de alianças governativas e em temas estruturais como a reforma agrária e a descolonização, refletindo as prioridades de estabilização do novo regime democrático. As posições partidárias cobriram todo o espectro ideológico, das propostas de aprofundamento das transformações socioeconómicas impulsionadas pela revolução até aos programas que privilegiavam uma economia social de mercado, a defesa das liberdades individuais e a integração europeia.

Um dos traços mais relevantes da campanha foi a centralidade da clivagem em torno do tipo de regime político, que opôs os partidos moderados pró-ocidentais (PS, PPD e CDS) ao PCP e à restante esquerda revolucionária. Esta divisão sobre os limites e a orientação do novo regime democrático sobrepôs-se parcialmente à clivagem ideológica clássica esquerda-direita, contribuindo para estruturar a competição partidária inicial e para delimitar o espaço de legitimidade governativa. Neste contexto, o apoio das redes partidárias europeias — nomeadamente das famílias socialista e democrata-cristã — reforçou a capacidade organizativa e a credibilidade internacional de alguns partidos, sublinhando a importância da legitimação externa nos processos de consolidação democrática.

**EM PERSPETIVA
COMPARADA,
O CASO PORTUGUÊS
EVIDENCIA UM PROCESSO
DE ESTABILIZAÇÃO
RELATIVAMENTE RÁPIDO
APÓS UM PERÍODO
DE ELEVADA INCERTEZA
REVOLUCIONÁRIA**

OS RESULTADOS ELEITORAIS

As eleições legislativas de 1976 registaram uma participação eleitoral de 83,5% dos cidadãos inscritos, o que representa um declínio da participação face à verificada na eleição da Assembleia Constituinte (93,1%), um ano antes, mas ainda assim acima do nível verificado nas presidenciais de 1976 (75,5%). Em geral, os resultados confirmaram a consolidação do bloco de partidos favoráveis a um regime democrático representativo de tipo ocidental (PS, PPD e CDS), cujo apoio agregado aumentou de 71,9% nas eleições para a Assembleia Constituinte para 75,2%. Este reforço constituiu um sinal inequívoco de legitimação popular do novo regime após a clarificação político-militar decorrente do 25 de Novembro de 1975. Contudo, a evolução interna deste campo político foi desigual: enquanto o PS (34,9%) e o PPD (24,4%) registaram ligeiras perdas face a 1975, o CDS emergiu como o principal vencedor, duplicando praticamente a sua votação (15,97%).

A maior visibilidade institucional do partido, a melhoria da sua capacidade organizativa e um certo alívio do voto útil terão contribuído para este crescimento, reforçando o seu papel potencial como parceiro de equilíbrio em futuras soluções governativas.

À esquerda do PS, a não participação do MDP favoreceu parcialmente o PCP, que aumentou a sua votação para 14,4% e reforçou a sua representação parlamentar, beneficiando também da maior dimensão da Assembleia. Ainda assim, o partido não conseguiu absorver totalmente o eleitorado potencial da esquerda não socialista. Nestas eleições, houve também a estreia da UDP no Parlamento, beneficiando da concentração urbana do voto no círculo eleitoral de Lisboa, que lhe permitiu eleger aí um deputado com 2,62% (no total nacional, teve 1,67%). No conjunto, os quatro maiores partidos e a UDP concentraram mais de 91% dos votos, confirmando uma forte estruturação do sistema partidário e a capacidade do sistema eleitoral para traduzir as principais preferências políticas em representação parlamentar.

A geografia eleitoral revelou continuidade em relação a 1975, destacando-se a persistência da clivagem Norte-Sul. Com efeito, as regiões a sul do Tejo confirmaram uma maior propensão para o voto à esquerda, particularmente nas zonas da reforma agrária e na área metropolitana de Lisboa, enquanto o Norte apresentou maior apoio às forças da direita, sobretudo em contextos rurais. Apesar dessa estabilidade, observaram-se sinais de maior definição ideológica das bases eleitorais e baixos níveis de vola-

tilidade agregada, indicadores consistentes com a progressiva institucionalização da competição partidária no início da democracia portuguesa.

CONCLUSÕES

As eleições legislativas de 1976 representaram um momento decisivo na institucionalização da democracia portuguesa, contribuindo para a consolidação de um sistema partidário competitivo e a legitimação eleitoral das principais forças comprometidas com um regime representativo pluralista. Em perspetiva comparada, o caso português evidencia um processo de estabilização relativamente rápido após um período de elevada incerteza revolucionária, no qual a competição eleitoral contribuiu para redefinir os equilíbrios entre atores civis e militares e para enquadrar as clivagens políticas dentro das regras democráticas. As legislativas de 1976 marcaram a transição de uma lógica fundacional para uma dinâmica de competição democrática institucionalizada. Além disso, a eficácia administrativa e a aceitação generalizada das regras eleitorais constituíram fatores centrais para a legitimação do novo regime, reforçando a confiança dos cidadãos na capacidade do Estado democrático em organizar eleições competitivas, transparentes e inclusivas.

* Professor no Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, investigador no IPRI-NOVA



Mário Soares na última página
do *Nouvelliste et Feuille d'Avis*
du Valais de 27 de Abril

AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS NA IMPRENSA FRANCÓFONA SUÍÇA

A imprensa suíça acompanhou com atenção o ato eleitoral de 25 de Abril de 1976, através de manchetes, despachos, fotografias e algumas caricaturas. Neste artigo, debruçamo-nos apenas nas análises publicadas nos jornais da Romandie

RETO MONICO*

QUATRO JORNALISTAS ESCRIVEM um comentário antes das eleições. Jacqueline de Montmollin considera que se trata de um evento fundamental, uma etapa indispensável para a formação do futuro governo: *Pouco a pouco, os mecanismos vão-se pondo em funcionamento em Portugal. Uma evolução que já não suscita grande entusiasmo. Mas é verdade que o grande vizinho parece ter-lhe roubado a ribalta...*¹

No vespertino *Tribune de Genève* de 23 de abril, Jean-Jacques Chouet fala de uma campanha eleitoral menos violenta, mas considera catastrófica a situação económica. Destaca a inflação, o desemprego e os excessos da reforma agrária. Interroga-se ainda sobre o peso do voto dos retornados e sobre a difícil formação do futuro governo: *A lógica ditaria que os procurasse junto dos outros partidos ligados ao pluralismo democrático. Mas sempre se viu o dr. Soares mostrar-se estranhamente cauteloso em relação ao Partido Comunista. Não é, portanto, garantido que um sucesso dos socialistas afaste o Estado português da influência da extrema-esquerda. O*

**POUCO A POUCO,
OS MECANISMOS
VÃO-SE PONDO
EM FUNCIONAMENTO
EM PORTUGAL.
UMA EVOLUÇÃO
QUE JÁ NÃO SUSCITA
GRANDE ENTUSIASMO**

25 de Abril poderá, assim, vir a ser mais um logro para os democratas portugueses. Mas o eleitorado ainda não disse a sua primeira palavra...

L. Granger² traça um quadro profundamente pessimista do país — herança de cinquenta anos de ditadura e de dois de excessos — marcado por greves, pelo problema dos retornados, por um Estado sem recursos e por confrontos entre militares e civis. Portugal sobreviveu graças à ajuda externa, mas agora tem de tomar outro caminho: *Portugal vota amanhã, e poderá*

1 Jacqueline de Montmollin, «La voix aux urnes», 24 Heures, 22 de abril.

2 L. Granger, « Un choix », Feuille d'Avis de Neuchâtel-L'Express, 24 de abril.



Eleições em Portugal. Vencedores, os socialistas veem-se corroídos à direita e à esquerda (*Tribune de Genève*, 26 de abril)

ser uma aventura. Ou o início de uma recuperação. Portugal vota amanhã, mas os portugueses são realmente adultos? Têm plena consciência do mal que podem causar a si próprios? A Europa espera. [...] O que resta das esperanças, dos sonhos e das boas intenções? Pouco. Muito pouco. Praticamente nada. Não ficará nada se, no domingo, os eleitores não mudarem de rumo. De forma decidida. Porque é preciso apresentar o balanço — o lamentável balanço destes dois anos.

Não menos implacável é Charles Bays, que censura sem rodeios os dois anos do PREC: *O uso irrefletido da liberdade de expressão sistematicamente reprimida ao longo de quase quarenta [sic!] anos de uma ditadura implacável degenerou rapidamente no caos, arrastando o país para uma falência política e económica sem precedentes... A tal ponto que “construir castelos no ar” acabou por ganhar direito de cidade em Portugal*³.

Para o editorialista, “os cartazes vistosos e carregados de siglas revolucionárias” não

correspondem à realidade. Com exceção das cooperativas agrícolas, a “experiência socialista” é, no seu entender, globalmente negativa: reformas incoerentes, fuga de capitais e subida dos preços. O PS, apesar de ser o partido mais votado, não pode governar sozinho. O editorialista evoca a possibilidade de uma nova intervenção do Exército e admite que o CDS possa constituir uma alternativa, concluindo que o país está cansado de discursos revolucionários e deseja ordem e segurança: “Não se deve, portanto, esperar uma participação recorde: estas eleições serão as da razão e do bom senso.”

DEPOIS DAS ELEIÇÕES

Quase todos os doze comentários escritos após o ato eleitoral mencionam uma diminuição da participação em relação ao ano anterior, todavia muito elevada, se a compararmos com a da Suíça⁴.

3 Charles Bays, «L'âge de raison», *La Liberté*, 24 de abril.

4 Nas eleições federais de outubro de 1975, a participação foi de 52 %.

Gilles Baillod escreve no diário *L'Impartial* de 27 de abril: *A instauração de uma democracia é sempre um processo longo e difícil; ainda assim, o espírito cívico de Portugal pode servir de exemplo: em seis milhões de inscritos, cinco milhões votaram.*

Os jornalistas da *Romandie* constataam uma ligeira inclinação para a direita: o PCP não foi derrotado, o PPD recua em sufrágios, o PS perde 2% e o CDS duplica o número de votos. Esta vitória dos “moderados” tem uma explicação, segundo L. Granger⁵: *Trata-se dos ganhos significativos do Centro Democrático e Social que, em apenas um ano, duplicou o número dos seus votos. Porquê? Porque os portugueses, cada vez mais numerosos, estão exasperados com os motins rurais, as ocupações de terras e as espoliações. Ao votar no CDS, os portugueses disseram não à anarquia. Gritaram que já bastava de ver o “celeiro de trigo” entregue à pilhagem. Há meses que, sob a influência de forças por vezes obscuras, as terras eram ocupadas e os seus proprietários expulsos. Eis que a revolução dos cravos se convertia na dos kolkhozes.*

O mesmo jornalista realça o facto de Sá Carneiro ter perdido a sua aposta: o seu partido não obteve mais 10% do que o PS — antes pelo contrário.

Um único editorial, o de Gérard Glasson⁶, atribui surpreendentemente a vitória ao PPD! Além disso, o diretor do jornal de Bulle acusa os socialistas de serem os responsáveis por to-

**INSTAURAÇÃO
DE UMA DEMOCRACIA
É SEMPRE UM PROCESSO
LONGO E DIFÍCIL; AINDA
ASSIM, O ESPÍRITO CÍVICO
DE PORTUGAL PODE SERVIR
DE EXEMPLO:
EM SEIS MILHÕES
DE INSCRITOS, CINCO
MILHÕES VOTARAM**

dos os problemas e ataca o PCP sem a mínima contenção: *E os seus grandes batalhões esboroaram-se. Sob o seu estandarte, já não reúne mais do que cerca de um décimo do eleitorado. Os excessos dos marxistas-leninistas provocaram a sua marginalização em várias províncias e mesmo a sua pura e simples proscrição. A sua principal influência exerce-se ainda em algumas grandes cidades.*

Quase todos os analistas chegam à mesma conclusão: nenhum partido tem maioria absoluta e será muito difícil formar um governo, visto que Mário Soares já afirmou não querer fazer acordo com outras forças políticas. É preciso esperar pelas eleições presidenciais, mas alguns receiam um golpe de força, como Marc Heyd escreve em *La Suisse* de 27 de abril: *En-*

5 «Verdict portugais», *Feuille d'Avis de Neuchâtel- L'Express*, 27 de abril.

6 «Le Portugal aura un Parlement modéré», *La Gruyère*, 27 de abril.

Elections portugaises: coup de semonce à gauche

Malgré une diminution de... capital
les socialistes demeurent majoritaires

Eleições portuguesas: aviso à esquerda. Apesar de uma diminuição do... capital [político], os socialistas mantêm-se majoritários
(*Nouvelliste et Feuille d'Avis du Valais*, 27 de abril)

tretanto, Portugal encontra-se perante um vazio de dois meses, um vazio do qual alguns poderiam aproveitar-se para forçar o destino de uma forma nem sempre muito democrática.

ESPECIAIS DESTAQUES

Três artigos merecem especial destaque. O comunista Jean Vincent critica as previsões pré-eleitorais: “Os resultados vieram desmentir as apostas estúpidas (para usar uma expressão consagrada) e as profecias catastróficas.”⁷ O tribuno genebrino ataca Soares e o seu anticomunismo, afirma que a progressão do CDS não foi tão expressiva como se esperava e realça o facto de os grupos da extrema-esquerda terem obtido um resultado irrelevante, apesar da visibilidade que lhes foi concedida nos meios de comunicação social.

O editorialista insiste na campanha violenta e mentirosa conduzida contra o PCP, que também atingiu o *Parti du Travail*. Denuncia igualmente os ataques dirigidos ao seu partido na Suíça, nomeadamente de alguns sociais-demo-

cratas. Cita, a este propósito — precisamente para evidenciar o carácter disparatado da afirmação — o socialista Félicien Morel segundo o qual a perda de votos do partido de Vincent nas eleições federais do outono de 1975 se deveu, em parte, ao apoio prestado a Álvaro Cunhal.

“A vitória do povo” é o título do editorial de Guido Olivieri no *24 Heures* de 27 de abril. *Portugal disse não aos extremistas e recusou o totalitarismo, destaca o jornalista, que olha com esperança para o futuro do país:* É, pois, neste contexto favorável que importa analisar os resultados destas legislativas, devendo agora os partidos fazer um esforço sério para resolver as suas divergências e chegar a um entendimento, de uma forma ou de outra, para que o país possa avançar. Dispõem, assim, da prova de que o eleitorado não manifesta qualquer vontade de ser governado por homens inteiramente entregues aos oportunismos. E os militares também não o admitiriam.

Finalmente, Claude Monnier, no *Journal de Genève* de 27 de abril, resume a situação: me-

7 «Portugal. Des mois de calomnies et...» *Voix Ouvrière*, 28 de abril.

nos de um terço dos eleitores quer acelerar o processo revolucionário, mais de um terço estabilizar a situação, e um terço voltar atrás. Resta uma solução; encontrar compromissos — um exercício exigente, que requer um grande sentido cívico por parte dos partidos e tempo, uma vez que o interesse geral do país deve prevalecer sobre as ambições pessoais: *Isso parece simples, mas não o é. Um país como a Suíça levou séculos a afinar um sistema semelhante de compromissos e de negociações permanentes: foi preciso, entre nós, abdicar de muito orgulho, de muitas ambições e de muitas pretensões à verdade exclusiva para o conseguir. Ainda assim, pergunta-se, sempre que surge uma crise nacional: aguentará o nosso sentido cívico?*

Em Portugal, os dois anos entretanto decorridos e, mais precisamente, a recente campanha eleitoral, mostraram que essa tolerância de base, esse sentido cívico fundamental que leva a aceitar que as coisas não sejam exatamente como se deseja — aceitação necessária para preservar a solidez global da nação — são, infelizmente, ainda muito frágeis. Na realidade, existem apenas duas possibilidades: ou os novos parlamentares renunciam à intransigência pelo bem do país, ou os militares — provavelmente de direita —, “com a alma pesada”, tomarão conta da situação, e por muito tempo.

EDITORIAIS

Todos os principais jornais da Romandie dedicam um editorial a este importante ato eleitoral. Apesar de um certo anticomunismo visceral, analisam os resultados com uma relativa

**QUASE TODOS
OS DOZE COMENTÁRIOS
ESCRITOS APÓS O ATO
ELEITORAL MENCIONAM
UMA DIMINUIÇÃO
DA PARTICIPAÇÃO EM
RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR,
TODAVIA MUITO ELEVADA,
SE A COMPARARMOS
COM A DA SUÍÇA**

objetividade; evidenciam, nomeadamente, um país dividido, o estado desastroso da economia e interrogam-se sobre como poderá ser formado o novo Executivo.

Com a notável exceção de Guido Olivieri, a esmagadora maioria dos articulistas mostra-se relativamente pessimista e ferozmente crítica em relação ao PREC; aconselham os governantes lusos a mudar de rumo, a fim de Portugal poder sair da crise e evitar um regresso dos militares ao palco político.

O editorial do diretor do *Journal de Genève*, sobre a necessidade de chegar a compromissos para que o bem coletivo e as liberdades fundamentais sejam salvaguardadas, é muito atual. Sabemos que esta forma de fazer política não é realmente aceite pela classe dirigente lusa e que, infelizmente, mesmo na Suíça, vem sendo cada vez mais posta em causa.

* Professor, historiador e sócio da A25A

BOBINAS CLASSIFICADAS COMO TESOUROS NACIONAIS

O GOVERNO CLASSIFICOU como **tesouros nacionais dois fonogramas relativos à senha que deu início à revolução do 25 de Abril de 1974**, através do Decreto n.º 6/2026 da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no Diário da República, 1.ª Série, N.º 32 de 16 de Fevereiro.

O decreto refere que “o conjunto de dois fonogramas relativos à senha que deu início à Revolução de 25 de Abril de 1974, designado por Senha da Liberdade”, é formado por três bobinas e constitui “um testemunho material de excecional relevância histórica, cultural e simbólica, directamente associado a um evento crucial para a História de Portugal que é a revolução democrática de 25 de Abril de 1974”.

A primeira bobina inclui gravações sonoras do programa *Limite* da Rádio Renascença, que deu início às movimentações militares de 25 de Abril de 1974, tendo sido doada e entregue à Fundação Mário Soares e Maria Barroso em 2001 pelos responsáveis pela sua realização, o técnico de som Manuel Tomás e o jornalista Carlos Albino. Esta gravação pode ser acedida

na plataforma digital Casa Comum, através do seguinte link: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_11104.

As outras duas bobinas pertencem à RTP e contêm registos do Primeiro Encontro da Canção Portuguesa realizado no dia 29 de Março de 1974 no Coliseu dos Recreios, cuja importância reside no facto de incluir a canção *Grândola, Vila Morena*, então interpretada pelo seu autor José Afonso, que menos de um mês depois foi escolhida como senha para o arranque das operações militares.

A iniciativa desta classificação partiu da extinta Direção Regional de Cultura do Alentejo e da Câmara Municipal de Grândola, que em Novembro de 2023 propuseram a classificação daqueles fonogramas, por serem símbolos maiores do 25 de Abril de 1974, que abriu caminho para a restauração da liberdade e da democracia em Portugal, terminando com quatro décadas de um regime ditatorial.



A EXPULSÃO DO GENERAL SPÍNOLA DA SUÍÇA

Spínola "protegido" por um polícia federal à saída do restaurante. (*Tribune de Genève*, 10 de abril)

Em fevereiro de 1976, o general António de Spínola instala-se em Genebra com autorização limitada e sob a condição de não fazer política. As denúncias de Jean Ziegler, uma petição de organizações de apoio ao povo português e, sobretudo, as revelações publicadas na revista *Stern* precipitam a intervenção das autoridades helvéticas: Spínola é detido, interrogado e notificado de expulsão, deixando a Suíça em abril rumo ao Brasil. O episódio provoca forte controvérsia e divide a imprensa suíça, entre críticas à personagem e reservas quanto aos métodos que conduziram à sua remoção

RETO MONICO*

APÓS SER OBRIGADO pelas autoridades francesas a deixar o país, Spínola chega a Genebra a 7 de fevereiro de 1976. Obtém a autorização de residir durante três meses como turista, mas não pode exercer atividade política. No início da semana seguinte, o deputado socia-

lista Jean Ziegler (n. 1934) escreve uma carta de protesto a Kurt Furgler (1924-2008), chefe do Departamento de Justiça e Polícia: “Seria ingénuo acreditar que Spínola veio como turista. O chefe de uma rede clandestina de extrema-direita que, em Portugal, leva a cabo uma campanha de

A LA SUITE DU «PIEGE» TENDU PAR UN JOURNALISTE ALLEMAND
Genève: Spínola devant le ministère public

Após a “armadilha” de um jornalista alemão. Genebra: Spínola diante do Ministério Público. (*La Liberté*, 8 de abril)

Le Conseil fédéral a jugé
 le dossier compromettant
SPINOLA: LA PORTE

Tribune-Le Matin, 9 de abril

sabotagem sangrenta e que, precisamente por essa razão, foi expulso da França, não vem à Suíça para contar as gaivotas do Lemano.”¹

Porém, para o sociólogo genebrino, o mais grave é que o ex-governador da Guiné entrou com um passaporte brasileiro e sob um nome falso, tal como já acontecera em setembro do ano anterior. No fim da missiva, o parlamentar coloca então a seguinte pergunta: “Tendo entrado por duas vezes (pelo menos) em território suíço utilizando comprovadamente uma identidade falsa, não deveria Spínola — como qualquer outro delinquente culpado da mesma infração — ser imediatamente expulso do território da Confederação?”

O Governo suíço responde apenas em meados de março que o General, portador de um documento de identificação brasileiro autêntico,

se comprometeu a abster-se de toda e qualquer atividade política e que não havia qualquer prova de ter procedido de forma diferente. Por conseguinte, não existia qualquer motivo para o expulsar².

Poucos dias depois da chegada do ex-Presidente, duas organizações — o *Comité de soutien aux luttes du peuple portugais* e a *Association démocratique des travailleurs portugais* — lançam uma petição pedindo a sua expulsão, conseguindo reunir cerca de mil assinaturas em quinze dias. A esse respeito, podemos referir que, no dia 27 de fevereiro, o Governo do Cantão de Genebra não permitiu a estas duas organizações proceder à recolha das subscrições no espaço público.

A partir de dia 7 de abril, tudo muda com a publicação de um artigo do jornalista alemão

1 *Journal de Genève*, 11 de fevereiro.

2 *Journal de Genève*, 16 de março.

Günther Wallraff (n.1942) na revista *Stern*. Este — que se fez passar por um membro da extrema-direita alemã ligado à grande indústria — afirma ter encontrado, a 25 de março, em Düsseldorf, o General, que usaria o pseudónimo de “General Walter”. Este ter-lhe-ia entregue “uma lista do material, de armas e de munições de que necessitava” o Movimento Democrático de Libertação de Portugal para organizar um golpe de Estado, caso a esquerda vencesse as eleições legislativas de 25 de abril³. Todas estas alegações foram recusadas pelo antigo governador da Guiné e pelos seus apoiantes.

Desde então, tudo se acelera: Spínola é detido na quarta-feira, dia 7, no seu domicílio, e longamente interrogado na esquadra da polícia, antes de ser conduzido ao *Hôtel Président* — tendo mesmo de usar a escada e o elevador de serviço — onde permanece sob vigilância à porta. A expulsão é-lhe notificada no dia seguinte, às 17 horas. Dispõe de cinco a seis horas para deixar a Suíça, mas o seu advogado consegue obter um adiamento de um dia. Na tarde de 9 de abril, o general e o seu secretário, Luís Dias, são transportados de helicóptero de Genebra para o aeroporto de Zurique, de onde partem nessa noite a bordo de um avião da Varig com destino ao Rio de Janeiro — uma viagem só de ida, paga pela Confederação.

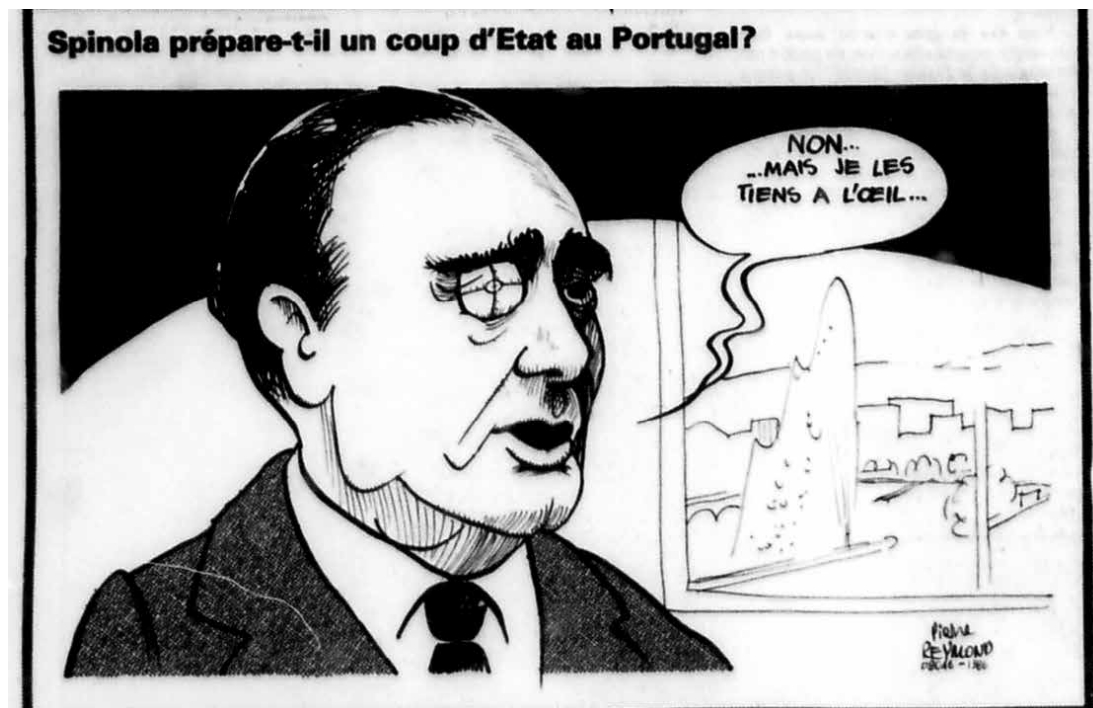
Poucas horas antes, emite um comunicado:

“No momento de deixar o território helvético, quero expressar ao Conselho Federal o mais veemente protesto contra a decisão arbitrária de expulsão de que sou alvo. Lamento que este governo tenha sido induzido em erro por informações falsas, provenientes de uma imprensa sensacionalista estrangeira, ao serviço de agentes da extrema-esquerda, contrários à instauração de uma verdadeira democracia em Portugal. A medida que me atinge não me parece digna das tradições de hospitalidade de um Estado que tinha a reputação de acolher com humanidade homens políticos perseguidos e que lutam pela independência e liberdade da sua pátria.”

A EXPULSÃO

O diário *Tribune de Genève* de dia 10 narra as últimas horas de Spínola na Cidade de Calvino. Patrice Pottier, o autor do pequeno artigo, está num restaurante, onde fora preparada uma sala atrás de uma cortina, com duas mesas: uma destinada aos quatro inspetores da Polícia Federal e a outra para o ex-Presidente e o seu assistente, o seu advogado e dois amigos portugueses de Genebra. Spínola — “sobretudo de caxemira, fato castanho-claro” — chega por volta das 12h30 e recusa-se a assinar o livro de honra. A Polícia Federal exigiu que os empregados de mesa não fossem nem portugueses, nem espanhóis. São, por conseguinte, os donos da *Hostellerie du Petit-Lancy* a servir o almo-

3 *Le Monde*, 8 de abril.



"Será que Spínola está a preparar um golpe de Estado?"

"Não..., mas estou de olho neles..."

(Pierre Reymond, *Tribune de Genève*, 9 de abril)

ço⁴: "A refeição foi bastante breve. Ao sair da sala, o general não fez, naturalmente, qualquer declaração. Sob a proteção dos polícias federais, subiu lentamente para um automóvel cinzento, enquanto o seu advogado se preparava para regressar a Lausana. O general aparentava calma, com uma expressão de cansaço no rosto. Notava-se, contudo, também uma certa desilusão ou mesmo amargura perante a decisão de expulsão."

Na mesma página, podemos ler algumas declarações do seu advogado, o Dr. Cottier, que se queixa do seu cliente ter sido tratado como se fosse "um condenado pela justiça comum" e não o ex-chefe de Estado: "Na quarta-feira de manhã, [7 de abril] três inspetores foram a sua casa por volta das oito horas, realizaram uma busca sem lhe mostrarem qualquer mandado e, em seguida, levaram-no para o Comando

4 Espargos, salmão com azeda e pato ao Muscadet (vinho branco francês).

da Polícia, onde permaneceu em completo isolamento durante mais de vinte e quatro horas. Nunca foi tratado com tamanha brutalidade noutros países.”

O advogado acrescenta que a Confederação cometera um erro, do qual Furgler é o primeiro responsável, e que Spínola “foi vítima de um jornalista sem escrúpulos.” Acusa ainda as autoridades helvéticas de praticarem a política de dois pesos e duas medidas: com efeito, Soljenitsin podia dar conferências de imprensa e fazer declarações sem ser incomodado.

TURISTA INCÓMODO

O documento original da ordem de expulsão conserva-se no Arquivo Federal⁵. Os inspetores não encontraram provas de tráfico de armas — que teria violado o artigo 299 do Código Penal suíço e provocado a sua detenção — mas uma carta do dia 22 de março, intitulada “Mandato extraordinário”, dirigida aos seus dois principais colaboradores: “Os senhores doutores José Vale de Figueiredo e Luís Oliveira Dias, meus Assessores Políticos [...], estão mandatados como meus representantes, bem como do Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), com a missão de concluir conversações relativas ao apoio financeiro e logístico destinado a satisfazer as necessidades do referido Movimento.”

Nesse caso, o Governo helvético aplicou o artigo 70 da Constituição Federal nos termos do

qual “a Confederação tem o direito de retirar do seu território os estrangeiros que comprometam a segurança interna e externa da Suíça.” Como escreve — e com razão — a 9 de abril o correspondente em Berna do *Journal de Genève*: “Na realidade, é dificilmente imaginável que o Conselho Federal venha a sobrecarregar as prisões suíças com um general português. É mais fácil livrar-se do intruso, reconduzindo-o à fronteira, como já fez a França. Quando se trata de um presidente de uma república estrangeira — mesmo que destituído —, as possibilidades de aplicar o artigo 299 parecem meramente académicas.

Por outras palavras, o Conselho Federal quis livrar-se de forma expedita deste turista incómodo.”

COMENTÁRIOS NA IMPRENSA SUÍÇA

Uma parte dos jornais critica o General e enquadra este episódio no contexto da política interna portuguesa. Na *Tribune de Genève* de dia 9, Chouet⁶ considera que o ex-governador da Guiné é um conspirador ingénuo, como o demonstram os acontecimentos de 28 de Setembro e de 11 de Março: “Este ano, mais uma vez, antes de os portugueses elegerem um parlamento, o homem do monóculo vê-se envolvido numa conspiração de opereta, cai de cabeça na armadilha que lhe armou um jornalista alemão e comporta-se de forma tão desajeitada que consegue mesmo ser expulso da Suíça.”

No seu entender, este episódio poderá preju-

5 CH-BAR, E7001C#1987/101#378, 142.5, Ausweisung General de Spínola [Expulsão do General Spínola], 1976. O documento está escrito em alemão; contudo, a citação da carta de 22 de março está em francês.

6 Licenciado em Letras (1938), Jean-Jacques Chouet (1915-1991) colaborou para o vespertino genebrino de 1941 até 1980.

Spinola expulsé

Il quitterait la Suisse aujourd'hui

La Suisse, 9 de abril

SPINOLA - SOLJENITSYNE: DEUX POIDS, DEUX MESURES ?

L'Impartial, 10/11 de abril

dicar os partidos moderados portugueses nas iminentes eleições legislativas de 25 de Abril. Também a 9, Philippe Roy⁷ critica os métodos usados pelo seu colega alemão, mas sublinha que toda esta história parece tão mal montada: custa-lhe acreditar que Spínola tivesse sido tão ingénuo ao ponto de cair na ratoeira de um interlocutor desconhecido. O editorialista de *La Suisse* interroga-se, sem assumir posição: terá o ex-Presidente procurado apenas ganhar visibilidade pessoal, ou estar-se-á perante “uma “maquinação” da esquerda, que pretenderia agravar a tensão política e provocar o adiamento de eleições que recearia perder?”

“O exilado” é o título do comentário do diário *Express-Feuille d’Avis de Neuchâtel* de sábado, dia 10 de abril. Para Granger, as falhas e tro-

peços do ex-Presidente arriscam favorecer a extrema-esquerda no iminente ato eleitoral. O articulista — que cita uma entrevista dada por Spínola em Buenos Aires a 9 de outubro de 1975 — afirma que este tinha a ambição de derrubar o novo regime em Lisboa. Por conseguinte, as revelações da revista alemã confirmam que o Movimento Democrático de Libertação de Portugal existe: “era precisamente para transformá-la numa arma que Spínola viajava pela Europa, de capital em capital.”

Klaus Ammann⁸ escreve que “Spínola deixou de ser aceitável para a Suíça enquanto país anfitrião, depois de não ter respeitado a condição de inatividade política”, mas não concorda com Granger: não lhe parece muito credível que o ex-presidente esteja à “cabeça de uma conspira-

7 Philippe Roy (1948-2025) trabalhou durante 25 anos para este jornal, do qual foi membro da redação até à última edição, em 1994.

8 “Missbrauchte Galionsfigur” [Ícone manipulado]. *Neue Zürcher Nachrichten*, 10 de abril

ção para restabelecer uma ditadura de direita” em Portugal.

Der Bund apoia totalmente a decisão do seu Governo. O autor de *Portugal e o Futuro* — golpista de opereta com final burlesco — fazia política na Suíça, embora “de forma amadora e ineficaz”⁹: “*Spínola foi e continua a ser um militar a quem o pensamento político genuíno — prático, sobretudo democrático, e também económico — é estranho. Resta apenas o velho estilo latino, sobretudo latino-americano, da conspiração de oficiais e da imposição de um Estado de ordem pelos militares.*”

Uma esmagadora maioria da imprensa não aprova os métodos utilizados pelo semanário alemão, mas dois jornais suíços atacam-no sem rodeios: por um lado, *L’Impartial*, de 13 de abril, escreve que “o redator do *Stern* e o seu pasquim são uns belos canalhas”; por outro, Michel Jaccard vai muito mais longe: “O redator do *Stern*, esse, não tinha motivos políticos. Apenas a busca de sensação guiou o seu gesto. Sou jornalista. Digo que este senhor do *Stern* é um sacana.

*Em nome da ideia que faço da nossa profissão, cuspo-lhe na cara*¹⁰.”

Em *La Liberté* de dia 9, François Gross¹¹ considera que esta medida, raramente tomada pelo Governo suíço, se deve ao facto de a confiança ter sido rompida, já que Spínola enganou as

autoridades helvéticas. Além disso, estas não podiam admitir que este agitador preparasse “ações subversivas” contra um país amigo que se encontra em plena fase de restabelecimento de um regime constitucional democrático. Ao mesmo tempo, o redator deste diário assinala uma falha do Conselho Federal e interroga-se se a polícia política não teria errado ao não vigiar as atividades do General.

O correspondente em Berna do *Journal de Genève* resume as explicações dadas para Kurt Furgler, afirmando que foi o artigo da revista alemã que causou esta reação forte, embora o Conselheiro Federal nunca o admitirá. Por outras palavras, “*Se não fosse pela provocação dos jornalistas alemães, Spínola provavelmente não teria feito nada.*”

Onze dias depois, o mesmo jornalista escreve: “*Para nos limitarmos a M. Furgler, ele deu, muito recentemente, ordem de expulsão ao general Spínola, ex-presidente da República Portuguesa. Terá agido por iniciativa própria, sem se preocupar demasiado em conhecer a opinião ou o conhecimento dos seus colegas? Segundo diversos testemunhos — por vezes suspeitos, é preciso dizê-lo —, parece que sim. De qualquer forma, uma coisa é certa: o Conselho Federal poderia ter obtido a certeza de que o general Spínola estava disposto a deixar voluntariamente a Suíça, evitando assim a humilhação desnecessária de uma expulsão.*”

9 “Glanz und Ende” [Explendor e queda], *Der Bund*, 9 de abril.

10 “Le Scandale Spinola”, *Nouvelle Revue de Lausanne*, 10 de abril.

11 François Gross (1931-2015) foi chefe redator de *La Liberté* de 1970 a 1990.

Da mesma opinião é Gilles Baillod¹²: *“É possível que o Sr. Spínola se tenha tornado responsável por atividades políticas na Suíça, mas por que proceder a uma expulsão tão alardeada? Evidentemente, do lado de Berna, perdeu-se a calma e cedeu-se à pressão de certos setores da opinião pública. Mas quem se deixou dominar pelo pânico? A França mostrou mais diplomacia, ao pedir ao Sr. Spínola que gentilmente deixasse o Hexágono. Foi de lá que ele chegou à Suíça, no passado dia 7 de fevereiro. Conhecendo alguns factos, não se poderia ter tido a mesma descrição em Berna?”*.

Ironicamente, acrescenta que, talvez, o deputado socialista Jean Ziegler — que interpelou o Conselho Federal sobre a estadia de Spínola já em fevereiro — tivesse mais informações do que a polícia federal, a qual, ao que parece, não esteve à altura. Sugere ainda a Kurt Furgler, durante o fim de semana, que vá verificar se Sojenitsyne não fará algumas declarações contra a União Soviética, o que poderia prejudicar as relações com esse país.

O mais revoltado é, sem dúvida, Michel Jacard, segundo o qual os métodos expeditivos utilizados neste caso pelas autoridades suíças provocaram uma onda de indignação, comprovada pelas numerosas cartas enviadas à redação do jornal. Reitera o seu desprezo pelo “miserável jornalista” alemão e acusa Furgler de ter baseado as suas decisões principalmente

no artigo do Stern: *“Para além destes tristes procedimentos, surpreende que uma autoridade federal tenha considerado suficiente este tipo de incitação para agir.”*

O Bieler Tagblatt salienta e interroga-se: *“Como foi possível que um homem do calibre de um antigo chefe do Estado-Maior e presidente da República se deixasse apanhar por uma manobra tão grosseira como a que foi encenada pelo jornalista alemão Wallraff?”*

Relativiza, contudo, a importância deste acontecimento, pois o Conselho Federal apenas aplicou a lei: *“O “escândalo” que certos círculos agora tentam fabricar revela-se, na verdade, como uma simples medida administrativa que fortalece o nosso Estado de direito”*¹³.

Para o diário regional *La Gruyère*¹⁴, Spínola teve de partir por ter levado a cabo “atividades suspeitas”, mas é preciso recordar a toda a esquerda que os refugiados chilenos, entrados sem autorização, foram acolhidos com humanidade e não expulsos brutalmente.

No Cantão do Valais, o *Nouvelliste*, a 9 de abril, considera que a expulsão é justificada, mas sugere também que, por trás disso, há uma manobra da extrema-esquerda. Esta exige o respeito da Constituição unicamente porque se trata de uma personagem com ligações à extrema-direita. No dia seguinte, o mesmo diário evoca uma reunião convocada em Monthey pelo Par-

12 “Spínola-Solkenitsyne : deux poids et deux mesures?”, *L’Impartial*, 10/11 de abril. Gil Baillod (1935-2015) é redator do jornal de La Chaux-de-Fonds durante trinta anos (1969-1999).

13 “Das “Nicht-Ereignis” Spinola” [O “Não Evento” Spínola], *Bieler Tagblatt*, 10 de abril.

14 “L’expulsion du général de Spinola de Suisse. Les limites de l’accueil étaient-elles violées?”, *La Gruyère*, 10 de abril.



“Spínola, partida debaixo de olho”, (André Paul, *Tribune-Dimanche*, 11 de abril). Nota: Há um duplo jogo de palavras. Por um lado, em francês diz-se l’arme au pied (arma em descanso) ou l’arme au bras (pronto para agir). Aqui, a deformação “à l’œil” significa tanto “debaixo de vigilância” como “de bórta”. O outro trocadilho tem a ver com “arme” e “larme”: a primeira palavra significa “arma”, e “larme” significa “lágrima”. Reparar-se-á que a “mão” —em cima, à direita — tem a forma da Suíça

tido Comunista italiano: seria então lógico, na sua opinião, que as autoridades investigassem também “sobre as atividades dos comunistas estrangeiros” no seu Cantão.

“Reforço da proteção do Estado?” é o título do comentário do *Neue Zürcher Zeitung* de dia 13, no qual precisa-se que não foi encontrada nenhuma prova “de que estivesse a ser planeado a partir da Suíça um golpe de Estado em Portugal, nem as suposições de violação da Lei Federal sobre material de guerra.” Por outro lado, nota-se que as autoridades de Lisboa não apresentaram qualquer diligência relativamente a atividades políticas do general Spínola a partir da Suíça.

Tal como uma parte significativa dos outros analistas, exprime claramente o desejo de que o critério usado com o autor de *Portugal e o Fu-*

turo “deva igualmente ser seguido de forma justa na avaliação da atividade política de estrangeiros da extrema-esquerda”

Para concluir, deixemos a palavra ao diário *Die Tat* de 15 de abril: “Antes de deixar o nosso país anfitrião, Spínola sentiu-se compelido a apresentar um protesto contra o nosso país e o nosso governo. A sua mentalidade está bem patente e serve, ao mesmo tempo, como um alerta para a vigilância contra todos os elementos subversivos que procuram — e já encontraram — refúgio entre nós, e a quem até hoje tem sido tão fácil permanecer aqui. Monóculos sempre foram motivo de suspeita”.

* Professor, historiador, sócio da A25A



A MÚSICA SUAVE

MARIA ALCINA ADRIANO *

A música suave
Que nas madrugadas
Passa na rádio,
Fica entre paredes
E deixa marcas
No silêncio da noite
Em que ouvimos poemas
Que falam, como quem chora,
De companheiros de aventura,
Do menino sem condição
Irmão de todos os nus,
De uma gota rubra
Que sobre a calçada cai,
De ceifeiras na manhã fria,
Do céu cinzento
Sob o astro mudo,
Dos olhos dos camponeses
Que são fogos da madrugada,
Dos barcos que vão à guerra,
Da onda verde escura
E do mar a bater ao fundo,
Da verdade que é mais forte
Do que as algemas,
Da pátria dos poetas
E do Rossio triste,
Da terra morena de Moura
E da rosa-dos-ventos perdida,
Dos cabelos onde nascem

Os ventos e a liberdade,
Do amor que semeia a revolta
Que nesse instante calamos,
Do soldadinho que não volta
Do outro lado do mar,
Do destino triste
Da gente do meu país,
Do vento que desfolha a tarde
Como a dor desfolha o peito,
Das barcas novas que levam guerra,
Do vento que cala a desgraça
Do vento que nada me diz,
De sete flores de limão
Para lutar até morrer,
Da menina dos olhos tristes,
Do pensamento
Que partiu no vento,
De dias de servidão
E de outras causas sociais,
Cercadas por altos muros
Que, qualquer dia,
Havemos de derrubar
Para construir portos seguros
Onde possamos morar.

Poeta, colaboradora d'O Referencial, sócia da A25A



"Passagem da fronteira, por mulheres que foram visitar prisioneiros políticos. Os detidos foram depois amnistiados". Émile Marini, Goa, 1957.
PT-AHU-AGU-FOTO-MAR-040-00939_m0001

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

O Arquivo Histórico Ultramarino [PT/AHU] foi criado em 1931, na dependência do Ministério das Colónias, e integrado em 1973 na Junta de Investigações Científicas do Ultramar, reorganizada como Instituto de Investigação Científica Tropical a seguir ao 25 de Abril de 1974. Constitui, desde agosto de 2015, um serviço da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)

ANA CANAS DELGADO MARTINS*

A MISSÃO DO AHU é garantir o acesso ao património arquivístico comum a Portugal e a outros países, do qual é detentor, e a sua transmissão às gerações vindouras. Contribui, deste modo, para a construção de memórias, a produção de conhecimento, a fruição cultural e a resposta a solicitações de prova.

Detém um acervo na quase totalidade de natureza colonial, produzido por entidades da administração portuguesa sobretudo central, desde predominantemente meados do séc. XVII até 1974-1975.

Não está identificada documentação diretamente relacionada com o 25 de Abril de 1974. É, no entanto, reconhecida a importância do desgaste político do governo português derivado das tensões acrescidas nos territórios sob administração colonial / ultramarina, após a II Guerra Mundial. Primeiro na Índia e em particular, depois, no continente africano, com a alongada guerra, a questão colonial tornou-se um dos fatores do Movimento das Forças Armadas.

Interessam, por isso, para enquadrar o 25 de Abril de 1974 e entender os processos de descolonização e independência, diversos documen-

tos do fundo do Ministério do Ultramar, bem como do fundo da Agência Geral do Ultramar. Destacam-se apenas alguns (documentos compostos ou séries), sem prejuízo de outros se revelarem igualmente pertinentes.

No final deste elenco, refere-se outra documentação de potencial relevância neste âmbito, a qual se encontra por descrever globalmente e/ou sem descrições disponíveis no Digitarq, a Base de Dados da DGLAB/AHU.

DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE

Agência Geral do Ultramar

Fotografia

Agência Geral do Ultramar

Fotografia: 1950-1974

PT/AHU/AGU/FOTO/AGU <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/50eb3c3903734f5aa9dc290d34c8ae61>

Emile Marini

Fotografia 1957-1957

PT/AHU/AGU/FOTO/MAR

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/c582e15a3e1d4504abaa7872903b2699>

 MINISTÉRIO DO EXTERNO Assessoria de Relações de Amizades C-19	Telegrama recebido		ASSETO
	De: GOVERNO DO CABO VERDE		Nº: 99 117
	Enviado em: 3. de Maio de 1967	At: 197.2	PRATA
	Recebido em: 3. de Maio de 1967	At: 197.5	

[illegible]

Telegramas sobre a libertação de presos políticos em Cabo Verde e em Angola. Cidade da Praia, 3 de maio de 1974.
PT/AHU/MU-GM/112/Teleg01234

Agência Geral do Ultramar
Repartição dos Serviços Administrativos e de
Procuradoria-Geral

Ações de propaganda: 1939-1975

PT/AHU/AGU/RSAPG/005

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/f6af34a0b6f745dabb282261d81474d3>

Ministério do Ultramar
Conselho Superior Judiciário do Ultramar

Processos submetidos ao Conselho Superior Judiciário do Ultramar: 1953-1956

PT/AHU/MU-CSJU/007/AMU02214

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/d28aaccf04e34f81836a4e39c05700da>

Ministério do Ultramar

Direção Geral de Justiça/Repartição de Justiça

Ações subversivas: 1960-1975

PT/AHU/MU-DGJ/RJ/002

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/0a4e5a066b2f41738b69b796c8976586>

Diversos assuntos no âmbito dos serviços prisionais:1962-1971

PT/AHU/MU-DGJ/RJ/033/AMU07826.01

<https://digital.arquivos.pt/documentDetails/b4fd8f148dc64bc6c4f518f7f0aae>

Diversos assuntos no âmbito da justiça nas províncias: 1961-1962

PT/AHU/MU-DGJ/RJ/030/AMU07800.04

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/397199f7586c464ebb0db54497eddd9a0>

**Ministério do Ultramar
Gabinete do Ministro**

Acompanhamento da situação política do Estado da Índia: 1947-1956

PT/AHU/MU-GM/002

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/61fbf79aad074d78b7e585828bae83f3>

Acompanhamento da situação política e militar nas províncias: 1968-1974

PT/AHU/MU-GM/003

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/21e93d304eaf49b78ae49e6c51e90858>

Telegramas Angola: 1942-1976

PT/AHU/MU-GM/111

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/a7989f8b176b40e5b47a22f1e73f6825>

Telegramas Cabo Verde: 1942-1975

PT/AHU/MU-GM/112

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/afef8d4c110e48cd9f569f94303f8a7d>

Telegramas Guiné: 1942-1975

PT/AHU/MU-GM/113

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/b4bebe2c6105466883d28995fa455ad0>

Telegramas Índia: 1942-1961

PT/AHU/MU-GM/114

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/ef4316490dfc4bc2b01a7a4b30202d80>

Telegramas Macau: 1942-1976

PT/AHU/MU-GM/115

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/89d4e65fa92d483c9dc470c6996c9c05>

Telegramas Moçambique: 1942-1976

PT/AHU/MU-GM/116

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/4fe709834b4f4b38b849f8d4d0977d65>

Telegramas São Tomé: 1942-1975

PT/AHU/MU-GM/117

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/5bb1ae919b1b4a6695bf939c105b23a0>

Telegramas Timor: 1945-1975

PT/AHU/MU-GM/118

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/67160e6e72f84164a56c048a8896993e>

**Ministério do Ultramar-Gabinete do Ministro/
Gabinete dos Negócios Políticos**

Acompanhamento da situação política no Estado da Índia: 1939-1954

PT/AHU/MU-GM/GNP/002/AMU_03503.02

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/aaa53f9ebbb54d5ca8a9888733dd0163>

Acompanhamento da situação política no Estado da Índia: 1951-1956

PT/AHU/MU-GM/GNP/002/AMU_03512.04

<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/e18be4fb77a543a5bde9bc300db0c1ba>

Documentação sobre Damão, Dadrá e Nagar Aveli. 1953-1958
PT/AHU/MU-GM/GNP/050
<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/e17fcd7781054300b042dc326edc2c7f>

Documentação sobre o sistema prisional do Estado da Índia:1949-1960
PT/AHU/MU-GM/GNP/055/AMU_03535.04
<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/4c22f3634bd0426aa3da06f44a04219f>

Documentação sobre o sistema prisional do Estado da Índia:1952-1960
PT/AHU/MU-GM/GNP/055/AMU_03533.02
<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/02cadb1b966b488b851061fa66af05fc>

Documentação sobre o sistema prisional do Estado da Índia:1956-1957
PT/AHU/MU-GM/GNP/055/AMU_03511.04
<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/b7c45337a2854902937e3ff39e5da199>

Correspondência sobre assuntos militares do Estado da Índia:1955-1958
PT/AHU/MU-GM/GNP/028/AMU_03521
<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/33f688d6ade24bb99417bbc5c6a6926d>

Ministério do Ultramar-Inspeção Superior de Administração Ultramarina

Relatórios de inspeções administrativas:1935-1973
PT/AHU/MU-ISAU/023
<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/2c417ad644504ddd8fad294128b661e6>

Relatórios dos governadores de distrito:1929-1972
PT/AHU/MU-ISAU/025
<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/382a0adfc6d9495eb8dad230c8395421>

Relatórios dos governadores de província: 1927-1972
PT/AHU/MU-ISAU/026
<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/bebf822fcc814f13ac16f7aa8c853110>

Relatórios dos inspetores superiores:1939-1973
PT/AHU/MU-ISAU/027
<https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/c077f39c18854b759544f6987b82427c>

Álvaro Barros Geraldo

Documentação fotográfica.
Guiné (1966-1974) e Lisboa (1974-1976).
Por tratar. Inventário inserto em:
<https://ahu.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/24/2022/12/PT-AHU-FOT.pdf> [p. 62-63]

Governo Geral de Angola:1922-1975
Por tratar. Acessível parcialmente através de instrumento parcelar, a rever e completar.

**Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais
PT/AHU/IARN**

Por tratar. Acessível parcialmente através de
Relações sumárias de transferência da docu-
mentação.

[https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/
3b727abd2e014cfb97967311e6be70c5](https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/3b727abd2e014cfb97967311e6be70c5)

Contactos

Calçada da Boa-Hora, n.º 30

1300-095 LISBOA

Tel.: +351 210 30 91 00

E-mail Geral: mail.ahu@ahu.dglab.gov.pt

Website: <http://ahu.dglab.gov.pt>

Horários

Atendimento da Sala de Leitura: de 2.ª a 6.ª fei-
ra, das 10:00h às 16:30h.

Pedido consulta presencial de documentos: das
10:00h às 15:30h.

Serviços em linha – CRAV

Pedido de consulta antecipada e presencial de
documentos; pedido de reprodução de docu-
mentos; pedido de informação; pedido de pes-
quisa.

<https://crav.arquivos.pt/>

* Investigadora Auxiliar da Universidade de Lisboa.
Tem sido diretora do AHU.



Falta e acesso à água em Massinga, Moçambique.
Relatório da Inspeção à "Província de Moçambique"
em 1960-1961, p. 57.
PT-AHU-MU-ISAU-027-00026_m0060

DISTORÇÕES DA HISTÓRIA

O CONVIDADO ESPECIAL DE ANA LOURENÇO

É cada vez mais frequente que, por altura da evocação do aniversário dos desditosos acontecimentos ocorridos em 25 de Novembro de 1975, sejam difundidas publicamente notícias falsas ou deturpadas sobre o que então se passou. Aconteceu num programa da RTP

JOSÉ COSTA NEVES*

NO DIA 27 DE ABRIL DE 2024 tive oportunidade de assistir ao programa “360º” da RTP3, intitulado *Cartas da PIDE* e conduzido pela jornalista Ana Lourenço. Como na altura já decorriam as comemorações do cinquentenário do 25 de Abril, chamou-me a atenção a natureza do tema e resolvi ouvi-lo atentamente.

Ana Lourenço, começou por lembrar os telespectadores que a *PIDE [tinha sido] responsável pelas únicas mortes civis do 25 de Abril* e que *nesse dia, já depois da rendição de Marcello Caeta-*

no, da sede da polícia política agentes dispararam rajadas de metralhadoras das janelas e mataram quatro pessoas e feriram 45.

Porém, o seu convidado especial não tardou a enredar-se numa teia de afirmações inconsistentes e tendenciosas a propósito dos elementos da ex-polícia política da ditadura derrubada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), que me surpreenderam negativamente ao ponto me deslocar poucos dias depois à Associação 25 de Abril (A25A) para, formalmente, as contradizer.



O convidado de Ana Lourenço resolveu afirmar, sem conhecimento de causa nem qualquer fundamento, que havia uma rebeldia completa [nos estabelecimentos prisionais militares], sobretudo em Alcoentre (no foto), prisão onde se encontrava detida a maioria dos elementos a ex-PIDE/DGS

De facto, é cada vez mais frequente que, por altura da evocação do aniversário dos desditos acontecimentos ocorridos em 25 de Novembro de 1975, sejam difundidas publicamente notícias falsas ou deturpadas sobre o que então se passou, com a clara intenção de ensombrar a memória do lídimo processo revolucionário (PREC), que devolveu aos portugueses a liberdade e lhes abriu o caminho para uma sociedade mais fraterna, justa e feliz.

A liberdade de expressão e de pensamento sob qualquer forma foi um dos mais preciosos legados

da revolução de Abril ao povo português. Por isso, gostaria de esclarecer que não é minha intenção questionar a legitimidade da entrevista ou das opiniões proferidas, mas apenas contribuir para evitar que as falsidades difundidas se tornem com o tempo em “verdades” pela força de intencionais e insistentes repetições.

O SEU A SEU DONO

Não vou aqui repetir episódios da sombria história da polícia política da ditadura derrubada pelas tropas do Movimento das Forças Armadas

(MFA) em 25 de Abril de 1974, já abundantemente documentada em várias publicações, inclusive nalguns artigos publicados em *O Referencial*. Limitar-me-ei, por isso, a clarificar afirmações falsas e omissões intencionais usadas no referido programa televisivo.

Depois da introdução de Ana Lourenço, o convidado especial do programa afirmou que, logo após o 25 de Novembro, o novo superintendente da Comissão de Extinção da PIDE/DGS e Legião Portuguesa decidiu introduzir *algumas alterações [à lei 8/75] para amenizar a pena que caberia a certas categorias de agentes [da ex-PIDE/DGS] e até de informadores em função do que se apurasse sobre eles*¹. Ora, não foi assim que as coisas se passaram.

De facto, esta lei, aprovada pelo Conselho da Revolução (CR) em 25 de Julho de 1975, já determinava nos seus artigos 6.º, 7.º e 8.º, que as penas a aplicar aos arguidos eram *passíveis de atenuação extraordinária* e deviam ter em linha de conta o grau da sua responsabilidade hierárquica e funcional e o tempo de prisão posterior ao 25 de Abril de 1974. Nestas circunstâncias, é fácil verificar que foi ainda o almirante Rosa Coutinho, na qualidade de superintendente da Comissão, que iniciou a aplicação destas cláusulas no prosseguimento da instrução dos processos judiciais que se encontravam em curso. O seu sucessor, nomeado pelo CR para a mesma função apenas em princípios de

**AS PENAS A APLICAR
AOS ARGUIDOS ERAM
PASSÍVEIS DE ATENUAÇÃO
EXTRAORDINÁRIA
E DEVIAM TER EM LINHA
DE CONTA O GRAU
DA SUA RESPONSABILIDADE
HIERÁRQUICA E FUNCIONAL
E O TEMPO DE PRISÃO
POSTERIOR AO 25 DE ABRIL
DE 1974**

1976, limitou-se a prosseguir os trabalhos nos mesmos moldes, até porque não dispunha de poderes legais para introduzir a seu bel-prazer alterações a uma lei de República.

Como se isso já não fosse suficientemente grave, o convidado de Ana Lourenço afirmou um pouco mais adiante que, após o 25 de Novembro, encontravam-se *mil homens presos [da ex-PIDE/DGS] sem perspectiva de serem libertados*, induzindo subtilmente no público a ideia de que esses homens eram meras vítimas inocentes da revolução de Abril. Provavelmente surpreendida por tal afirmação, a própria Ana Lourenço perguntou-lhe se *[acreditava] que as*

1 Esta lei determinou a punição a aplicar aos responsáveis, funcionários e colaboradores das extintas Direcção-Geral de Segurança e Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE/DGS) e impõe os respectivos julgamentos em tribunal militar.

peças não sabiam que estavam numa polícia política que perseguia as pessoas que tinham uma opinião diferente. A resposta foi inesperada e francamente chocante:

Claro que havia [na PIDE/DGS e seus colaboradores] os refinados e até intelectuais na polícia política, mas depois a grande massa estava imbuída de um espírito de missão, de benfeitoria, de fazer bem ao país, fazer bem ao povo, que era a propaganda da época!

No meu entender, um advogado de defesa dos ex-PIDE/DGS não teria feito melhor branqueamento da imagem pública da polícia política da ditadura.

Mas o pior estava para vir.

TRAQUINICES DA MEMÓRIA

Um pouco mais adiante, o convidado de Ana Lourenço resolveu afirmar, sem conhecimento de causa nem qualquer fundamento, que *havia uma rebaldaria completa [nos estabelecimentos prisionais militares], sobretudo em Alcoentre, prisão onde se encontrava detida a maioria dos elementos a ex-PIDE/DGS*².

Porém, maliciosamente, o personagem não explicou aos telespectadores que a tal “rebaldaria” a que se referia era a que existia naquela prisão antes, e não depois, da escandalosa fuga

simultânea de oitenta e nove (89) detidos da ex-PIDE/DGS, em 29 de Junho de 1975, classificada pelos próprios evadidos como uma fuga *insólita que abalou o País e fez tremer o Conselho da Revolução*. Esta grave e indesculpável omissão escondeu intencionalmente do público do programa a nomeação de um novo comandante para a prisão militar de Alcoentre³, bem como as importantes medidas aprovadas pelo CR destinadas a evasão para melhorar a segurança, organização e funcionamento do sistema pri-

**GRAVE
E INDESCULPÁVEL
OMISSÃO ESCONDEU
INTENCIONALMENTE
DO PÚBLICO
DO PROGRAMA
A NOMEAÇÃO
DE UM NOVO COMANDANTE
PARA A PRISÃO
MILITAR DE ALCOENTRE**

2 Em bom rigor, devia ter mencionado que naquela ocasião também se encontravam detidos elementos da ex-PIDE/DGS em Caxias, Peniche, Custóias e outras prisões locais de menor dimensão.

3 O novo comandante da prisão militar de Alcoentre, capitão TMMA da Força Aérea Manuel Francisco Marques, exerceu as funções de 1 de Janeiro a 22 de Novembro de 1975 com notável eficácia e competência técnica. Difamado pelos seus detractores e pela própria Comissão de Serviços Sobre Presos Sujeitos às Autoridades Militares, foi julgado em Conselho Superior de Disciplina da Força Aérea, tendo sido ilibado de todos os factos de que o acusavam, cujo parecer foi homologado pelo CEMFA em 7 de Janeiro de 1980.

sional militar, claramente espelhadas nos sucessivos relatórios de várias entidades independentes, militares e civis, como, por exemplo, a Cruz Vermelha, a Liga Belga para a Defesa dos Direitos do Homem, e outras.

Mas o mais grave foi ter escondido do público a existência do relatório interno de investigação à citada fuga, sobre o qual o comandante na altura, no dia 3 de Novembro de 1975 e, portanto, em data anterior ao 25 de Novembro, lavrou o seguinte despacho: *Dado que as responsabilidades da fuga não são imputáveis apenas a dois guardas prisionais, mas sim a todo o sistema prisional, envolvendo a própria Direcção dos Serviços Prisionais, de quem este comando depende, proponho que o presente processo passe à Polícia Judiciária Militar para que seja possível chegar a conclusões mais profundas.*

Ora, uma cópia deste relatório foi enviado pela direcção dos Serviços Prisionais Militares à Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS, que era a entidade competente para prosseguir as investigações e apurar as responsabilidades referidas no despacho do comandante de Alcoentre, acto que, tanto quanto se sabe, nunca foi realizado apesar de referir muitas outras anomalias de segurança, tais como, por exemplo, o deficiente funcionamento dos sistemas de controlo de documentos de identificação dos detidos, a livre circulação interna de dinheiro, o jogo clandestino, a descontrolada circulação de visitas, encomendas, correspondência, etc.

A JORNALISTA ANA LOURENÇO VIU O SEU CONVIDADO ESPECIAL A ENREDAR-SE NUMA TEIA DE AFIRMAÇÕES INCONSISTENTES E TENDENCIOSAS A PROPÓSITO DOS ELEMENTOS DA EX-POLÍCIA POLÍTICA DA DITADURA DERRUBADA PELO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS (MFA)

Esta era certamente a “rebaldaria” que o convidado de Ana Lourenço devia ter referido, até porque foi publicamente confirmada mais tarde por um dos evadidos nos seguintes termos: *Tínhamos liberdade absoluta. Dormíamos com as portas da cela abertas, conversávamos, recebíamos visitas, utilizávamos o telefone e ouvíamos rádio. [...] A GNR e os guardas informavam os presos do que se passava lá fora*⁴.

Por tudo isto, creio que seria agora uma boa ocasião para o responsável na altura pela Comissão de Extinção da PIDE/DGS e LP explicar de uma vez por todas as razões do seu longo,

4 Declarações em entrevista concedida em 3 de Julho de 2005 à jornalista Maria José Oliveira, do jornal “Público”.



Arquivos da PIDE foram abertos ao público em 24 de Outubro de 1980

continuado e comprometedor silêncio à volta deste e de muitos outros mistérios relacionados com os importantes serviços a que superintendeu, sem esquecer, naturalmente, a estranha “Operação Alcoentre”, que abordaremos a seguir.

MISTERIOSA OPERAÇÃO ALCOENTRE

A dado momento da sua intervenção, o convidado de Ana Lourenço resolveu revelar, com uma indisfarçável pontinha de orgulho, que tinha [pe-

dido] para falar imediatamente com o general Eanes sobre as prisões [dizendo-lhe]: meu General, nós temos que substituir toda a gente e temos que actuar. Cautelosamente, omitiu a data em que formulou tão drástica proposta e as circunstâncias que o levaram a fazê-la. O certo é que o convidado de Ana Lourenço se esqueceu de que, naquela ocasião, a crise de Alcoentre já antes tinha sido completamente resolvida sem necessidade substituir toda a gente nas prisões militares nem levar por diante a arriscada Operação Alcoentre.

Diz o adágio popular que *é mais fácil apanhar um mentiroso de que um coxo*. De facto, duas ou três semanas depois do 25 de Novembro de 1975, alguém me confidenciou, na minha qualidade de superintendente dos Serviços Prisionais Militares, a troco da minha promessa de anonimato, que estava a ser preparado às escondidas um assalto militar ao estabelecimento prisional de Alcoentre, designado por “Operação Alcoentre”. Mais indignado do que surpreendido, solicitei uma audiência urgente ao general Ramalho Eanes, recentemente nomeado Chefe de Estado-Maior do Exército, para lhe explicar de viva-voz a inutilidade e os perigos inerentes à concretização de um acto daquela natureza para invasores, invadidos e reclusos.

O general Ramalho Eanes ouviu-me atenciosamente em silêncio, sem se pronunciar sobre o assunto. Ainda hoje não sei ao certo o que depois se passou nos bastidores da Operação Alcoentre, que acabou por nunca chegar a realizar-se. No entanto, em abono da verdade histórica, creio que seria útil que o convidado de Ana Lourenço elucidasse os portugueses de uma vez por todas sobre objectivos e vantagens da surpreendente operação militar. Enquanto isso não acontecer, continuarei convencido de que se tratou de uma tentativa de criar um facto político de dimensão nacional, se possível com vítimas de sangue, como forma de mobilizar a opinião pública contra a generalidade dos designados derrotados do 25 de Novembro.

**APONTAR O DEDO
EM JULGAMENTO
AO CRIMINOSO
COMO PROPÔS
O CONVIDADO
DE ANA LOURENÇO,
SERIA MUITO
PROVAVELMENTE
UM ACTO JURIDICAMENTE
INÚTIL, DOLOROSO
E HUMILHANTE
PARA QUALQUER
VÍTIMA DA PIDE/DGS**

Intenção semelhante moveu a “Comissão de Averiguações de Violência sobre Presos Sujeitos às Autoridades Militares” (CAVP), mais conhecida por “Comissão de Sevícias” (CS), criada pelo CR em 19 de Janeiro de 1976, com a qual o convidado de Ana Lourenço colaborou e à qual se devem provavelmente as comoventes cartas dos familiares dos ex-PIDE/DGS lidas no citado programa⁵.

Curiosamente, o convidado de Ana Lourenço nem sequer reparou que só uma única carta se

⁵ O texto integral da Comissão de Sevícias, publicado em 8 de Novembro de 1976 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, encontra-se disponível na biblioteca da A25A.

referia à prisão de Alcoentre, queixando-se dos tiros por tudo e por nada, armas aperradas, por todo o lado, GNR a cavalo, rondas nocturnas com os carros a apitar para acordar os presos, retenção de frequências e furto de selos. Cenas de um autêntico filme do faroeste!

Sem me alongar sobre o assunto⁶, lembrarei apenas os leitores que a avaliação jurídica do Relatório das Sevícias, subscrita por um grupo de 16 ilustres personalidades do Direito em Portugal, enviada por carta ao CR em 28 de Fevereiro de 1977, considerou-o *um nada jurídico, sobre o qual não se funda legitimamente qualquer crédito. Ou melhor: é uma ofensa que impune-mente continua como sintoma cruel de uma Democracia que hesita entre uma esperança possível e um novo “tempo do desprezo”*.

Reflexão premonitória aplicável aos tempos que hoje se vivem em Portugal e na Europa dos ideais e promessas falhadas.

FANTASIAS E FACTUALIDADES

O convidado especial de Ana Lourenço encerrou a entrevista recriminando as vítimas da polícia política do Estado Novo por se terem recusado a *comparecer nos tribunais militares para apontar o dedo aos seviciadores*, com o argumento de que *não se pode fazer justiça quando o testemunho fundamental das sevícias, a tortura, não tem capacidade para apontar o dedo*.

Se não conhecesse pessoalmente o ilustre personagem, seria levado a crer que estava perante

uma pessoa ingénua que nada aprendera com a história da tenebrosa noite fascista. Como militar de Abril, é-me difícil aceitar que alguém de boa-fé possa acreditar que uma qualquer vítima solitária de abusos e torturas, encarcerada e incomunicável numa qualquer sombria e sórdida masmorra da PIDE/DGS, sem testemunhas, advogados ou documentos comprovativos, isto é, numa situação de completo não-direito, conseguisse convencer formalmente um qualquer tribunal da veracidade das suas queixas.

Apontar o dedo em julgamento ao criminoso como propôs o convidado de Ana Lourenço, seria muito provavelmente um acto juridicamente inútil, doloroso e humilhante para qualquer vítima da PIDE/DGS que se dispusesse a fazê-lo. Que melhor podemos apresentar do que a resposta arrogante e provocadora que o ex-inspector da organização, Óscar Cardoso, deu à jornalista **Marta Martins** do *Correio da Manhã* em 28 de Abril de 2024 logo no dia seguinte ao programa “Cartas da PIDE”, que passo a citar: *Tortura?! Os choques eléctricos só faziam comichão...*

Já decorriam nessa altura as comemorações do cinquentenário do 25 de Abril de 1974.

Lisboa, 01 de Janeiro de 2026

* Capitão de Abril, sócio da A25A

6 Ver “O Referencial” 151/2023, suplemento, texto “O relatório das Sevícias, uma Revisitação Crítica”.

ARNALDO RIBEIRO DA CRUZ (1942-2026)

UMA VIDA AO SERVIÇO DO PAÍS

O major-general Arnaldo Cruz dedicou grande parte da vida ao serviço público e ao país, com 41 anos de serviço no Exército Português, onde recebeu 13 louvores públicos e passou à reserva em 2001. Capitão de Infantaria, “Comando”, e Capitão de Abril, presidiu ao Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil, actual Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, entre 2006 e 2012. Faleceu a 23 de Janeiro de 2026, com 83 anos

VASCO LOURENÇO*

FALAR SOBRE o Arnaldo Ribeiro da Cruz, na hora da sua partida para o Oriente Eterno, é para mim extraordinariamente difícil e penoso. O Arnaldo foi um dos amigos que tive a sorte de ganhar, numa vida de 83 anos, começada há 72 anos que espero prolongar, porque a amizade não desaparece com a morte.

Naturais de duas aldeias do distrito de Castelo Branco, eu de Lousa, mais perto da capital que a Sobreira Formosa do Arnaldo, terá sido o futebol que nos aproximou e contribuiu para sermos amigos para a vida. Eu avançado, goleador, ele defesa central, venceríamos tudo no liceu e acabámos campeões universitários, quando, após sete anos na mesma turma do liceu, frequentámos a Academia Militar e fomos camaradas de curso.

Ainda me recordo bem do conselho que então lhe dei: “vai treinar ao Sporting ou ao Benfica,

ficas lá e vais chegar a internacional”. O facto é que, apesar de me considerar um futebolista razoável, sempre considerei o Arnaldo um jogador de primeira.

Muito naturalmente, não podia deixar de introduzir o Arnaldo na conspiração que nos levaria ao 25 de Abril. Como ele estava em Angola, foi com enorme satisfação que o soube

envolvido no Movimento dos Capitães nessa colónia, como um dos mais activos conspiradores. Regressado após “o dia inicial inteiro e limpo”, o Arnaldo manteve-se sempre um activo militante de Abril e constituiu-se como um dos principais responsáveis por garantir que a força dos Co-



mandos seria uma garantia de defesa do MFA, não resvalando nem para um lado nem para o outro, como alguns tentaram promover.

Foi sempre uma garantia de que os Comandos estariam com o MFA, que teimava em cumprir o Programa que apresentara ao País e ao mundo nesse glorioso dia libertador, opondo-se aos que no Verão de 1975 o tentaram levar para os mais “revolucionários”, mas também uma garantia que funcionou no 25 de Novembro, quando outros, como o próprio comandante da unidade, Jaime Neves, os tentaram fazer protagonistas de um novo 28 de Maio.

Homem de acção e não de ribalta, o Arnaldo foi sempre um fiel companheiro, permanentemente fiável na defesa dos valores do 25 de Abril. Foi isso que me levou, alguns anos depois, quando o PS formou um novo Governo, a sugerir ao ministro da Defesa António Vitorino que o chamasse de Angola, onde estava numa

nova missão, para seu chefe de gabinete.

Em boa hora o fiz, o Arnaldo Cruz teve um óptimo desempenho o que o levaria a novos cargos, de que realço o de responsável maior pelos Serviços da Protecção Civil e dos Bombeiros.

Mais tarde, decidiu aderir ao PS e aceitou concorrer a cargos autárquicos, no seu conselho, nomeadamente o de presidente da Assembleia Municipal de Proença-a-Nova, que exerceu com a dignidade e eficiência nele naturais.

Sempre discreto, aceitaria mais tarde integrar, no lugar de vice-presidente da Assembleia Geral, os órgãos Sociais da Associação 25 de Abril, a associação de que era sócio fundador, lugar onde a morte o encontrou.

Sabia que enfrentava problemas de saúde, nunca supus que a morte se aproximava a passos acelerados. Surpreendido, divulgámos o “Abraço de Abril”, que se junta.

ABRAÇO DE ABRIL AO ARNALDO CRUZ

Caros Associados,

É com profundo pesar que vos informo do falecimento do Vice-Presidente da nossa Assembleia-Geral, major-general Arnaldo José Ribeiro da Cruz.

Capitão de Abril de todas as horas, detentor da Ordem da Liberdade, o Capitão Arnaldo Cruz foi um dos principais elementos do Movimento dos Capitães em Angola, mantendo-se de seguida sempre activo na consolidação do Estado Democrático e de Direito a que o 25 de Abril deu origem.

Actividade cívica que teve especial relevância quando aceitou e exerceu, com reconhecido mérito, o cargo de Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil. Actividade que continuava a desenvolver na A25A com a sua natural discrição e eficiência.

Pessoalmente, vejo partir um dos meus maiores Amigos,

amizade nascida no Liceu, onde fomos colegas na mesma turma do primeiro ao sétimo ano, fortalecida na Academia Militar onde incorporámos o mesmo curso, definitivamente consolidada na gesta colectiva do 25 de Abril em que nos envolvemos.

A Lurdes, sua companheira de vida, à Teresa Paula filha da Dulce, o seu primeiro amor que já partiu, às suas duas netas, ao irmão Adelino e às irmãs Amélia e Prazeres, aos vários sobrinhos e sobrinhas, as nossas mais sentidas e profundas condolências e a nossa total solidariedade. Que, naturalmente se estende aos inúmeros amigos que o Arnaldo soube fazer na sua vida de 83 anos.

A ti, caro Arnaldo, com um Até Sempre, um grande, um enorme Abraço muito Amigo e de Abril.

Vasco Lourenço

* Presidente da Direcção da A25A

JOSÉ NUNO DA CÂMARA SANTA CLARA GOMES (1945-2026)

MILITANTE DE ABRIL, MILITANTE DA DEMOCRACIA

O CORONEL José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes deixou-nos aos 80 anos de idade e a Associação 25 de Abril perdeu um dos seus mais destacados membros.

Nascido no Funchal, frequentou o Liceu Jaime Moniz e, depois, a Academia Militar onde em 1966 concluiu o curso de Infantaria, após o que cumpriu uma comissão militar no norte de Moçambique, onde foi ferido em combate e condecorado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe.

Integrou o Movimento dos Capitães desde a primeira hora e foi um destacado elemento de ligação entre o MFA e diversas unidades da região de Lisboa durante a *Operação Viragem Histórica*, tendo depois desempenhado diversas missões durante o período de transição.

Depois de 1976, prestou serviço no Campo Militar de Santa Margarida por duas vezes. Entre 1991 e 1994, serviu como Adido Militar junto das embaixadas de Portugal em Paris e Bruxelas.

Em 1996 passou à reforma extraordinária e, a partir de então, integrou os corpos sociais da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, de que era actualmente vice-presidente da Direcção Nacional, mas também da Associação 25 de Abril, de que foi vogal da Direcção em vá-

rios mandatos. Como independente, candidatou-se à presidência da Câmara Municipal do Barreiro nas listas do Partido Socialista, vindo a desempenhar funções de vereador.

Era condecorado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, com o grau de Grande Oficial da Ordem da Liberdade, com o grau de Cavaleiro da Ordem de Avis, com as Medalhas de Mérito Militar de 2.^a e 3.^a Classes, e com o grau de Officier de 1.^{er} Ordre du Merite, de França.

Num texto publicado pela ADFA em sua memória, o presidente da Direcção Nacional escreveu: “Sublinhamos e homenageamos o Homem e o Capitão de Abril, que viveu na plenitude os valores da Democracia, em Liberdade e So-

lidariedade. A forma como colocou o seu saber e capacidades ao serviço da causa das pessoas com deficiência é um legado que fica indelevelmente marcado na ADFA, na República Portuguesa e na nossa Sociedade”.

Através d’O *Referencial*, a A25A apresenta condolências aos seus familiares e muitos amigos, nomeadamente à sua mulher Graça, aos seus filhos Beatriz, Ana e Nuno e aos seus quatro netos, bem como à ADFA e aos seus associados, com os nossos profundos e sentidos pêsames e a nossa total solidariedade.



MUNICÍPIO DE SANTARÉM HOMENAGEIA SALGUEIRO MAIA E CARLOS BEATO

Em reunião realizada no dia 16 de Março de 2026, a Câmara Municipal de Santarém decidiu, por unanimidade, distinguir vinte personalidades e instituições com condecorações municipais por se terem destacado ao serviço do concelho de Santarém, ou por terem desenvolvido actividades ou serviços que prestigiaram o concelho e o próprio país. Entre os distinguidos encontram-se dois militares de Abril: Fernando Salgueiro Maia e Carlos Morais Beato, dois homens da Escola Prática de Cavalaria que no dia 25 de Abril de 1974 integraram a coluna militar da Escola Prática de Cavalaria, ao serviço do MFA.

Segundo o comunicado divulgado pelo Município de Santarém, “Fernando José Salgueiro Maia, oficial de excecional coragem, integridade e sentido do dever, à frente das forças militares sediadas em Santarém, protagonizou um dos momentos mais decisivos da história

contemporânea de Portugal, contribuindo de forma determinante para o triunfo da Liberdade”, pelo que lhe foram atribuídas as Chaves de Ouro da Cidade, o que o Município fez pela primeira vez.

O mesmo comunicado destaca também Carlos Morais Beato, “por se ter distinguido como verdadeiro Capitão de Abril, pela bravura, coragem e destemor com que participou na defesa da liberdade e da democracia, deixando um exemplo perene de lealdade à Pátria e firmeza de carácter, que inspira as gerações presentes e futuras de Santarém e de Portugal”, pelo que lhe foi conferida a Medalha de Honra do Município.

A A25A e *O Referencial* saúdam a iniciativa da Câmara Municipal de Santarém e felicitam os vinte galardoados, evocando de forma especial Salgueiro Maia e Carlos Beato, respectivamente sócio de honra e sócio efectivo da A25A.

REGISTAMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Sócios Fundadores

Luís Gonzaga Ribeiro Goulão
Manuel José Monteiro Guerra
Arnaldo José Ribeiro da Cruz
José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes
Carlos Alberto da Costa Alves Pereira

Sócios Efectivos

Maria Natália N. N. Brandão Franco Vitorino
Fausto de Oliveira Leite

Mário Antunes Gonçalves Figueiredo
Armando Vieira dos Santos Caeiro
Victor de Matos Machado
Amadeu José de Figueiredo Carvalho Homem
Luís Lopes Francisco
Carlos Alfredo de Brito
António Casimiro Sá Ó da Silva
Joaquim Manuel Nogueira de Sousa
osé Manuel Ludovice Santa Barbara

OEIRAS HOMENAGEOU OTELO



O coronel Otelô Saraiva de Carvalho foi homenageado pelo Município de Oeiras, no dia 25 de Abril de 2026, com a atribuição do seu nome à rotunda da Biblioteca Municipal de Oeiras, anunciou a autarquia.

Segundo o município, a decisão pretende assinalar o papel desempenhado por Otelô no 25 de Abril de 1974, quando comandou a Operação Viragem Histórica a partir do posto de comando instalado no quartel do Regimento de Engenharia n.º 1, na Pontinha.

Na cerimónia, que reuniu algumas dezenas de pessoas, entrevistaram o coronel Delgado Fonse-

ca, em nome da Associação 25 de Abril (A25A), a juíza desembargadora Maria do Rosário Barbosa, presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, e Sérgio Carvalho, filho do homenageado, que se disse honrado com o legado do pai. O presidente da câmara, Isaltino Moraes, destacou a importância da liberdade alcançada com o 25 de Abril e afirmou que, apesar de “controverso”, o percurso de Otelô foi “fundamental para a mudança de regime”, sublinhando ainda: “Otelô é de todos, mas um bocadinho mais de Oeiras”.

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUIMARÃES



Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo

Data: 2019

Dimensão: 90 x 70 cm

Mancha: 76x57,5 cm

Tiragem: 199 exemplares

Editor: Associação 25 de Abril

Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

- > Valor de venda ao público: 1.200,00€
- > Valor para Sócios da A25A: 900,00€
- > Valor de lançamento, exclusivamente destinado aos Sócios da A25A, com quotização regularizada e no máximo de 2 exemplares por sócio, cuja inscrição/pagamento tem prazo limitado até 31 de Julho de 2019: 600,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

BREVE HISTÓRIA DO 25 DE NOVEMBRO



O dia em que a utopia revolucionária deu lugar à sensatez democrática

Porque ainda não tinha nascido, Filipe Garcia não viveu os acontecimentos que, entre Abril de 1974 e Novembro de 1975, acordaram o país de um longo sono de 48 anos de ditadura e de repressão. Porém, como historiador e como jornalista, ele soube investigar aquele tempo de libertação e de euforia, mas também de excessos e de utopias, com recurso a documentos e a entrevistas dos “que aceitaram, em on ou em off, partilhar o que viveram, o que viram e o que

fizeram para que a história ficasse em livro”.

O tema tem sido tratado por diversos autores, mas Filipe Garcia faz parte do pequeno grupo que não se deixou instrumentalizar por mio-pias políticas e procurou, embora de forma breve, mas objectiva, enunciar os principais acontecimentos e circunstâncias que quase fracturaram a sociedade portuguesa no 2º semestre de 1975.

Os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 foram o corolário de um tempo de tensões políticas e sociais acumuladas, de assaltos a sedes de partidos políticos, de ameaça de acções armadas, das chamadas “ocupações selvagens” e de excessos cometidos um pouco por toda a gente, tendo reconduzido o processo revolucionário em curso aos ideais democráticos anunciados no dia 25 de Abril de 1974.

O livro de Filipe Garcia é um valioso documento, que não só explica o 25 de Novembro que aconteceu, como evidencia como são duvidosas algumas narrativas que continuam a circular e que tão apreciadas são pelos saudosistas do antigo regime.

Filipe Garcia, *Breve História do 25 de Novembro*. Porto: Ideias de Ler, Setembro de 2025 (ISBN: 978-989-740-579-8)

50 ANOS EM DEMOCRACIA

1976-2026

Uma obra notável que celebra a fundação da democracia portuguesa

A Comissão Executiva para as Comemorações do 50.º Aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974 e a sua presidente Maria Inácia Rezola incluíram, no seu plano de comemorações da aprovação da Constituição da República Portuguesa, uma obra de referência e de informação plural sobre o processo constituinte, mas que também fosse um instrumento de reflexão histórica e política.

A coordenação científica foi assumida por Nuno Estêvão Ferreira, investigador da Universidade Católica Portuguesa, que agregou à sua volta alguns constituintes como Afonso Dias, Alberto Arons de Carvalho, Diogo Freitas do Amaral, Helena Roseta, Jerónimo de Sousa, Jorge Miranda e Levy Baptista, bem como um conjunto de reputados especialistas académicos, nomeadamente Alexandre Sousa Pinheiro, António Araújo, António Costa Pinto, Catarina Santos Botelho, Gonçalo Fabião, Marco Caldeira, Maria Inácia Rezola, Maria João Paixão e Paulo Pires do Vale.

O resultado deste projecto é uma obra notável cujo conteúdo nos envolve no quadro histórico, jurídico, político e cultural em que, entre Junho



de 1975 e Abril de 1976, decorreram os trabalhos da Assembleia Constituinte. São estudos, documentos, testemunhos e muitas imagens provenientes de vários arquivos, que ao longo de 296 páginas em formato A4, nos informam sobre o ambiente político de que resultou a Constituição da República Portuguesa, certamente a maior conquista do 25 de Abril de 1974.

O livro, apresentado no dia 31 de Março na Biblioteca Passos Manuel da Assembleia da República, é uma obra de grande qualidade informativa e uma edição indispensável.

Nuno Estêvão Ferreira (coordenação científica), *Constituição da República Portuguesa (1976-2026)*. 50 Anos em Democracia. Lisboa: Edições 70 e Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril, Abril de 2026 (ISBN: 978-972-44-2978-6)

REGISTO BIOGRÁFICO DE JOSÉ FANHA



Com muitos anos de actividade literária, o autor revisita a cidade onde nasceu

José Fanha é arquitecto e professor, mas é mais conhecido dos portugueses como poeta e como autor de literatura infanto-juvenil, pois tem várias dezenas de livros publicados e, além disso, é uma conhecida figura televisiva desde há cerca de meio século.

Com muitos anos de actividade literária, mas também de intervenção cívica, decidiu agora outra escrita, quase uma crónica da sua vida, relatando de forma aliciente e sugestiva mui-

tos episódios do seu percurso de cidadão desde os tempos da sua juventude, sobretudo a sua relação íntima com a cidade de Lisboa, que homenageia através das suas memórias porque, como diz, andou por “casas e ruas, esquinas e becos, cinemas, cafés e bilhares”.

São cerca de seis dezenas de textos, cada qual como expressão de uma vivência que atravessou um importante período histórico da nossa comunidade que a sua memória conserva, de forma semelhante a um “reservatório onde se vão acululando e misturando recordações”. “Corri por aqui e por ali. Encontrei amigos com quem ri, cantei e dancei. A transbordar de alegria, abracei muita gente que não conhecia de parte nenhuma. Telefonei a amigos, companheiros, camaradas”.

Lisboa, porta do Mundo – Lisboa, Porta de Mim é um belo livro que José Fanha nos oferece, em que canta a sua cidade e conta histórias de uma vida sempre marcada pelos ideais da liberdade. O livro foi apresentado no Fórum Salgueiro Maia da A25A, no dia 22 de Abril, por Aniceto Afonso.

José Fanha, *Lisboa, Porta do Mundo – Lisboa, Porta de Mim*. Lisboa: Âncora Editora, Abril de 2026 (ISBN: 978-989-591-031-9)

RELATOS DE QUEM PRIVILEGIA O RIGOR HISTÓRICO

A autora, em 2007 distinguida com o Prémio Pessoa, presta homenagem aos militares de Abril

Irene Flunser Pimentel é doutora em História e é uma das mais ilustres historiadoras portuguesas, com uma vasta obra publicada no domínio da História Contemporânea, em que se destacam *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, *História da PIDE* e *História da Oposição à Ditadura em Portugal*. Recentemente publicou *Do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975 - Episódios menos conhecidos*, em que apresenta uma análise pessoal de episódios ocorridos entre os anos finais da ditadura e o 25 de Novembro de 1975.

São cerca uma centena e meia de episódios, uns mais e outros menos conhecidos, relatados por quem privilegia o rigor histórico e escreve com base em documentos, que se encadeiam entre si e nos fornecem abundante informação para melhor compreensão do processo que há cerca de meio século, fez a transição da ditadura para a democracia em Portugal.

A autora, que em 2007 foi distinguida com o prestigiado Prémio Pessoa, ao terminar este seu livro e como nota final, presta homenagem aos militares de Abril, o que *O Referencial* não pode deixar de transcrever com muita satisfação:



“Pessoalmente, como muitos e muitas, agradeço aos militares de Abril, que, em 1973 e 1974 se reuniram, primeiro para lutarem por interesses corporativos, e, depois, com uma crescente consciência de que a Guerra Colonial tinha de ser resolvida politicamente, tiveram a audácia e a coragem de arriscar a vida e a liberdade, ao saírem à rua, com tanques e armas, em 25 de Abril de 1974. Muito obrigada, oficiais do MFA, capitães de Abril, e às portuguesas e aos portugueses que contribuíram para a conquista da nossa democracia.”

Irene Flunser Pimentel, *Do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975 - Episódios menos conhecidos*. Lisboa: Temas e Debates, Março de 2024 (ISBN: 978-989-644-830-1)

EXPOSIÇÃO ASSINALA ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO



O curador da iniciativa foi o comandante Pedro Lauret, sócio da Associação 25 de Abril

NO DIA 12 DE ABRIL de 2024 o presidente Marcelo Rebelo de Sousa inaugurou na Gare Marítima de Alcântara, no porto de Lisboa, a exposição “O Movimento das Forças Armadas e o 25 de Abril”, uma das mais importantes iniciativas das comemorações do 25 de Abril.

A exposição esteve patente até ao dia 23 de Junho de 2024 e foi apresentada de forma didáctica, através de textos, imagens, gráficos e cronogramas para facilitar a interpretação e a compreensão dos visitantes, tendo sido constituída por sete módulos: “Memorial aos Presos Políticos”, “A Queda dos Impérios Coloniais”, “A Guerra Colonial”, “Os Militares como Bo-

des Expiatórios do Regime”, “A Conspiração”, “O dia 25 de Abril” e “O Legado do MFA”.

O curador da exposição foi o comandante Pedro Lauret, sócio da Associação 25 de Abril, sendo os textos da sua autoria e de Maria Inácia Rezola, presidente da Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril. A exposição foi um êxito porque foi muito documentada, muito informativa e muito adequada para a divulgação dos contextos políticos anteriores ao 25 de Abril de 1974 e da conspiração que levou ao fim da ditadura do Estado Novo. Porém, por circunstâncias diversas, a exposição não teve o apoio de um catálogo, o qual só recentemente foi apresentado no Forum Salgueiro Maia da Associação 25 de Abril.

Apesar ter sido publicado depois de ter terminado a exposição, o catálogo *O MFA e o 25 de Abril* constitui um instrumento de grande utilidade didáctica como suporte para professores e outros estudiosos do processo histórico que libertou Portugal da ditadura, da guerra e do colonialismo e abriu as portas à liberdade, à paz e à democracia.

Pedro Lauret e Maria Inácia Rezola, *O Movimento das Forças Armadas e o 25 de Abril*. Lisboa: Âncora Editora/Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril, Abril de 2026 (ISBN: 978-989-591-043-4)

ELEITOS OS CORPOS SOCIAIS PARA O TRIÉNIO 2026/2029



NO DIA 28 DE MARÇO de 2026 reuniu a Assembleia Geral Ordinária da A25A que, entre outros assuntos, aprovou o Relatório de Actividades e Contas da Direcção, votou a atribuição da qualidade de Sócio de Honra a diversos cidadãos e, constituindo-se depois como Assembleia Eleitoral, elegeu os membros dos seus Corpos Sociais para o Triénio 2026/2029.

A sessão foi presidida pelo sócio Álvaro Sabino Guerreiro, presidente da Assembleia Geral, tendo a Ordem de Trabalhos, distribuída com a respectiva convocatória, incluído os seguintes pontos:

1. Leitura e aprovação da acta da Assembleia anterior;
2. Ratificação de admissão de sócios e apoiantes. Informação relativa ao movimento de sócios da Associação;
3. Discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção respeitante ao ano 2025 e respectivo parecer do Conselho Fiscal;
4. Balanço das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e apreciação da actualidade da A25A e dos contributos para a sua acção futura;
5. Propostas de atribuição da qualidade de Sócios de Honra;
6. Outros assuntos
7. Constituição da Assembleia Geral Ordinária em Assembleia Eleitoral para eleição da

Mesa da Assembleia Geral e dos Corpos Sociais para o triénio 2026/2029.

- 8. Votação
- 9. Escrutínio
- 10. Tomada de Posse

Os trabalhos iniciaram-se às 14h00 horas e decorreram com normalidade, com a presença de cerca de três dezenas de sócios e com o acompanhamento *online* de cerca de uma dezena de sócios.

Depois de aprovada a acta da anterior reunião da Assembleia Geral, foi dada informação sobre o novimento de sócios durante o ano de 2025.

No ano de 2025 foram admitidos 52 sócios efectivos, foram exonerados 55 sócios efectivos e dois apoiantes e faleceram 31 sócios efectivos e quatro apoiantes.

A situação dos sócios relativa a 28 de março de 2026 é a seguinte:

CATEGORIA DE SÓCIOS	ACTIVOS	SUSPENSOS	TOTAL
Sócios efectivos	1802	759	2561
Apoiantes	405	839	1244
Associados isentos de pagamento de quotas	8	8	16

Seguiu-se a discussão e votação do Relatório Anual de Actividades e Contas da Direção respeitante ao ano 2025 e respectivo parecer do Conselho Fiscal, que foram aprovados por unanimidade.

SÓCIOS DE HONRA

O Presidente da Direção fez um circunstanciado relato das iniciativas que integraram as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, seguindo-se a apresentação de uma proposta da Direção para a atribuição da qualidade de Sócio de Honra aos seguintes cidadãos:

- Amadeu Garcia dos Santos, Sócio 101230
- António Lobo Antunes
- Arnaldo José Ribeiro da Cruz, Sócio 100455

Carlos Manuel Serpa de Matos Gomes, Sócio 100526

Carlos Morgadinho, Sócio 102954

Domingos Manuel Nunes Pereira, Sócio 100567

Eduardo Antunes Gageiro, Sócio 104100

João Caiado Gago Falcão de Campos, Sócio 100566

José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes, Sócio 100522

Mário Joaquim Marvão Gordilho Zambujal
Rui Coelho Cabrita, Sócio 100 922

A VOTAÇÃO

Esta proposta foi aprovada por unanimidade e aclamação, pelo que a A25A passa a ter 72 só-

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	VALM – ÁLVARO SABINO GUERREIRO (Sócio 700)
Vice-Presidente	COR – JORGE SALES GOLIAS (Sócio 1333)
Primeiro Secretário	COR - JOSÉ JÚLIO DE AZEVEDO BARROSO (Sócio 1177)
Suplente	MANUEL JOSÉ ESTEVES RODRIGUES (Sócio 2255)

DIRECÇÃO

Presidente	COR - VASCO CORREIA LOURENÇO (Sócio 1)
Vice-Presidente	COR - APRÍGIO RAMALHO (Sócio 1094)
Secretário	ALFREDO JOSÉ SILVA SANCHES VIEIRA (Sócio 3527)
Tesoureiro	CMG - RAMIRO ANTÓNIO SOARES RODRIGUES (Sócio 691)
Vogais efectivos	CTEN – ADELINO BRAZ RODRIGUES DA COSTA (Sócio 161)
	LIC - MANUEL ALFREDO F. OLIVEIRA E SÁ (Sócio 4013)
	LIC - LÍDIA MARIA GARCIA RODRIGUES PRAÇA (Sócio 4433)
	CMG – VITOR MANUEL S. M. LORENA BIRNE (Sócio 592)
Suplentes	TGEN - CARLOS MANUEL MARTINS BRANCO (Sócio 4172)
	LIC - CLARINDA MARIA VEIGA PIRES (Sócio 2548)

CONSELHO FISCAL

Presidente	TGEN – FRANCISCO ANTÓNIO FIALHO DA ROSA (Sócio 404)
Primeiro Secretário	CMG - JOSÉ MANUEL GOMES NUNES CURADO (Sócio 1340))
Segundo Secretário	COR – JOÃO LUÍS CARDOSO MARTINS ALVES (Sócio 4302)
Suplente	COR - VICTOR HUGO DA MOTA (Sócio 266)

cios de Honra, continuando com dois Sócios de Mérito.

Seguiu-se a constituição da Assembleia Eleitoral para eleição da Mesa da Assembleia Geral e dos Corpos Sociais para o triénio 2026/2029, dando-se início à votação, para a qual se apresentou apenas uma lista que foi designada por Lista A.

Votaram presencialmente e por via postal 83 sócios, tendo sido apurado o seguinte resultado: 82 votos a favor, zero votos em branco e um voto nulo.

Os membros eleitos para os Corpos Sociais durante o triénio 2026/2029 tomaram posse de seguida.

FORUM SALGUEIRO MAIA

UM ESPAÇO DE INFORMAÇÃO CÍVICA E CULTURAL

O Forum Salgueiro Maia, que ocupa o átrio da sede da A25A, continua a ser um espaço de informação associativa e de afirmação cívica e cultural

EXPOSIÇÃO

Foi inaugurada no dia 15 de Janeiro e esteve patente ao público durante duas semanas a exposição “Liberdade”, uma iniciativa dos alunos da Universidade Sénior de Oeiras que foi apoiada pela A25A e em que estiveram expostos trabalhos de António Cartaxo, António Salgueiro, Carmen Tavares, Fernando Morais, Ida Brandão, Rita Almeida e Sérgio de Lisboa.

A exposição foi publicitada na Agenda Cultural da Câmara Municipal de Lisboa.

O REFERENCIAL 159

No dia 25 de Fevereiro foi apresentada a edição n.º 159 d’*O Referencial*, a revista da A25A, relativa ao 4.º trimestre de 2025.

O presidente da Direcção da A25A dirigiu-se aos presentes dando-lhes as boas-vindas à “Casa da Liberdade”, seguindo-se o director d’*O Referencial* que enunciou o conteúdo da edição e agradeceu a participação de todos os que nela colaboraram.

Como temas dominantes desta edição de 150 páginas, destacam-se a análise dos aconteci-

mentos de 25 de Novembro de 1975 e as independências da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique, bem como uma evocação do complexo processo de descolonização de Timor. A edição refere dezenas de iniciativas editoriais que foram publicadas ao longo do ano sobre o 25 de Abril e o processo democrático que se lhe seguiu, que demonstram claramente como o tema continua a interessar investigadores e autores e, naturalmente, a sociedade portuguesa. A edição inclui ainda os temas habituais.

DOCUMENTÁRIO

No dia 24 de Março foi apresentado o documentário “Segundo Subsuelo”, de Oriana Castro e Nicolás Martínez, sobre os “50 anos do golpe eclesiástico-cívico-militar na República Argentina”, em que se revela que “pelo menos 45 portugueses e luso-argentinos foram detidos, torturados e desapareceram”. Esse golpe ocorreu no dia 24 de Março de 1976 e destituiu a presidente Isabel Péron, abolindo a democracia e fazendo “desaparecer” cerca de 30.000

DESCOLONIZAÇÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIAS À DISTÂNCIA DE MEIO SÉCULO

O REFERENCIAL

25 DE NOVEMBRO 50 ANOS DEPOIS

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: ANICETO AFONSO | N.º 159 | OUTUBRO - DEZEMBRO 2025



oposicionistas argentinos. A democracia só voltou à Argentina em 1983, quando Raúl Alfonsín foi eleito presidente da República, depois da humilhante derrota da ditadura argentina

na guerra das Falklands ou Malvinas. Hoje o dia 24 de março é designado na Argentina como o Dia da Memória pela Verdade e Justiça.

ANICETO AFONSO

NA ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA



Actual director de *O Referencial* foi admitido como Académico de Mérito

ADELINO RODRIGUES DA COSTA*

O REFERENCIAL É UMA REVISTA que nasceu no 1.º trimestre de 1985 e desde então – já lá vão 41 anos e 160 edições – tem sido um dos instrumentos através dos quais a A25A procura divulgar e defender os valores de Abril, isto é, os valores que inspiraram o movimento libertador do 25 de Abril de 1974. A sua regularidade e o seu conteúdo são o resultado do envolvimento de muitas vontades e de muitos contributos, com destaque para aqueles que ao longo dos anos o dirigiram com equilíbrio e sabedoria.

O actual director d'*O Referencial* é o coronel Aniceto Afonso, que o dirige desde o 4.º trimestre de 2021.

No dia 14 de Julho de 2025, em reunião dos Académicos de Número, foi aprovada a sua

admissão na Academia Portuguesa da História, como Académico de Mérito. A respectiva recepção a todos os eleitos foi realizada em sessão especial no passado dia 14 de Janeiro na sede da Academia Portuguesa da História.

Mais recentemente, a edição de Abril da revista *Lusitano de Zurique*, que é editada pelo Centro Lusitano de Zurique, fez-lhe uma interessante entrevista em que analisou o 25 de Abril e as suas circunstâncias.

As duas situações referidas traduzem o reconhecimento académico e dos seus conhecimentos, o que a A25A assinala com muito agrado, e fica registado nestas páginas.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

HELDER COSTA: HOMENAGEM A UM NOME GRANDE DO TEATRO

Natural de Grândola e antigo estudante na Faculdade de Direito, Helder Mateus da Costa é encenador, actor e dramaturgo

UM GRUPO RESTRITO de amigos promoveu no dia 6 de Janeiro um almoço de homenagem ao encenador, actor e dramaturgo Helder Mateus da Costa, que nesse dia completou 87 anos de idade, tendo para esse efeito escolhido o restaurante da Associação 25 de Abril.

Participaram nessa homenagem o coronel Vasco Lourenço e outros membros da Direcção da A25A, bem como algumas personalidades da cultura portuguesa, como António Vitorino de Almeida, Maria do Céu Guerra, João Soares, Ricardo Sá Fernandes e Carlos Pereira Martins, entre outros.

Natural de Grândola e antigo estudante na Faculdade de Direito, primeiro em Lisboa e depois em Coimbra, Helder Costa dedicou-se desde muito cedo ao teatro universitário e foi membro do CITAC, tendo-se envolvido na luta estudantil contra o regime salazarista. Exilado em Paris desde 1967, frequentou o Institut d'Études Théâtrales da Universidade de Sorbonne e foi o fundador do Teatro Operário de Paris. Depois do 25 de Abril de 1974 regressou

a Portugal, tendo sido um dos fundadores do grupo de teatro A Barraca, que se tornou uma referência cultural no Portugal democrático e que em 1992 foi distinguido com o prémio Unesco.

Helder Costa é sócio efectivo da A25A, foi autor de algumas das mais importantes peças do moderno teatro português e, além dos seus próprios textos, encenou peças de autores de grande notoriedade como Gil Vicente, António Ribeiro Chiado, Lope de Vega, Molière, Dario Fo, Bertholt Brecht, Eugène Ionesco e Woody Allen, entre outros.

O toque alentejano da homenagem a Helder Costa foi dado pela sempre entusiasmante actuação do grupo coral da Associação Cultural e Recreativa *AlCante*, formado por 28 elementos com fortes raízes no Alentejo e que residem na área da freguesia lisboeta de Alcântara, que também quiseram participar nesta homenagem.

O Referencial também felicita Helder Costa pelos seus 87 anos de idade.

DIA DO COMBATENTE COMEMORADO NA BATALHA



Cerimónias do Dia do Combatente e do 108.º aniversário da Batalha de La Lys decorreram no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, a 9 de abril.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA presidiu às cerimónias militares e defendeu a paz, sublinhando que quem conhece “o sofrimento que a violência das armas provoca” não fala da guerra “com ligeireza”.

A iniciativa, organizada pela Liga dos Combatentes, incluiu missa e cerimónia militar com forças dos três ramos das Forças Armadas.

Marcaram presença o ministro da Defesa, o CEMGFA, os chefes dos ramos, adidos militares e delegações estrangeiras, além de centenas de antigos combatentes e familiares.

Após as honras militares e intervenções protocolares, o Presidente deixou um apelo à memória dos combatentes como legado de paz e “amor a Portugal”.

Na sua primeira alocução aos militares como Comandante Supremo, António José Seguro afirmou que “quem conhece a guerra por dentro sabe, melhor do que ninguém, o valor da paz”.

A Associação 25 de Abril esteve representada por um membro da Direção, também antigo combatente.



GUINÉ-BISSAU

UM PAÍS CARENTE

A Associação 25 de Abril (A25A) promoveu, no Fórum Salgueiro Maia, um debate sobre a situação política na Guiné-Bissau, com a participação da antiga ministra da Justiça Carmelita Pires, presidido por Vasco Lourenço e moderado por Carlos Branco.

Licenciada em Direito e conhecida pela intervenção cívica, Carmelita Pires traçou um retrato de instabilidade e fragilidade institucional, perante uma plateia de cerca de 60 pessoas.

Segundo a oradora, a Guiné-Bissau enfrenta carência de recursos e de quadros, paralisa do Estado, violações de direitos humanos e criminalidade organizada, num quadro que se agra-

vou após o golpe de Estado de 26 de novembro de 2025, na véspera do anúncio dos resultados eleitorais.

A crise levou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a suspender a Guiné-Bissau das suas atividades, mantendo-se, de acordo com os intervenientes, restrições às liberdades cívicas, corrupção e pobreza generalizada.

Em nome da A25A, Vasco Lourenço manifestou solidariedade com o povo guineense e apelou à comunicação social portuguesa para dar visibilidade à situação do país.



ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTINGUIDA COM ORDEM DO INFANTE

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, condecorou a Associação 25 de Abril (A25A) com o grau de membro honorário da Ordem do Infante D. Henrique, numa cerimónia realizada no Palácio de Belém.

A imposição da condecoração decorreu numa sessão em Belém que contou com a presença de vários membros dos órgãos sociais da associação, segundo informação divulgada pela A25A.

Criada em 1960, a Ordem do Infante D. Henrique distingue personalidades e instituições

que prestem serviços relevantes a Portugal, no País e no estrangeiro, nomeadamente na projeção da cultura portuguesa e na divulgação da história e dos valores nacionais.

A Associação 25 de Abril já tinha sido condecorada em 2016 com a Ordem da Liberdade e recebeu distinções municipais de Cascais, Sintra, Setúbal, Oeiras, Almada e Palmela, além da Chave da Cidade de Santiago do Cacém, beneficiando do estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública.

EMBAIXADORA DO URUGUAI VISITOU A A25A



A Associação 25 de Abril (A25A) recebeu nas suas instalações, em visita de cortesia, a nova embaixadora do Uruguai em Lisboa, Carolina Ache Batlle, num encontro que incluiu um almoço oferecido pela associação.

No encontro participaram os presidentes da Assembleia Geral e da Direção da A25A, bem como outros elementos dos órgãos sociais. Natural de Montevideo, Ache Batlle é licenciada em Direito pela Universidad Católica del Uruguay e tem um mestrado em Direito Internacional pela Università di Bologna.

A reunião decorreu “com grande cordialidade” e permitiu uma troca de impressões sobre o 25 de Abril e o processo político que se lhe seguiu. A embaixadora foi subsecretária das Relações Exteriores do Uruguai entre 2020 e 2022 e é dirigente do Partido Colorado, formação histórica do país de orientação liberal e centrista.

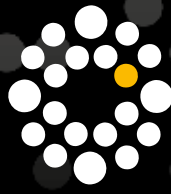
A diplomata enviou, entretanto, uma carta de agradecimento ao presidente da Direção, na qual assinala a “generosidade com que nos recebeu na Associação 25 de Abril, junto com os Capitães de Abril presentes”.



O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima | Colaborador editorial: José Armando Lopes | Coordenadores principais: Adelino Rodrigues da Costa, Lídia Praça | Coordenadores: Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, Jorge Golias, José Fanha, Rodrigo de Sousa e Castro | Conselho Editorial: Adelino Rodrigues da Costa, Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, Lídia Praça, Maria Inácia Rezola, Maria José Casa-Nova, Vasco Lourenço, Viriato Soromenho Marques | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | <https://a25abril.pt/> | <https://guerracolonial.pt> | delegação do Norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq. - 4050-092 PORTO - Telefone: 222031197 e 917583975 - Endereço electrónico: anterors@netcabo.pt ou delnorte@a25abril.pt | delegação do Alentejo: Bairro da Esperança, Edifício 2 – Bloco 3, loja R/C, 7560-145 GRÁNDOLA | Canadá: Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá info@ac25abril.ca | Fotos: Direitos Reservados | Edição gráfica: Vera Cardoso Ribeirinho | Impressão e acabamento: NORPRINT.

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'O *Referencial*.



MOEDAS COMEMORATIVAS 2026



MOEDA EMBLEMÁTICA DE PORTUGAL
PORTUGAL'S FLAGSHIP COIN
Autora/Author: Baiba Sime



MOEDA EMBLEMÁTICA DE PORTUGAL
PORTUGAL'S FLAGSHIP COIN
Autora/Author: Baiba Sime



50 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1976
50 YEARS OF THE 1976 CONSTITUTION
Autora/Author: Baiba Sime



1876-2026. 150 ANOS DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
1876-2026. 150 YEARS OF CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
Autor/Author: Hugo Maciel



FIFA WORLD CUP
FIFA WORLD CUP
Autor/Author: Nuno Martins



50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO
50TH ANNIVERSARY OF NOVEMBER 25
Autora/Author: Carolina Ladeira



LIBERDADE E DEMOCRACIA
FREEDOM AND DEMOCRACY
Autora/Author: Carolina Ladeira



MULTICULTURALIDADE — DESENHAR A MOEDA
MULTICULTURALISM — DESIGNING THE COIN
Autora/Author: Melissa (Lopes de Fina) Garcia



ROTARY
ROTARY
Autor/Author: Joao Duarte



AMADEO DE SOUZA CARDOSO — ARTISTAS PLÁSTICOS PORTUGUESES CONTEMPORÂNEOS
AMADEO DE SOUZA CARDOSO
CONTEMPORARY PORTUGUESE VISUAL ARTISTS
Autora/Author: Teresa Milheiro



AQUEDUTO DAS ÁGUAS LIVRES — XIV SÉRIE IBERO-AMERICANA
AGUAS LIVRES AQUEDUCT — 14TH IBERO-AMERICAN SERIES
Autor/Author: Nuno Caetano



PORTUGUÊS
PORTUGUESE
Autor/Author: Jorge Silva



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN.
ARTE, BENEFICÊNCIA, CIÊNCIA, EDUCAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN FOUNDATION.
ART, CHARITY, SCIENCE, EDUCATION
Autor/Author: Pedro Carvalho



ALBARNAZ — FARÓIS DE PORTUGAL
ALBARNAZ — LIGHTHOUSES OF PORTUGAL
Autor/Author: José João Brito



BERLINDE — JOGOS DE INFÂNCIA
MARBLES — CHILDHOOD GAMES
Autor/Author: Henrique Cayatte

HÁ MUITAS RAZÕES PARA SER ASSOCIADO MONTEPIO. QUAL É A SUA?

Desde 1840 que acompanhamos os portugueses com soluções de poupança e proteção que preparam o futuro e apoiam o presente, em todas as fases da vida.

Se ainda não conhece as vantagens que podem mudar a sua vida, vai querer conhecer todas as razões para estarmos consigo.

Com mais de 600 mil associados, somos poupança, proteção, saúde, experiências, cultura, e muitas outras vantagens que são a razão para tudo o que alcançamos, juntos.



Saiba mais em
montepio.org

